

**REVISTA DA
ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOLOGIA**



Volume XXX

2023

REVISTA DA

ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Volume XXX - 2023

e-ISSN: 2763-7301 | ISSN: 1676-1545

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Amós Coêlho da Silva

Assessoria Técnica

Danilo Villela

CONSELHO EDITORIAL

•Afrânio da Silva Garcia (UERJ / ABRAFIL) •Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ / ABRAFIL) •Carlos Eduardo Falcão Uchôa (UFF / ABRAFIL) •Castelar de Carvalho (ABRAFIL / LICEU LITERÁRIO) •Ceila Maria Ferreira Batista (UFF / ABRAFIL) •Claudio Cezar Henriques (UERJ / ABRAFIL) •Domício Proença Filho (UFF / ABRAFIL) •Dulcileide Virginio do Nascimento Braga (UERJ / ABRAFIL) •Edila Vianna da Silva (UFF / ABRAFIL) •Evanildo Bechara (ABRAFIL / ABL / LICEU LITERÁRIO) •Fernanda Lemos de Lima (UERJ / ABRAFIL) •Fernando Ozório Rodrigues (UFF / ABRAFIL) •Flávio de Aguiar Barbosa (UERJ / ABRAFIL)	•Francisco da Cunha e Silva Filho (UFRJ / ABRAFIL) •Hilma Pereira Ranauro (UFF / ABRAFIL) •Luíz César Saraiva Feijó (UERJ / ABRAFIL) •Luiza Leite Bruno Lobo (UFRJ / ABRAFIL) •Manoel Pinto Ribeiro (UERJ / ABRAFIL) •Marina Machado Rodrigues (UERJ / ABRAFIL) •Mauro de Salles Villar (ABRAFIL) •Maximiano de Carvalho e Silva (UFF / ABRAFIL) •Miriam Therezinha da M. Machado (UFF / ABRAFIL) •Nilda Santos Cabral (UFF / ABRAFIL) •Paulo César Costa da Rosa (UERJ / ABRAFIL) •Ricardo S. Cavaliere (UFF / ABRAFIL / L. LITERÁRIO) •Terezinha M. da F. P. Bittencourt (UFF / ABRAFIL)
--	--

Apoio editorial
Academia Brasileira de Filologia

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Triênio: maio de 2021 a maio de 2024

Presidente
Amós Coêlho da Silva

Vice-presidente
Deonísio da Silva

Primeiro Secretário
Afrânio da Silva Garcia

Segundo Secretário
Luiz Fernando Dias Pita

Tesoureiro
Márcio Luiz Moitinha Ribeiro

Relações públicas
Luíza Leite Bruno Lobo

Bibliotecário
Flávio de Aguiar Barbosa

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
-----------------	---

ENSAIOS

LUIZA LOBO - A INAUGURAÇÃO DO CLUBE EM CASCAIS ROBERT BURNS: IMMORTAL MEMORY	8
--	---

TATIANA KELLER - ATAS DE VEREANÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE: EDIÇÃO DIPLOMÁTICA E ASPECTOS LINGÜÍSTICOS	20
---	----

CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA E VANESSA DA COSTA GUIMARÃES - ANÁLISE FILOLÓGICA DE UMA ATA DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DA CONCEIÇÃO DE CUIABÁ DO SÉCULO XIX	35
---	----

LAÍS MELO MASTELARO (PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - A FINALIDADE DA VEROSSIMILHANÇA COM O NARRADOR DOM CASMURRO	55
--	----

RICARDO CAVALIERE - BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NO BRASIL	69
---	----

FRANCISCO DA CUNHA E SILVA FILHO - BERNARDO GUIMARÃES E GUIMARÃES ROSA: DOIS CASOS DE METANARRATIVA	76
---	----

HILMA RANAURO - A COMUNICAÇÃO VERBAL COMO FORMA ELEMENTAR DE INTERAÇÃO SOCIAL - PROCESSOS ESPECIALIZADOS NO TRABALHO COM SURDOS E CEGOS OU DE BAIXA VISÃO -	93
---	----

SANDRA LORENA FLÓREZ GUZMÁN - A LÍNGUA NO EXÍLIO ...	116
MEMÓRIA E HOMENAGEM PÓSTUMA	124
HOMENAGENS	126
AUTORES	127

EDITORIAL

A ABRAFIL edita o número XXX com os seguintes temas: a celebração de Robert Burns por Luiza Lobo; com Tatiana Keller, uma busca de documentação no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, com transcrição fidedigna para investigar a grafia, ressaltando as mudanças nas palavras portuguesas ao longo de períodos. O ensaio de Carolina Akie Ochiai Seixas Lima e Vanessa da Costa Guimarães (UFMT), teremos a pesquisa filológica no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC), trata-se de uma ata do Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição de Cuiabá, para averiguações da História do Português Brasileiro;

A abordagem teórico-literária de Laís Melo Mastelaro sobre verossimelhança através da digressão e fragmentação Machadiana. Ricardo Cavalieri aborda brevemente tomadas históricas do ensino do português no Brasil.

Francisco Cunha analisa a metanarrativa de Bernardo Guimarães em cotejo com Guimarães Rosa; a jornalista e médica psiquiatra Sandra Lorena Flórez Guzmán nos oferece uma visão de quem perde sua língua materna, quanto às implicações de ter que adquirir numa interação social nova para sua reconstrução em nova sociedade.

Fechamos nossa pesquisa filológica com o ensaio de Hilma Ranauro sobre indagação sobre a inclusão dos surdo-mudo e cegos na sociedade.

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2023

Amós Coêlho da Silva

A INAUGURAÇÃO DO CLUBE EM CASCAIS¹

ROBERT BURNS: IMMORTAL MEMORY

Luiza Lobo (ABRAFIL)

RESUMO

Robert Burns (1759-1796) é celebrado em grande parte do mundo como o grande poeta nacional escocês, na data de seu nascimento, 25 de janeiro. Neste ano de 2023 fui convidada como oradora da tradicional conferência intitulada “Immortal Memory” na inauguração do Clube Robert Burns na Casa de Santa Maria, em Cascais, em Portugal. Tal honra me coube por ter publicado a única tradução do poeta em português, em *Robert Burns: 50 poemas*, edição bilingue (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, 336 p.), com exceção de três poemas traduzidos por Carlos Cardim e um por Jorge de Sena. Nesta conferência, discuto os principais aspectos estéticos, políticos e filosóficos que tornam sua obra ainda hoje representativa para nós, em todos os países que se querem democráticos e livres.

Palavras-chave: Robert Burns; poesia escocesa nacionalista; poesia libertária; celebração Immortal Memory de Burns; translation of Burns into Portuguese

THE OPENING OF THE CLUB IN CASCAIS

ROBERT BURNS: IMMORTAL MEMORY

SUMMARY

Robert Burns (1759-1796) is celebrated as the great national Scottish poet in many countries of the world on the date of his birth, January 25th. This year of 2023 I was invited to lecture the traditional “Immortal Memory”, during the inauguration of the Robert Burns Club at the House of Santa Maria, in Cascais, in Portugal. This honor occurred because my translation in Portuguese, *Robert*

1- Este texto, intitulado IMMORTAL MEMORY, foi lido por mim, a convite de Carlos Oliveira Santos, na data de 25 janeiro de 2023, quando se comemora mundialmente o nascimento do poeta escocês Robert Burns, na Casa Santa Maria, por ocasião da inauguração do Clube Robert Burns, em Cascais, em Portugal.

Burns: 50 poems, bilingual edition (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, 336 p.), was the only existing in the Portuguese language. Only three poems by Carlos Cardim and one by Jorge de Sena existed. In this lecture, I discuss the main esthetic, political and philosophical aspects that make his work representative to us, in all countries that wish to be democratic and free.

Keywords: Robert Burns; nationalist Scottish poetry; libertarian poetry; Celebration Immortal Memory of Burns.

Nesta noite emocionante de 25 de janeiro de 2023 comemoramos a inauguração do Clube Robert Burns de Cascais. Noite em que, mais uma vez nos reunimos, em todo o mundo, para homenagear o poeta nacional escocês setecentista Robert Burns. Agradeço inicialmente ao honroso convite do tradutor de Burns Carlos Oliveira Santos para proferir esta *Immortal Memory*, em data tão importante. Sua gentileza chegou a ponto de publicar, em Portugal, uma nova edição numerada, com introdução e notas, daminha tradução *50 poemas de Robert Burns*, para distribuição entre os ilustres membros deste novo clube.²

Aproveito o ensejo, também, para lembrar o saudoso Prof. Dr. Ross G. Roy, que em 1976, por ocasião do meu Doutorado em Literatura Comparada na Universidade de Carolina de Sul,³ me solicitou realizar a tradução do poeta ao Português, uma das poucas línguas em que não fora traduzido seu principal

2- O belo poema “Auld Lang Syne” (p. 120), “Aos velhos tempos passados” (p. 121), que é sempre cantado nas noites de *réveillon* nos países de língua inglesa, recebeu uma versão, também no Brasil, mas sem qualquer relação com a letra original: “Adeus, amor, eu vou partir, pra bem longe daqui...”. É a “Valsa de despedida”, de 1941, gravada por Francisco Alves e Dalva Oliveira, numa suporta tradução, totalmente alterada, de João de Barro e Alberto Ribeiro:

Adeus, amor, eu vou partir
 Ouço ao longe um clarim – variante que eu conhecia: P’ra bem longe daqui...
 Mas onde eu for irei sentir
 Os teus passos junto a mim
 A luz que brilha em teu olhar
 A certeza me deu
 De que ninguém pode afastar
 O meu coração do teu.
 No céu, na Terra, onde for,
 Viverá o nosso amor,
 Estando em luta, estando a sós
 Ouvirei a tua voz.

3- Em 1976-1977, durante meu pós-doutorado em Literatura Comparada, fui Assistente de pesquisa de literatura escocesa do Dr. Ross G. Roy, que dirigia o Programa na Universidade de Carolina do Sul.

livro, *Poems, Chiefly in the Scottish Dialect*.⁴ Foi assim que surgiu, 18 anos depois, minha tradução, *Robert Burns, 50 poemas*, em edição bilingue, em 1994.⁵

Em seguida, proponho que nos detenhamos na pergunta: por que Robert Burns (Alloway, Ayrshire, 25-1-1759-21-7-1796) convive conosco até hoje, mais de 200 anos após sua morte, sendo sua poesia comemorada em 150 países (infelizmente, na atualidade, não no Brasil)?⁶ A Burns Night começou a ser celebrada em 1801, quando nove amigos se reuniram na casa do poeta, na data de seu falecimento, para ler seus poemas, em sua homenagem. Depois transferiram a data para a de seu nascimento. E, desde 1810-1820, a festa se estendeu à Grã-Bretanha, e finalmente se espalhou pelo mundo.⁷

Para responder à pergunta, lembro que uma poesia apenas lírica, como a de outros românticos, como Byron, Victor Hugo ou Lamartine, não conseguiu obter igual fervor nem entre os leitores seus compatriotas. O fato é que a poesia de Robert Burns não se limita ao lírico, mas se compõe da defesa dos grandes valores políticos e filosóficos do Iluminismo, com grande emoção, própria do Romantismo. No aspecto textual, sua lírica se destaca por se mesclar com outros gêneros – o épico, o narrativo, o dramático, o cômico e o tragicômico. Sua obra recupera o glorioso passado da poesia bárdica medieval, defende a Escócia como nação independente e os grandes valores do Iluminismo.

4- Burns, Robert, *Poems, Chiefly in the Scottish Dialect*, Kilmarnock, John Wilson of Kilmarnock, 1786. 2ª ed. 1787.

5- Lobo, Luiza. *Robert Burns. 50 poemas*. Edição bilingue. Tradução, introdução e notas. Colaboração e seleção Ross G. Roy. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. 336 p. Todas as citações neste texto serão feitas a partir dessa tradução.

6- No site Visit Britain, Malcolm Griffiths – malcolm.griffith@visitbritain.org – convida a comemorar a Burns Night em casa, na data de 25 de janeiro de 2021, ou seja, durante a pandemia, descreve como é o evento, e até fornece uma receita de *cranachan*, com creme chantili e framboesa.

7- Ver o mesmo site de Malcolm Griffiths, e, igualmente, Low, Donald A., editor, in *The Critical Heritage*. London, Routledge and Kegan, 1974. Low afirma, na Introduction, “Robert Burns”, p. 1-57, à p. 34, que tais celebrações ocorrem graças à fama que o poeta obtém logo após a publicação do seu livro. O sucesso o leva a desistir de emigrar para a Jamaica e dirigir-se a Edimburgo, onde permanece por um ano, e onde é aclamado nos salões como “poeta camponês”. Ele era, realmente fazendeiro. A primeira edição dos *Poems* teve inicialmente 612 cópias, previamente pagas por assinantes, nos informa Donald A. Low (1974, p. 15). Low acrescenta que sua fama se estabeleceu quatro anos após sua morte, em 1800, quando os críticos compreenderam a extensão da sua contribuição à literatura e à cultura escocesas, compondo árias para letras soltas e escrevendo letras para baladas medievais perdidas – autoria que tinha sido muito pouco clara nas edições de Johnson e Thomson (Low, 1974, p. 3).

São esses aspectos que explicam essa recepção e comunhão universais extraordinárias do público atual, mesmo 227 anos após seu desaparecimento.

Em diversas ocasiões Burns foi acusado de defender o jacobinismo francês. Este era estritamente proibido na Grã-Bretanha, por ter inspirado o período do Terror em Paris, na década de 1789 a 1799, portanto, durante a vida de Burns, que morreu em 1796. A Escócia sempre desejou separar-se da Inglaterra e aliar-se à França, sendo essas ideias revolucionárias de liberdade e independência severamente punidas. Contudo, o que ele apreciava e elogiava em sua obra não eram os atos de violência do Terror, com assassinatos fratricidas, mas movimentos patrióticos coletivos, com o lema surgido nas barricadas da Revolução Francesa: Igualdade, Fraternidade, Liberdade. Suas origens iluministas foram expostas por Jean-Jacques Rousseau em *O contrato social*, por Montesquieu, em *Espírito das leis*, e por Diderot e d'Alembert na *Enciclopédia*. Além da liberdade religiosa, Burns também defendia valores como a educação e o saber, que eram considerados, por esses escritores, a base para a construção de um Estado moderno.

Além da associação com o Terror francês, o jacobinismo também era proibido na Grã-Bretanha pela ameaça de uma invasão napoleônica – que realmente se concretizou no caso de Portugal, levando dom João VI a transferir toda a sua Corte para o Rio de Janeiro antes da invasão das tropas do general Junot no Porto.

Esse foi o lado afirmativo do Iluminismo, e do jacobinismo, que Robert Burns prezava, e é ele que ainda hoje sua poesia divulga pelo mundo – o da igualdade entre os seres humanos, da liberdade religiosa e individual e da fraternidade entre os povos. São, ainda hoje, os ideais humanistas a que os grandes organismos internacionais almejam, como a Comunidade Europeia, a ONU, a Cúpula do Clima e até a combatida ALALC, hoje Mercosul. Essa é a nova Arca da Aliança, num mundo tão ameaçado por violência, ditaduras e guerras, que germinam movimentos contra as democracias legitimamente constituídas.

Com uma *hybris* ou verve própria, Burns defende com veemência única os valores que continuam a nos ser caros: para além dos fatos patrióticos específicos ligados à nação escocesa, mas que, na terminologia da Nova história de Georges Duby,⁸ se tornaram eventos, ou seja, acontecimentos

8- Duby, Georges, *Le dimanche de Bouvines 27 juillet 1214*, Paris, Gallimard, 1973, Collec-

significativos, defende, igualmente a irmanação mundial dos povos e a luta por uma sociedade mais democrática e igualitária.

Tal mensagem de Robert Burns se apresenta quase como um hino de encorajamento, mesmo diante da derrota do “Jovem Pretendente”, Charles Stuart, na batalha do pântano de Culloden, em 16 de abril de 1748, perto da cidade de Inverness.⁹ No seu poema “Um tal magote de velhacos numa nação” (Lobo, 1994, p. 285, “*Such a Parcel of Rogues in a Nation*”, p. 284), ele brama contra a traição da pátria por uma elite egoísta e ávida de lucros, que visa apenas a seus interesses de classe, em detrimento do povo miserável que a cerca.

Na quarta estrofe de “Precisamos ser pobres tão humildes?” (Lobo, 1994, p. 238, *Is There for Honest Poverty (For A' That, and A' that...*”, p. 238), o poeta defende a igualdade entre todos os cidadãos (1994, p. 241):

IV

Um príncipe pode um cavaleiro consagrar,
 Um marquês, um duque ordenar!
 Mas transformá-lo num homem honesto –
 Pelos Céus, isso ele não pode alcançar!
 Apesar de tudo, e por isso tudo,
 Seus títulos e tudo o mais,
 O orgulho do Valor e a essência do Sentido
 Valem muito mais que isso tudo.

E na quinta estrofe, conclui:

V

Rezemos, então, para o dia chegar
 (Pois apesar de tudo virá)
 Em que o Sentido e o Valor sobre a Terra

tion “Trente journées qui ont fait la France”; Nora, Pierre, “Le retour de l'événement” ; Nora, Pierre et Le Goff, Jacques, (dir.). *Faire de l'histoire. Nouveaux problèmes*, Paris, Gallimard, 1974, p. 210-228; Lacouture, Jean, *L'Encyclopédie de la Nouvelle histoire*, Paris, Retz, 1978; “L'Histoire immédiate” et “Événementielle (histoire)”, in Dumoulin, Olivier, in *Dictionnaire des Sciences historiques*, Paris, PUF, 1986.

9- A batalha de Culloden foi a última dos clãs escoceses das Highlands, Terras Altas da Escócia, para tentar a independência em relação à Inglaterra e a obtenção do trono para Charles, o filho de James II e VII da Escócia, Irlanda e Inglaterra, que fora educado na França. Termina ali o sonho jacobita. Por um século vestimentas típicas da era feudal escocesa, como o *tar*, padrão de tecido que representa cada família ou clã, foram proibidas na Grã-Bretanha.

Apesar de tudo virão em primeiro lugar!
 Apesar de tudo, e por isso tudo,
 Apesar de tudo, ainda virá
 O dia em que o homem em todo o mundo
 Com os outros homens se irmanará.

Nesses versos podemos ver como o poeta levou adiante os princípios da Revolução Francesa, ligados à fraternidade universal. É por esses ideais políticos e filosóficos que a poesia de Burns continua ecoando em nossas mentes, pois: “Apesar de tudo, e por isso”, o dia ainda virá!

Robert Burns é um defensor incondicional da liberdade de expressão, livre do domínio de uma Igreja repressiva e moralista, como a dos calvinistas, que pregavam a predestinação (discriminando os não escolhidos), constituídos pelo grupo dos *Auld Licht (Old Light)*.¹⁰ Apoiava uma política independente para a Escócia como nação soberana, sob o comando dos Stuarts, em estreita aliança com a França. Mas sua mensagem não se esgota em seu tempo, mas permanece válida até hoje, na defesa da aliança política entre nações amigas, democráticas, livres e não ditatoriais, governadas por pessoas honestas e voltadas para o bem comum.

É verdade que “Os direitos da mulher, Um discurso de ocasião” (Lobo, 1994, p. 211, “*The Rights of Woman, an Occasional Address*”, p. 210), escrito na defesa da mulher, fica bem aquém do que hoje entendemos como tal. Nem seria plausível que partisse dele um feminismo *avant la lettre*. Burns afirma, na segunda estrofe que “na relação mista dos sexos / Um Direito sagrado da Mulher é ter proteção” (masculina). E complementa (p. 211):¹¹

(...)

A suave flor que alça a jubilosa corola,
 Aos golpes da sina cairá desvalida,
 Sucumbida na terra, sua adorável forma destruída,
 Sem vossa proteção, a tormenta não será impedida.

10- Burns contrasta a emoção e o amor à vida e à bebida aos prazeres de todo tipo, e a liberdade, com os preceitos rígidos da Igreja presbiteriana Old Light, que tinha uma interpretação calvinista rígida da predestinação, ao contrário dos New Light, que tinha princípios mais liberais, de que ele compartilhava.

11- (...)

The tender flower, that lifts its head elate,
 Helpless must fall before the blasts of fate,
 Sunk on the earth, defac'd its lovely form,
 Unless your shelter ward th'impending storm.

Esse poema sequer se propõe a uma defesa do feminismo, pois Burns apenas pretendia responder, até ironicamente, ao famoso livro *Os direitos do homem* (*The Rights of Man*, 1791), de Thomas Paine, estritamente proibido na Grã-Bretanha, porque pregava, em 31 artigos, que a revolução popular era legítima, caso o governo não protegesse os “direitos naturais” do povo. Burns lembra, então, que uma nação também é composta de mulheres, mas delicadas e indefesas.¹²

Se não encontramos aqui os princípios da igualdade entre sexos defendidos nos diversos textos sobre a igualdade de homens e mulheres na sociedade desde o século XVII, ao menos podemos reconhecer a sinceridade do poeta, que sempre amou as mulheres, suas eternas musas, das quais se cercou durante os 37 anos de sua curta vida, já que teve 16 filhos com seis delas. De qualquer forma, ele termina o poema com o título da canção que foi o grande grito de guerra da Revolução Francesa: “Ah! *ça ira!* a Majestade da mulher!” (Lobo, 1994 p. 211, “Ah! *ça ira!* the Majesty of Woman!, p. 210).

Burns é um dos mais importantes poetas líricos que cantam o amor. William Butler Yeats chega a declarar, sobre o poema “Abre-me a porta, oh” (1994, p. 221, “Open the Door to Me, O”, p. 220) – que o verso da estrofe III, “The wan moon sets behind the white wave”, traduzido por mim como “Descamba a pálida lua atrás da branca onda”, é o mais belo da língua inglesa –, o que demonstra a excelência da lírica burnusiana.

Foi um trabalho elogiável e raro o realizado pelo poeta nacional escocês ao recuperar letras de baladas tradicionais perdidas, ou compor músicas para letras perdidas ou incompletas. Um trabalho feito sem remuneração e praticamente anônimo nas duas edições de James Johnson, *Scots Musical Museum*, de 1787, e de George Thomson, *Select Collection of Original Scottish Airs*, de 1793.¹³

12- Entre tais textos, destaca-se o autor anônimo inglês que se denomina Sophia, a person of quality, no livro *Woman not Inferior to Man*, de 1739, que, por sua vez, já é uma tradução plagiada de F. Poulain de la Barre, de 1673. Em 1792, Mary Woolstonecraft (Mrs. Goldwin) publica *A Vindication of the Rights of Woman*, plagiado de Sophia. A brasileira Nísia Floresta o traduziu, com algumas interpolações próprias, como se fosse livro de sua autoria. Aumenta, assim, a já longa lista de plágios, conforme vimos acima e como mostrei no verbete sobre Nísia Floresta no meu *Guia de escritoras da Literatura Brasileira* (Rio de Janeiro, Faperj; Eduerj, 2006. 290 p. p. 224).

13- Ver Low, 1974, p. 12.

No poema “Os felizes bebedores” (“*Jolly Beggars*”), não selecionado por Ross G. Roy para minha tradução, Burns retoma a tradição bárdica de inspiração através da embriaguez – como nos mostra Platão no diálogo *Íon*, quando o poeta (*aedo*) recebe seus poemas na Terra das musas ou deusas da poesia, no monte Olimpo. A vivência e o conagração no *pub*, como forma de transe, de libertação da força criativa e até da libertinagem foram até exagerados na biografia do poeta.

O poeta inclui no seu livro poemas inesquecíveis na tradição bárdica, como “Um terno beijo” (Lobo, 1994, p. 190, “*Ae Fond Kiss*”, p. 189), “Open the Door to Me, O”, e “Uma rubra, rubra rosa” (Lobo, 1994, p. 171, “*A Red, Red Rose*”, 170):¹⁴

14- *A Red, Red Rose* (Lobo, 1994, p. 170):

O my Luve's like a red, red rose,

That's newly sprung in June;

O my Luve's like the melodie

That's sweetly play'd in tune. –

As fair art thou, my home lass,

So deep in luve am I:

And I will love thee still, my Dear,

Till a' the seas gang dry. –

Till a' the seas gang dry, my Dear,

And the rocks melt wi' the sun:

I will love thee still, my Dear,

While the sands o' life shall run. –

And fare thee weel, my only Luve!

And fare thee weel, a while!

And I will come again, my Luve,

Tho' it were ten Thousand mile! –

Na minha tradução:

Uma rubra, rubra rosa (Lobo, 1994, p. 171):

Oh, meu Amor é qual rubra, rubra rosa,

Recém-florida no verão;

Oh, meu Amor é qual doce melodia

Suave e afinada canção. –

És tão bela, linda menina,

E eu estou tão enamorado,

Que eu te amarei ainda, Querida,

Até todos os mares secarem.

Oh, meu Amor é qual rubra, rubra rosa,
 Recém-florida no verão;
 Oh, meu Amor é qual doce melodia
 Suave e afinada canção. –

Foi sempre o amor que o norteou em suas composições, numa profunda sintonia com tudo o que é humano.

Mas Burns não é apenas um modelo de poeta político, liberal e progressista, ou de poeta lírico que nos transporta ao expressar o seu amor romântico. Ele é um extraordinário poeta cômico, modo que é muito difícil de obter em poesia, e que consegue aliar ao trágico, criando um efeito tragicômico. Vemo-lo exercido em poetas como Lord Byron e Molière, e, no Brasil, por Gregório de Matos, no Barroco.

O cômico tem, por essência, o foco no extraordinário, no estranho, no grotesco. O que torna o cômico mais difícil de alcançar é o fato de se ligar ao particular, ao instante, o que afasta o leitor do seu significado, com o passar do tempo – mas isso não acontece com Burns.

Ainda hoje compreendemos suas críticas aos governos injustos e dominadores, à igreja e ao fanatismo religioso e a todo tipo de soberba e falsidade. Mas ele o faz com uma leveza e um humor raros, que não nos tiram a alegria de viver. Seus poemas mesclam paradoxos, o particular e o universal, o concreto e o abstrato, o insignificante e grandes temas filosóficos. Neles não há apenas a beleza do vocabulário, com o ritmo, a rima, a métrica, a estrofação, sempre irretocáveis; mas seus temas locais e transitórios ganham sentido universal. Mesmo dedicando-se a uma “poesia das coisas simples”, no dizer do seu tradutor espanhol Carlos Clementson, a respeito de “A um

Até os mares secarem, Querida,
 E as rochas ao sol derreterem,
 Eu te amarei ainda, Querida,
 Enquanto ampulhetas escorrerem.

Então adeus, meu Amor!
 Então, por enquanto, adeus!
 Pois eu retornarei ainda, Querida,
 Mesmo que de dez mil milhas for! –

Esse poema foi popularizado em 1821 por Robert Archibald Smith no seu *Scottish Minstrel*, combinando o poema de Burns com a ária “Low Down in the Broom”.

camundongo” (Lobo, 1994, p. 75, “To a mouse”, p. 74), seu texto diz muito mais do que isso. Fala da libertação dos pobres, massacrados pelos ricos, como o camundongo que foi esmagado pelo arado do fazendeiro. O poema “A um piolho” (Lobo, 1994, p. 81, “To a Louse”, p. 80)¹⁵ também remete a um valor mais alto, ao se referir a uma rica dama que, orgulhosa e prepotente, na igreja, ignora que um piolho se arrasta em seu chapéu. Em ambos, Burns denuncia, metaforicamente, a exploração do povo escocês por seus inimigos ingleses de sempre, ou dos pobres pelos ricos, mas unindo o lírico ao *humour*, tão característico da Escócia.

Assim, não há obsolescência dos temas, em Burns. Essa mistura de tons – elevado, médio e baixo, no dizer de Leo Spitzer¹⁶ – ao lado de uma verdadeira carnavalização, na definição de Mikhail Bakhtine,¹⁷ são os recursos que valorizam sua poesia. Nós os encontramos, por exemplo, no poema narrativo de 1785 “A feira sagrada” (Lobo, 1994, p. 247, “The Holy Fair”, p. 246), ou em “Tam o’ Shanter” (Lobo, 1994, p. 36-37). Neste último, observamos o uso do estilo romântico gótico, tão próprio de autores como Matthew Lewis, em *O Monge* (1796), Horace Walpole, em *O castelo de Otranto* (1764), Ann Radcliffe, em *Os mistérios de Udolfo* (1794) e Mary Shelley, em *Frankenstein* (1818). Na poesia, em James Hogg, Edgar Allan Poe, e principalmente Goethe. Mas a cena das bruxas, ao final do primeiro *Fausto*, deste autor, data de 1802, e o segundo *Fausto* de 1832, portanto é bem posterior à publicação de “Tam o’ Shanter”.¹⁸

Tom, a personagem desse poema narrativo, após passar uma bela tarde prazerosa bebendo na feira de Alloway, vive uma cena de terror que se avizinha do dramático, mas que mergulha no cômico. É surpreendido observando uma festa de bruxas ao lado da igreja de Alloway, quando grita, entusiasmado: “– Muito bem, Cutty sark!” (sainha curta). Perseguido pelas bruxas, busca fugir em disparada, montado na sua égua Maggie, e só consegue escapar porque

15- Ambos os poemas, “To a Mouse” e “To a Louse” são escritos na estrofe conhecida como “Burns stanza”, que na verdade já se encontrava em Habbie Simpson e entre os poetas das Terras Baixas da Escócia, as Lowland. Ela era praticada na poesia bárdica medieval escocesa, na provençal do século XI, nos “romances” ingleses e nos “milagres” da Idade Média, em geral em poemas cômicos, no esquema A-A-A-B-A-B. (Ver *The Oxford Book of Scottish Verse*, Selection John MacQueen and Tom Scott. Oxford, Oxford University Press, 1989. p. 305-308).

16- Spitzer, Leo, *Linguística e História Literária*, Madrid, Gredos, 1955. 388 p.

17- Bakhtine, Mikhail, *La poétique en Dostoievski*, Paris, Points, 1998. 368 p. [1a ed. 1929].

18- O poema “Tam o’ Shanter” foi inicialmente publicado em 1791 na obra *The Antiquities of Scotland and Ireland* (1789–91), de Francis Grose (1789–1791), e depois incluído na edição de 1793 de *Poems, Chiefly in the Scottish Dialect*, de Burns. (Ver Low, 1974, p. 13).

bruxas e maus espíritos não podem atravessar uma ponte sobre um rio. Mas a pobre Maggie termina com a cauda reduzida a um mero toco, arrancada pelos seres do mal. Aqui, Burns consegue também recuperar parte das lendas e mitos da Escócia medieval, cujo passado mais uma vez valoriza.

Nessa mesma linha do gótico, “A feira sagrada” (Lobo, 1994, p. 247, “The Holy Fair”, p. 246), descreve a feira de Mauchline, na região de Galston. Um diálogo engraçado se estabelece entre o protagonista e três alegorias da perdição: Diversão, Superstição e Hipocrisia – provando que Burns soube se elevar acima do vocabulário puramente denotativo ou realista. Aqui, ele supera o cômico e termina por apresentar uma crítica à religião, em especial dos Old Light, calvinista, em toda a sua rigidez e falsa moralidade, sob uma falsa aparência do bem. Com efeito, a epígrafe ao poema é “Hipocrisia na moda” (*Hypocrisy à la mode*, 1704), título de um poema de Tom Brown.

Mas o momento mais requintado do seu domínio do cômico lê-se no antológico “A prece do sagrado Willie” (Lobo, 1994, p. 55, “Holy Willie’s Prayer”, p. 54), Mesmo sem nada conhecer dos ministros da Igreja do tempo de Burns, que constituem seu motivo de chacota nesse longo poema, ainda assim o compreendemos hoje. Burns era cristão, mas não concordava com os exageros da ideia de predestinação dos Old Light (assim como James Hogg), e abominava a aleivosia da Igreja constituída como instituição. Apesar de ser considerado, por muitos, libertino, apreciava os momentos íntimos em família, como revela em “O sábado à noite do aldeão” (Lobo, 1994, p. 307, “The Cotter’s Saturday Night”, p. 306), em que descreve uma cena comovente da vida simples do campônio, que lia a Bíblia em família, às noites.

A proximidade com a natureza era um dos princípios do Romantismo, que se opunha à industrialização – assim como nós, hoje, lutamos contra a destruição das florestas e poluição do ar e suas consequências na alteração do clima. A valorização da linguagem simples do povo foi exposta por Wordsworth no prefácio de 1800 às *Baladas líricas*, que escreveria com Coleridge, ao valorizar uma “vida simples e rústica”.¹⁹

19- Wordsworth, William, Prefácio de 1800 às *Baladas líricas*, in Lobo, Luiza, *Teorias poéticas do Romantismo*, tradução, seleção e notas, Rio de Janeiro, UFRJ; Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 169-187. Wordsworth defende uma “*humble and rustic life*”, uma vida humilde e rústica, na primeira edição de 1800, e uma “*low and rustic life*”, uma vida simples e rústica, na edição de 1802.

Embora a crítica considere seu estilo descritivo e realista, Burns constantemente vai além disso e emprega alegorias e cria efeitos metafóricos para além do significado literal das palavras, mesclando gêneros e modos.

Então, o que marca o universalismo do poeta é sua capacidade quase mágica de harmonizar diferentes efeitos literários e unir paradoxos de sentido, o particular e o universal, o campo e a cidade, o concreto e o abstrato, o popular e o erudito, o sagrado e o profano, o tom baixo, médio e alto, os diversos gêneros dentro do lírico, o trágico e o cômico, o narrativo e o descritivo o épico e o dramático, e, acima de tudo, alçar sua poesia a um elevado plano filosófico iluminista.

Brindemos, então, ao grande bardo escocês universal, Robert Burns.

ATAS DE VEREANÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE: edição diplomática e aspectos linguísticos

Tatiana Keller (UFSM)

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no âmbito da Sociolinguística Histórica, área da Linguística que busca reconstruir a história de uma dada língua em seu contexto sociocultural. Nosso *corpus* compõe-se pelo Livro 28 de Atas de Vereança da Câmara Municipal de Porto Alegre, pertencente ao Fundo Junta Intendencial, disponibilizado em formato digital pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Tal livro conta com 56 atas redigidas entre os anos de 1887 e 1888. Inicialmente, transcrevemos as atas de modo fidedigno com o intuito de preservar as características originais e facilitar a leitura dos documentos, uma vez que são todos manuscritos. Em seguida, foram selecionadas palavras que apresentavam grafia diferente da atual a fim de se observar as mudanças pelas quais a Língua Portuguesa tem passado ao longo do tempo. Dessa forma, pretendemos contribuir para a história social e linguística do português usado no século XIX no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Atas de Vereança. Sociolinguística Histórica. Rio Grande do Sul. Século XIX.

COUNCILLOR MINUTES OF THE MUNICIPAL CITY COUNCIL OF PORTO ALEGRE: diplomatic edition and linguistic aspects

ABSTRACT

This research is part of Historical Sociolinguistics, an area of Linguistics that seeks to reconstruct the history of a given language in its sociocultural context. Our corpus is composed by Book 28 of Council Minutes of the Porto Alegre City Council, belonging to the Fundo Junta Intendencial, available in digital format by the Historical Archive of Porto Alegre Moysés Vellinho. This book has 56 minutes written between the years 1887 and 1888. Initially, we transcribed the minutes faithfully in order to preserve the original characteristics and facilitate the reading of the documents, since they are all handwritten. Next, words that presented different spellings than the current ones were selected in order to observe the changes that the Portuguese language has gone through over time. Thus, we intend to contribute to the social and linguistic history of

the Portuguese used in the 19th century in Rio Grande do Sul.

Keywords: City Council Minutes. Historical Sociolinguistics. Rio Grande do Sul. 19th century.

Introdução

O estudo de documentos redigidos em sincronias pretéritas pode revelar características do uso de uma língua por um grupo social em uma determinada época, bem como, fornecer informações sobre o funcionamento dessa sociedade. Levando em conta esse fato, este trabalho insere-se no âmbito da *Sociolinguística Histórica*, a qual, segundo Hernandez-Campoy e Conde-Silvestre (2012), tem por objetivo a reconstrução da história de uma dada língua em seu contexto sociocultural. Marquilhas (2015) afirma ainda que este campo de investigação procura estabelecer uma possível correlação entre dados linguísticos do passado e a realidade social do mesmo período.

Seguindo essa linha teórica, nossa pesquisa pretende contribuir para a história social e linguística do português usado no século XIX no Rio Grande do Sul. Ademais, almeja facilitar o acesso a documentos desta época para o público em geral por meio da disponibilização de sua transcrição em formato de arquivo de texto¹. Para tanto, a partir de digitalizações de documentos do Fundo Junta Intendencial, fornecidas pelo *site* do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, fizemos a edição diplomática do Livro 28 de Atas de Vereança da Câmara da cidade de Porto Alegre, que abrange o período de maio de 1887 a outubro de 1888, e, posteriormente, descrevemos o contexto sócio-histórico de produção desses documentos e analisamos suas características linguísticas.

1. Atas de Câmara: definição e estrutura

Conforme Belloto (2002, p. 46), a ata pode ser definida como um “registro resumido das ocorrências de uma reunião, assembléia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros”.

Nesse sentido, as atas da Câmara de Porto Alegre seguem a Lei de 1º de outubro de 1828, que regulamentava o funcionamento das câmaras municipais no período imperial, a qual determina no Art. 36 que o secretário “lavrará a acta, declarando nella os objectos expostos à discussão, as propostas, e emendas, que se apresentaram, e por quem; a final decisão, e os nomes dos

1- Este objetivo está em andamento, uma vez que as transcrições estão em fase de organização para que sejam alocadas no *site* do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* e publicadas em formato de *e-book* com acesso livre, a exemplo do que já foi feito em Keller e Costa (2019).

que votaram pró, e contra; e esta acta será assignada pelo Presidente, e todos os Vereadores presentes”².

Segundo Belloto (2002, p. 46), a ata é composta por:

- a) *protocolo inicial*, que apresenta número da ata, data e local da realização da reunião, nome das pessoas presentes, declaração de abertura;
- b) *texto*, que trata dos assuntos discutidos seguindo ou não a uma ordem do dia ou pauta;
- c) *protocolo final*, que compreende o fecho “nada mais havendo a tratar... eu secretário lavrei a presente...”, assinaturas do presidente e do secretário.

No Quadro 1, exemplificamos a estrutura de uma ata da Câmara de Porto Alegre redigida em de 24 de maio de 1887 em que identificamos as partes relatadas por Bellotto (2002).

Quadro 1: estrutura da ata de 24/05/1887

Número da sessão	Extraordinaria
Presidência	Presidencia do Sr. José D. da Costa.
Data	Aos vinte e quatro dias do mes de Maio do anno de 1887 no Paço da Camara Municipal da Leal e Valorosa
Data/ Local	Cidade de Porto Alegre presentes os Senr ^{cs} . Vereadores Pre=
Local	sidente Costa, Matta Coelho, José Porto, Raphael Ven=
Lista de presentes	tura, Bibiano, Masson, Canteiro, Figueira, e Felicis=
Lista de presentes	simo, o que verificou-se pela chamada feita, faltan=
	do com causa justificada os mais Senr ^{cs} . Vereadores, foi
Abertura da sessão	aberta a sessão.
Aprovação da ata anterior	Lida, é approvada a acta da antecedente e presente
Texto	o seguinte expediente:
Fecho	[assuntos diversos]
Fecho/ secretário	É por se achar adiantada
Secretário	a hora ¹ levantou-se a sessão, e eu Ignacio de
	Vasconcellos Ferreira, Secretario da Camara, lavrei a
	presente acta.
Assinaturas dos presentes	[assinaturas]

Fonte: a autora

Quanto à importância desse tipo de documento para os estudos linguísticos e sócio-históricos, Pereira (2015) defende que Apesar de possuírem uma forma, digamos clássica, pré-estabelecida, com seus protocolos iniciais e finais, percebemos que o intermédio desses dois pontos apresenta uma importante gama de informações de diversas naturezas a serem exploradas. As atas são documentos que conseguem transplantar para o hoje acontecimentos corriqueiros e cheios de significados, que podem servir de prova e conteúdo para diversas pesquisas (PEREIRA, 2015, p. 24).

Embora a ata siga um roteiro relativamente fixo, como se vê na descrição de sua estrutura, o *texto* é a parte em que há maior variedade de temas

2- Mantivemos a grafia original do documento.

e de pessoas envolvidos. Melo (2006) comenta que nesse item predomina a tipologia narrativa em virtude de a ata ser o registro escrito de uma decisão administrativa, discutida pelos vereadores, a qual será posta em prática. Observa-se ainda, segundo Melo (2006), que a ata materializa na escrita as falas, e essas falas revelam histórias daquele espaço social, no âmbito restrito e amplo. Esse saber narrativo é uma competência que aparece na situação de comunicação verbal, na reunião, e no registro escrito, porém neste reformulado e alterado (MELO, 2006, p.13).

Apesar de a língua falada ser reformulada na ata para adequar-se à modalidade escrita, esse tipo de texto pode fornecer pistas importantes acerca de um uso linguístico próximo da norma tida como “cult”, o que não pode ser descartado quando se trata da descrição de uma dada língua em um determinado período. A esse respeito Kewitz e Simões (2009) aludem que num primeiro momento, *atas de câmara* podem parecer bastante formulaicas e repletas de repetições, em função da própria estrutura e do grau de publicidade do texto. Ainda assim, não se podem desconsiderar os textos que mais se aproximem no polo da escriptualidade, como os documentos jurídicos e administrativos de forma geral (KEWITZ; SIMÕES, 2009, p.228).

Na próxima seção, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para a construção do *corpus* que serve de base para nossa análise.

2. Procedimentos metodológicos: *corpus* e edição dos documentos

O Livro 28 de Atas de Vereança da Câmara Municipal de Porto Alegre foi selecionado dentre os documentos do Fundo Junta Intendencial disponíveis em formato digital no *site* do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Este livro registra atas de 56 reuniões no período de 7 de maio de 1887 a 25 de outubro de 1888 em um total de 151 páginas. A seguir, na Imagem 1, apresentamos a digitalização da primeira página da ata da 2ª sessão de 12 de julho de 1887.

Imagem 1: Digitalização da primeira página da ata da 2ª sessão de 12/07/1887 (No final do artigo)

Com base na consulta às digitalizações dos documentos, foi feita a *edição diplomática* desses textos, seguindo as normas descritas em Cambraia (2005), segundo as quais deve-se transcrever de modo conservador todos os elementos do testemunho original (sinais abreviativos e de pontuação,

paragrafação, translineação, separação vocabular etc). No Quadro 2 está a edição diplomática da ata ilustrada na Imagem 1.

Quadro 2: Transcrição da primeira página da ata da 2ª sessão de 12/07/1887

<Assinaturas>	
	2ª sessão.
	Presidencia de S ^r . José Domingues da Costa.
05	Aos dōse dias do mes de Julho do anno de 1887 no Paço da Camara Municipal da Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, feita a chamada, verificou-se acharem-se presentes os Senr ^{cs} . Vereadores Presidente Costa, Masson, Cunha Netto, Matta Coe=
10	lho, José Porto, Felicissimo, Norberto e Raphael Ventura, faltando com causa justificada os mais Senr ^{cs} . Vereadores, foi aberta a sessão.
15	Lida, é approvada a acta da sessão anterior e presente o seguinte expediente: Officio do Vaccinador municipal, remettendo o mappa estatistico das pessoas vaccinadas, durante o semestre pro=
20	ximo findo. A archivar. Officio do S ^r . Subdelegado do 3º Districto, communicando que multou ao cidadão Joaquim de Oliveira, por infra=
25	ção do artigo 82 do Codigo de Posturas, e remettendo o res= pectivo auto. Ao S ^r . Procurador para promover a arre=
30	cadação da multa. Requerimento do cidadão João José Goulart, pedin= do para cercar um terreno de sua propriedade, mar=
	geiando a estrada da Restinga, districto de Belem. A vista da informação do respectivo final, resolve a Camara deferir a pretensão do supplicante.
	Requerimento do cidadão frances Aimable Jourin, pedindo permissão para colocar postes, semelhantes aos da Companhia Telephonica para apoio dos fios,
	para experiencias que deseja faser na rua dos An=
	dradas e adjacentes com a lus electrica, obrigando=
	se caso não surtam o effeito desejado a repor as referi=
	das ruas no antigo estado. A Camara resolve deferir assignando o supp ^c . termo pelo qual se obrigue a retirar os postes. concludas as experiencias a que se refere.

Fonte: a autora

Este tipo de edição tem como vantagem isentar o leitor da decodificação das formas gráficas da escrita original, tarefa difícil, sobretudo, quando trata-se de um documento manuscrito, e fornece ao pesquisador dados confiáveis para sua análise. Na próxima seção, abordamos tópicos relacionados ao contexto sócio-histórico em que as atas foram produzidas e, em seguida, tratamos de aspectos da grafia desses documentos.

3. Comentários sobre o contexto sócio-histórico de produção dos documentos e análise de suas características linguísticas

Esta seção subdivide-se assim: na subseção 3.1, abordamos questões relativas ao funcionamento da Câmara de Vereadores de Porto Alegre no final do período imperial e, na subseção 3.2, analisamos ocorrências de palavras que

apresentaram grafia divergente da atual.

3.1 Câmara Municipal de Porto Alegre no período imperial

A Lei de 1º de outubro de 1828, que “dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz”, define no Art. 24 que “as Camaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”.

Em consonância com essa lei, no *site* da Câmara de Porto Alegre³, há a informação de que o município, no período imperial, era uma instância administrativa, porém sem autonomia e estava submetido ao controle da Assembleia Provincial e do Presidente da Província. Da mesma forma, a Câmara Municipal também era controlada por tais instâncias e não tinha a função de alterar ou propor leis, como ocorre atualmente. Não havia um cargo semelhante ao de prefeito e essa função era desempenhada pelo Presidente da Câmara que cumpria as tarefas executivas da administração. As atribuições da Câmara tinham ampla abrangência: abertura, alargamento e denominação de ruas, controle de serviços de limpeza e policiamento, cobrança e isenção de impostos municipais, manutenção dos órfãos, entre outras incumbências.

A Câmara de Vereadores da *Leal e Valorosa cidade de Porto Alegre*⁴ foi fundada em 1773 e ocupou diversos prédios na cidade. A partir de 1870 passou a ter sede própria na Praça da Matriz como se pode ver na Imagem 2: o prédio da Câmara (à direita) era vizinho e tinha feições quase idênticas às do Theatro São Pedro (à esquerda). Infelizmente, a casa da Câmara não existe mais: foi destruída por um incêndio em 1949.

Imagem 2: Prédio da Câmara Municipal (à direita) e Theatro São Pedro (à esquerda) (no final do artigo)

As atas do Livro 28 foram redigidas por dois escreventes: o secretário Ignacio de Vasconcellos Ferreira e seu substituto José Caetano Ferraz Teixeira⁵. Sobre Ferreira, destaca-se que: em 1859, foi secretário da Instrução Pública; em 1864, foi redator do *Jornal do Comércio*, em Porto Alegre; em 1865, publicou o livro *Rimas*; participou da fundação da Sociedade Parthenon

3- Em relação à duração de cada sessão, o Art. 30 da Lei de 1º de Outubro de 1828, prevê o seguinte: “As sessões durarão cada dia, praticadas as mesmas formalidades, o tempo que fôr necessario para a discussão, e propostas das materias, que nellas devem, e podem ter lugar; não excedendo porém o de 4 horas”.

4- Assinaturas referentes à sessão anterior.

5- Site: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br>, na aba Setores da Casa > Memorial > História da Câmara. Acesso em 17/08/2022.

Literário, em 1868; e no período de 1861 a 1888 (ano de seu falecimento) foi secretário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Há ainda referências nos jornais da época a sua atuação como promotor cultural junto aos teatros da cidade. Quanto a Teixeira, há poucas informações: foi contador da Câmara Municipal de Porto Alegre; membro da Companhia de Loteamento da mesma cidade; e em 1894 aposentou-se do serviço público. Nos jornais do período, há menções a um processo de divórcio litigioso pelo qual passou com sua esposa.

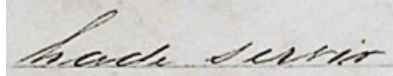
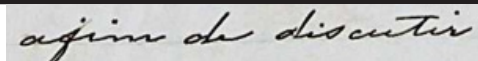
3.2 Análise linguística

Para esta análise foram consideradas palavras que apresentaram grafia divergente da atual. Nesse sentido, observamos a ocorrência de: 1) hipossegmentação; 2) encontros consonantais com consoante muda; 3) consoantes geminadas; 4) uso de *h*; 5) uso de *y* em lugar de *i*. Por fim, comentamos o uso de abreviaturas, bastante frequente em nossos dados.

1) Hipossegmentação

Espaços em branco, antes e depois, delimitam a palavra escrita. Essa delimitação, contudo, pode não coincidir com a segmentação da oralidade, o que pode gerar dúvidas para o escrevente. O uso correto ou incorreto desses espaços pode estar relacionado à prática de escrita e ao grau de letramento do redator. É considerada *hipossegmentação* a grafia de modo contínuo de palavras que deveriam ser separadas, como por exemplo, *apartir* (a partir) e *hipersegmentação*, a inserção de branco gráfico entre grupos de letras, distintos de palavras gráficas, como por exemplo, *des de* (desde). Em nosso *corpus*, verificamos apenas casos de hipossegmentação como se vê no Quadro 3, nas formas *hade servir* (há de servir) e *afim de discutir* (a fim de discutir).

Quadro 3: hipossegmentação

Forma manuscrita	Transcrição	Forma atual
	hade servir	há de servir
	afim de discutir	a fim de servir

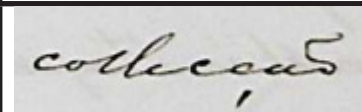
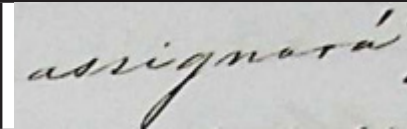
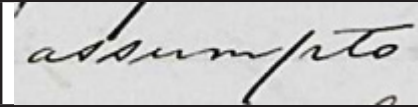
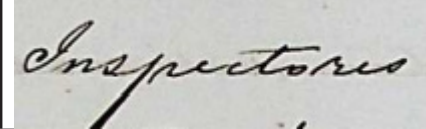
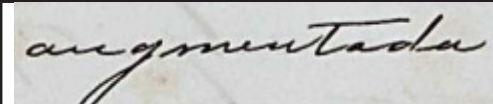
Fonte: a autora

2) Encontros consonantais com consoante muda

Nas atas foram localizados encontros de duas consoantes em que a segunda consoante não é pronunciada, por isso chamada de muda. O Quadro

4 apresenta alguns exemplos: *cç* (collecção), *gn* (assignará), *pt* (assumpto), *ct* (Inspectores), *gm* (augmentada). Sequências como *cç*, *gn*, *pt*, *ct*, *gm* foram herdadas do latim, língua na qual as consoantes eram pronunciadas, no entanto, em português, algumas delas não são mais pronunciadas e foram eliminadas pelo Acordo Ortográfico de 1990⁶.

Quadro 4: encontros consonantais com consoante muda

Forma manuscrita	Transcrição	Forma atual
	collecção	coleção
	assignará	assinará
	assumpto	assunto
	Inspectores	Inspetores
	augmentada	aumentada

Fonte: a autora

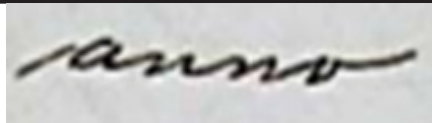
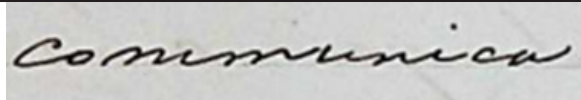
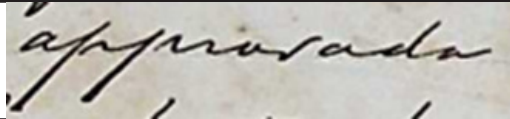
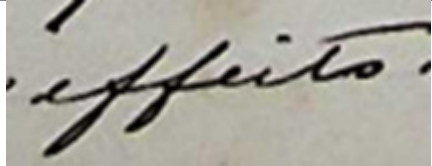
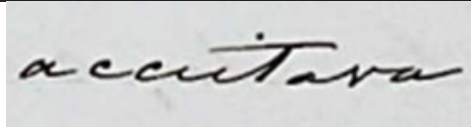
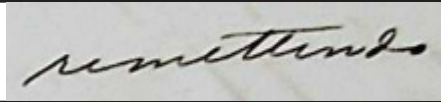
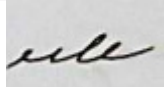
3) Consoantes geminadas

A presença de consoantes geminadas, ou consoantes duplas, é uma característica bastante recorrente nos textos das atas. Todos os tipos de consoante podem ser duplicadas como vemos no Quadro 5 em que há exemplos de consoantes: nasais (nn, mm), como se vê nas palavras *anno* e *communica*; obstruintes (pp, ff, cc, tt), como em *approvada*, *effeito*, *acceitava* e *remettendo*; e laterais (ll), como em *elle*. Williams (2001) menciona que a consoante dupla seria uma reminiscência do latim, língua em que exercia uma função fonética. Tal função não se manteve em português, por isso essas

6- Denominação da cidade de Porto Alegre nas atas de Câmara.

consoantes foram simplificadas. A manutenção de consoantes geminadas (assim como o uso de encontros consonantais com consoante muda) parece ser uma tentativa de embelezamento da escrita, traço muito comum da grafia do século XIX no Brasil (BARBOSA, 2009).

Quadri 5: consoantes geminadas

Forma manuscrita	Transcrição	Forma atual
	anno	ano
	communica	comunica
	aprovada	aprovada
	efeito	efeito
	aceitava	aceitava
	remettendo	remetendo
	elle	ele

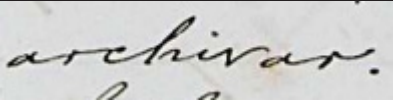
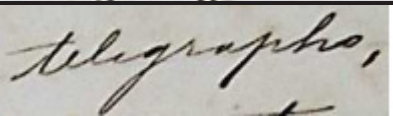
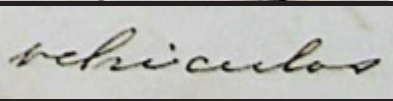
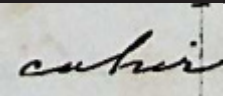
Fonte: a autora

4) uso de *h*

No registro das atas, observamos casos de uso de *h* que, na atualidade, foram eliminados. No Quadro 5, apresentamos algumas ocorrências desse uso, o qual pode estar correlacionado ao período pseudoetimológico da ortografia brasileira (cf. BARBOSA, 2009). Vemos situações em que o *h* indica modificação de pronúncia, como em *archivar* e *telegrapho*, e aponta

separação de encontros vocálicos (marcação de hiato), como em *vehiculos* e *cahir*.

Quadro 5: uso de h

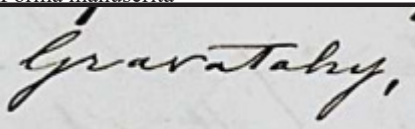
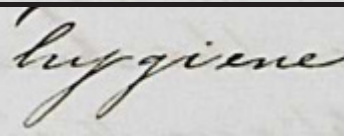
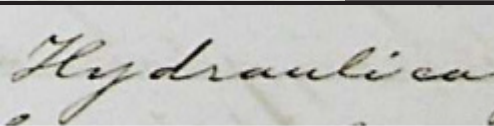
Forma manuscrita	Transcrição	Forma atual
	archivar ('ch' com valor de 'qu')	arquivar
	telegrapho ('ph' com valor de 'f')	telégrafo
	vehiculos	veículos
	cahir	cair

Fonte: a autora

5) uso de y em lugar de i

Na escrita das atas, há algumas ocorrências de troca de *i* por *y* como se vê no Quadro 6, nas palavras *Gravatahy*, *hygiene* e *Hydraulica*. Sobre o *y*, esse seria, segundo Williams (2001), um caso de confusão de grafias, a qual também incluía o *j*.

Quadro 6: troca de i por y

Forma manuscrita	Transcrição	Forma atual
	Gravatahy	Gravatai
	hygiene	higiene
	Hydraulica	Hidráulica

Fonte: a autora

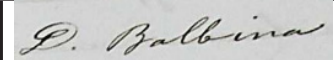
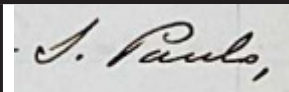
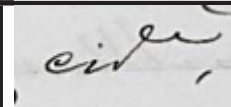
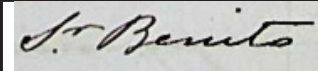
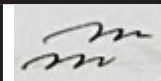
6) Abreviaturas

Por fim, observamos ainda o uso de formas abreviadas. Conforme Flexor (1990), a proliferação das abreviaturas, nas escritas antigas, deve-se a dois fatores: ocupar menos espaço, devido à raridade e ao custo elevado do material de escrita, e economizar tempo, escrevendo mais depressa. Em nosso *corpus* há casos de abreviação por:

- a) sigla: representação de uma palavra por sua letra inicial;
- b) síncope: apagamento dos caracteres do meio do vocábulo;
- c) letras sobrepostas: sobreposição das letras finais do vocábulo⁷.

No Quadro 7 estão alguns exemplos dessas abreviaturas.

Quadro 7: abreviaturas

Forma manuscrita	Transcrição	Desdobramento	Tipo de abreviatura
	D. Balbina	Dona Balbina	sigla
	S. Paulo	São Paulo	sigla
	cid ^e	cidade	síncope e sobreposição
	Sr. Benito	Senhor Benito	síncope e sobreposição
	m ^{ma}	mesma	síncope e sobreposição

Fonte: a autora

4 Considerações finais

Com este estudo, procuramos mostrar a importância do uso de fontes escritas de períodos mais afastados no tempo para remontar o contexto sócio-histórico em que elas foram produzidas e também para examinar a forma como a Língua Portuguesa era empregada. Para tanto, com base em registros digitais, foi feita a transcrição das atas da Câmara de Vereança de Porto Alegre do final do século XIX.

A partir dessa transcrição foi possível observar o funcionamento da Câmara em relação às questões administrativas da cidade no final período imperial brasileiro. Além disso, pudemos verificar diferenças de registro

7- Não fizemos a separação entre as formas linguísticas usadas pelos dois escreventes. Esse será um dos desdobramentos da pesquisa, uma vez que observamos que há diferenças em suas grafias, provavelmente, devidas ao nível de letramento de cada um.

gráfico dessa época em comparação com a atualidade. Em trabalhos anteriores sobre o português usado em documentos de diversas tipologias redigidos no Rio Grande do Sul no século XIX, desenvolvidos por nós (KELLER e ALMEIDA, 2017; WINK e KELLER, 2017; KELLER e GONÇALVES, 2018), constatamos a ocorrência dos mesmos aspectos linguísticos observados nesta pesquisa, quais sejam: hipossegmentação, encontros consonantais com consoante muda, consoantes geminadas, uso de *h*, uso de *y* em lugar de *i* e uso de abreviaturas. Tal fato nos leva a considerá-los como característicos do século XIX e como constituintes de uma possível norma linguística (na concepção de Coseriu (1952)) usada na região. Para corroborar, ou refutar, tal hipótese, pretendemos ampliar os *corpora* de forma a abarcar variados escreventes, tipos de textos e locais de produção desses textos. Almejamos também comparar tais resultados com os obtidos em outras pesquisas sobre a grafia oitocentista do Rio Grande do Sul a fim de propor uma descrição da Língua Portuguesa utilizada nessa época no estado (em consonância com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto *Para uma História do Português Brasileiro*⁸).

8- Cf. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>>. Acesso em 8 de setembro de 2022.

Referências

- ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. Disponível em: <https://atom.procempa.com.br/index.php/junta-intendencial-2>. Acesso em: 10/08/2022.
- BARBOSA, A. G. Novos *corpora* para estudos diafásicos: cartas pessoais e cartas publicadas em jornais do séc. XIX. In: LOPES, C.; REICH, U. (org.) *Neue Romania: variação linguística em megalópoles latinoamericanas*. Berlim: Lincom Europa. N° 39, p. 197-218, 2009.
- BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo⁹: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario. Acesso em: 18/08/2022.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?p_secao=118.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COSERIU, E. Sistema, norma y habla. *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias de Montevideo*, ano IV, n. 9, 1952.
- FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas*. Manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2 ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. (eds). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. London: Blackwell, p. 22-40, 2012.
- KELLER, T.; ALMEIDA FILHO, D. T. Edición diplomática y análisis paleográfico de cuatro manuscritos redactados en Río Grande del Sur, Brasil, entre finales del siglo XIX y el inicio del siglo XX. *Alfinge*, ¹⁰29, p. 103-124, 2017.
- KELLER, T.; GONAÇLVES, A. F. C. Edição diplomática e comentários paleográficos de manuscritos do final do século XIX, da cidade de Santa Maria. *Polifonia*, v. 25, n. 37(1), p. 121-143, 2018.
- KELLER, T.; COSTA, E. *Rio Grande do Sul dos séculos XIX e XX*: manuscritos.

9-Frequentemente, a abreviação por sobreposição é acompanhada pela síncope, como é o caso aqui.

10-Para maiores informações, consultar: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home?authuser=0>.

Santa Maria: PPGL Editores, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18844>.

KEWITZ, V.; SIMÕES, J. da S. Características e potencialidades dos *corpora* paulistas. In: CASTILHO, A. *História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARQUILHAS, R. Non-anachronism in the historical sociolinguistic study of Portuguese. *Journal of Historical Sociolinguistics*, 1(2), p. 213- 242, 2015.

MELO, R. *Atas: registro de lutas discursivas da Escola Peixoto Gomide de Itapetinga*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

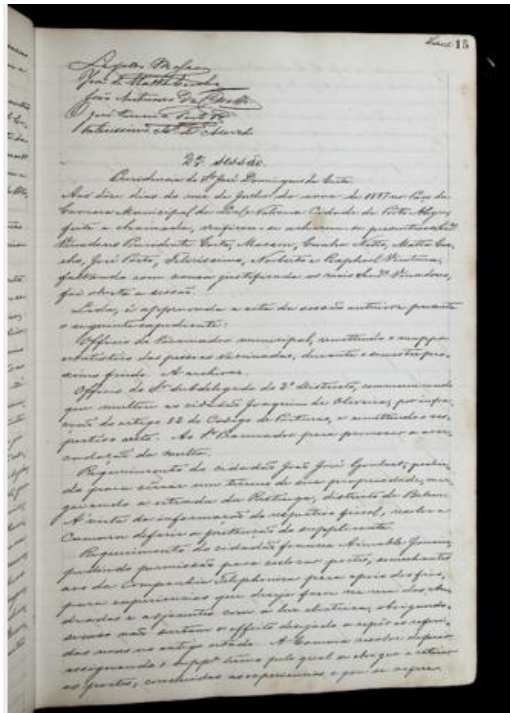
PEREIRA, B. B. de S. A história e a escrita do sertão baiano através de atas da Câmara de Jacobina. In: XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 2015, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, v. XIX, n. 5. Rio de Janeiro: CiFeFil, 2005, p. 23- 29.

WILLIAMS, E. B. *Do Latim ao Português*, 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

WINK, D. S.; KELLER, T. Edição fac-similar, edição diplomática e aspectos paleográficos de quatro manuscritos redigidos no Rio Grande do Sul. *Linguagens & Cidadania*, v. 19, n. especial, p. 200-224, 2017.

Imagens:

1 -



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (<https://atom.procempa.com.br/index.php/11-07-1887-a-12-07-1887-pagina-034-2>)

2 -



Fonte: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/camara-de-porto-alegre-completa-245-anos>

ANÁLISE FILOLÓGICA DE UMA ATA DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DA CONCEIÇÃO DE CUIABÁ DO SÉCULO XIX

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT)

carolseixaslima@gmail.com

Vanessa da Costa Guimarães (UFMT)

nessabelle@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a análise de um documento mato-grossense do século XIX do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC), trata-se de uma ata do Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição de Cuiabá, de 1863, produzida em sessão ordinária pelos Membros da Congregação, registrada pelo Padre Bernardino José Soares, cujo sujeito e motivo da produção documental foram o pedido de autorização para fazer o quadro do ilustre Padre Ernesto Camillo Barreto e colocá-lo na sala nobre dos Lentes. O *corpus* é um datiloscrito inédito, do qual são apresentadas breves explanações filológicas, codicológicas, diplomáticas, paleográficas e a contextualização histórica do documento, sendo estas etapas, parte essencial para o labor filológico. Na sequência, foi realizada a edição fac-similar e paleográfica com critérios adaptados do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) e por fim, a análise documental, sendo elas: codicológica, diplomática e paleográfica. O estudo mostrou-se relevante para a pesquisa filológica em documentos mato-grossenses, contribuindo para a divulgação do acervo documental da ACMC, possibilitando conhecer aspectos sincrônicos da língua portuguesa. Assim, através da edição paleográfica do documento em questão, podem ser observados alguns aspectos específicos, relativos aos documentos da época. O aporte teórico que possibilitou a análise filológica do *corpus* se apoia em Spina (1977); Berwanger e Leal (2008); Belloto (2008); Cambraia (2005); Barreto e Lima (2021); Siqueira (2002); Paião (2006); Barreto (2009).

Palavras-chave: Filologia; Ata; Seminário Episcopal da Conceição.

PHILOLOGICAL ANALYSIS OF AN ACT OF THE SEMINÁRIO EPISCOPAL DA CONCEIÇÃO IN CUIABÁ FROM THE NINETEENTH CENTURY

ABSTRACT

This article presents the analysis of a 19th century document from the Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC), in Mato Grosso. It is an act of the Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição of Cuiabá, from 1863, that was produced in ordinary session by the Members of the Congregation, which is recorded by the Priest Bernardino José Soares, whose subject and reason for the documentary production were the request for authorization to make the painting of the distinguished Priest Ernesto Camillo Barreto and place it in the main noble room of the Lentas. The *corpus* is an unpublished original writing, in which brief philological, codicological, diplomatic, paleographic explanations and the historical context of the document are presented, being these steps, an essential part of the philological work. Then, a facsimile and paleographic edition was made with criteria adapted from the Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB); and finally, the documentary analysis was made with the following aspects: codicological, diplomatic and paleographic. The study proved to be relevant for the philological research in documents from Mato Grosso, contributing to the spreading of document collection of the ACMC, making possible to know synchronic aspects of the Portuguese language. Thus, through the paleographic edition of the document in question, some specific aspects related to the documents of that time can be observed. The theoretical contribution that enabled the philological analysis of the *corpus* is based on Spina (1977); Berwanger and Leal (2008); Belloto (2008); Cambraia (2005); Barreto and Lima (2021); Siqueira (2002); Paião (2006); Barreto (2009).

Keywords: Philology; Act; Seminário Episcopal da Conceição.

Introdução

Este trabalho deteve-se ao estudo e análise filológica do datiloscrito “Ata da Congregação do Seminário da Conceição de Cuiabá” registrada em 22 de outubro de 1863, na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso. A ata foi escrita pelo Padre Bernardino José Soares, na ocasião da reunião dos membros da congregação em que fez dois pedidos: o primeiro, para tirar dois retratos do Padre Ernesto Camillo Barreto e o segundo, a autorização do Bispo Diocesano

para colocá-lo na sala nobre do Seminário. O autor discorre sobre as benfeitorias de Ernesto Camillo no Seminário para que seu pedido obtenha êxito. O documento encontra-se sob a guarda do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC) que tem como curador o Pe. Felisberto Samoel da Cruz, tendo como fundo, a Diocese; como grupo, o Seminário da Episcopal da Conceição e como série, “Relatórios (1855-1888)”.

O *corpus* da pesquisa é composto por dois fôlios em bom estado de conservação em que podemos observar, mesmo que em recorte, o estado da língua no século XIX no Estado mato-grossense, em análise sincrônica, e contribuir com o Projeto Para a História do Português Brasileiro – PHPB¹.

O labor filológico e as ciências auxiliares² se fazem presentes, nesse artigo, com a apresentação de uma breve síntese da Filologia, Codicologia, Diplomática e da História, na sequência serão apresentadas as edições fac-similar e paleográfica, e considerando a análise essencial à realização das etapas fundamentais do trabalho, faz-se: a descrição codicológica, a análise diplomática e a análise paleográfica.

1. Filologia e as ciências auxiliares – breve síntese

1.1. Filologia

A Filologia, enquanto Crítica Textual, nasceu com os alexandrinos, no século III a I a.C., na tentativa de restituir os textos à sua forma genuína, qual era o desejo de seu autor, ela “concentra-se no texto escrito para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado” (SPINA, 1977, p. 75), essa é a função substantiva do labor filológico de caráter erudito. Seu objeto é o estudo do texto, a existência material, ou seja, a materialidade histórica de um testemunho que ao editá-lo reproduz em outro suporte, tornando-o acessível ao público.

Filologia é um termo polissêmico, por isso é necessário compreender o termo filologia, uma vez que a análise do *corpus* desta pesquisa é filológica. Cambraia (2005, p. 18, grifos das autoras) emprega o termo Filologia como “o *estudo global do texto*, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, etc”; para Berwanger e Leal (2008, p. 20) a Filologia “estuda a evolução da escrita das línguas juntamente com Linguística”; o dicionário

1- <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home> (Acesso em 16/03/2023).

2- A respeito da expressão “ciências auxiliares”, gostaria de deixar claro que adotaremos essa acepção de acordo com os autores consultados para esta pesquisa, embora saibamos que a referida expressão tem sido problematizada por muitos teóricos.

Houaiss (2001) apresenta quatro significados para o termo filologia, como: estudo das sociedades e civilizações antigas; estudo de documentos escritos antigos e de sua transmissão; o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas; e estudo científico de textos e estabelecimento de sua autenticidade.

O filólogo, enquanto erudito, alia o conhecimento de outras ciências para poder restituir a genuinidade do texto, aqui corroboram para ela, a História, a Codicologia, a Diplomática e a Paleografia, essas ciências contribuem para esclarecer os pontos obscuros na pesquisa em questão.

1.2. Ciência Codicológica

A Codicologia é o estudo da técnica do livro, isto é, o códice, o manuscrito, que fixa em compreender os diversos aspectos da confecção material primitiva, “é atinente exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito (Scriptória) e das condições materiais em que esse trabalho se verificou” (SPINA, 1977, p.22). Ela é fundamental para a crítica textual porque permite compreender as razões pelas quais um texto se modifica no processo de transmissão e elabora hipóteses para tais razões. A Codicologia também é utilizada pragmaticamente na descrição de códices (CAMBRAIA, 2005).

1.3. Ciência Diplomática

A ciência Diplomática ocupa-se da estrutura formal dos documentos escritos, “tem como objeto o documento público e privado” (SPINA, 1977, p. 19), segundo Belloto (2008), documento diplomático deve ser redigido observando a formalidade do discurso para lhe dar força probatória, o seu objeto de estudo é a estrutura formal do documento. Portanto é uma das ciências auxiliares da Filologia.

Documentos escritos possuem a sua estrutura própria e se encaixam em uma tipologia que é definida pelo suporte e veículo utilizado nessa comunicação. O formato, o conteúdo expresso por meio da língua e linguagem, os interlocutores envolvidos nesse discurso e a finalidade textual, como é o caso do documento Ata, aqui apresentado, pois “todo documento tem um autor ou autores e é dirigido a um indivíduo ou a uma coletividade, e sua gênese está datada de um lugar (data tópica) e tem uma data (data cronológica) e se produz por alguma razão contida em seu texto” (BELLOTO, 2008, p. 13).

Belloto nos aponta, em seu glossário das espécies documentais, a definição de alguns documentos diplomáticos, dentre as quais a ata, assim

definida:

ata documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal Registro resumido das ocorrências de reunião, assembleia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros. Se for de eleição, resume o seu desenrolar. Geralmente é lavrada em livro próprio. Protocolo inicial: número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação, declaração de abertura da sessão pela presidente e secretário. Texto: assuntos discutidos, em obediência ou não a uma ordem do dia ou pauta. Protocolo final: fecho: nada mais havendo a tratar [...] eu [...] secretário lavrei a presente [...]. Assinaturas do presidente e do secretário. (BELLOTO, 2008, p. 36)

1.4. Ciência Paleográfica

A Paleografia surge atrelada à Diplomática, com a intensão de “orientar a avaliação da autenticidade de documentos legais, tanto através de sua escrita, quanto de sua forma e de seu conteúdo” (Cambráia, 2005, p. 25). No último quartel do século XVII, período em que os padres da Companhia de Jesus, intencionados em escrever sobre a vida dos santos, o *Acta Sanctorum*, visitaram mosteiros e igrejas e constataram a existência de documentos falsos. O padre holandês, Daniele Van Papenbroek (1628-1714), continuou suas pesquisas e publicou, em 1675, o *Propylaeum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis*, discriminando verdadeiro e falso em documentos antigos, portanto, uma crítica diplomática que impugnou grande parte dos documentos encontrados nos mosteiros beneditinos franceses. Em 1681 D. Jean Mabillon (1632-1707) publica a obra *De re diplomática libri VI*, refutando a publicação de Papenbroek, assim nasceu a Diplomática e a Paleografia (BERWANGER; LEAL, 2008).

Vejamos o que os teóricos afirmam sobre a Paleografia. Spina afirma que Paleografia é “o estudo das antigas escritas e evolução dos tipos caligráficos em documentos, isto é, em material perecível” (1977, p. 18). Seu objeto é o estudo da escrita do documento, leitura e transcrição; Berwanger e Leal (2008) dizem que a abrangência paleográfica envolve a história da escrita, a evolução das letras e os instrumentos utilizados; para Cambráia (2005), possui finalidade teórica e pragmática – teórica porque se preocupa em entender a

constituição sócio-histórica da escrita e pragmática pela capacitação de novos leitores para avaliar a autenticidade de um documento com base na escrita.

2. Contextualização histórica do documento

Conhecer a história do documento possibilitará a compreensão do período de registro da Ata produzida no Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá. A História, enquanto ciência, contribui com o trabalho filológico. Segundo Spina (1977), é uma disciplina de maiores pontos de contato com a filologia. “Estremar as duas disciplinas não seria de todo ocioso, visto que, não só os historiadores, mas os próprios filólogos laboram em confusão quando falam nos serviços prestados à História pela Filologia e vice-versa” (SPINA, 1977, p. 74), portanto os textos manuscritos e impressos são de fundamental importância para ambas ciências.

2.1. O Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição

O Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição, nome dado em homenagem à santa de mesmo nome, está localizado ao lado da Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, construído sobre o morro do Bom Despacho, antiga região da Sé, hoje no Centro Histórico da capital mato-grossense. A região foi estrategicamente pensada, pois afastada do centro urbano, na época, favorecia a tranquilidade indispensável ao espírito em oração.

A princípio a construção seria ao lado da Capela de São Gonçalo, como desejo do Frei José Maria de Macerata, mas Dom José Antônio dos Reis, primeiro Bispo de Cuiabá, por considerar o local acanhado, direcionou sua construção para o Morro do Bom Despacho ao lado da igreja de mesmo nome. A construção do Seminário foi possibilitada por verbas do Governo Imperial como comprovado por Façanha (2002).

Foi o primeiro estabelecimento secundário da província, de caráter religioso, atendeu a população masculina e um dos poucos espaços apropriados para a instrução no século XIX (PAIÃO, 2006, p. 82). Atualmente o prédio é tombado como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado por meio da portaria nº 47/77, publicada no Diário Oficial de 11 de outubro de 1977.

2.2. Ernesto Camillo Barreto – sujeito da ata

Padre Ernesto Camillo Barreto, professor de Teologia Dogmática e Moral, sujeito sobre o qual se fala e motivo de produção do documento Ata, veio para Cuiabá em 7 de agosto de 1854 por solicitação de Dom José Antonio dos Reis para atuar no Seminário da Conceição. Suas ações

dentro do Seminário foram importantes, pois sanou a deficiência de material intruacional, confeccionou compêndios didáticos em forma de apostila de Teologia Dogmática e Moral.

Em 1855, foi nomeado para a cadeira de Filosofia Racional e Moral para suprir a falta de professores, lecionou gratuitamente as aulas de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos, concluindo os compêndios dos mesmos, em 1856. Os materiais produzidos para alunos do Seminário foram aprovados pelo bispo diocesano e com parecer favorável do governo imperial.

Em 1865, elaborou um “Compêndio de Gramática e Língua Latina em parceria com o Padre Henriques de Carvalho Ferro” (BARRETO, 2009, p. 176).

Em 1854, foi incumbido de realizar o primeiro Estatuto do Seminário que só terminou anos mais tarde, em 1856, e aprovado pelo Governo Imperial no mesmo ano, como comprovado no *corpus* “Sabeis que autorizado pelo *Excellentissimo* Prelado confeccionou os | primeiros Estatutos do Seminario, que forão aprovados pelo Governo Impe- | rial” (fólio.1*recto*, linhas 27 a 29). Participou da elaboração do Segundo Estatuto do Seminário em que os trabalhos foram iniciados em 1864. Nesse ano, foi deflagrada a guerra da Tríplice Aliança, de dezembro de 1864 a 1870, contra o Paraguai, e o Padre Ernesto Camillo Barreto se ofereceu para integrar o Batalhão dos Voluntários da Pátria. O Segundo Estatuto só vigorou após o fim da Guerra em 1870.

Em 1863, ano de registro da ata, ele foi Inspetor Geral dos Estudos do governo da província de Mato Grosso devido ao domínio pedagógico e administrativo demonstrado no Seminário Episcopal, no ano seguinte, foi chamado para exercer temporariamente o mesmo cargo pelo presidente da província da época, Alexandre Manuel Albino de Carvalho. Mesmo desenvolvendo essas atividades junto ao governo, não deixou de lecionar as aulas do Seminário. As aulas dos seminaristas ocorriam na sala da capela Bom Despacho.

Com a epidemia de varíola em Mato grosso, principalmente em Cuiabá, quando os soldados que voltaram da Guerra do Paraguai, voltaram infectados, Dom José os recolheu, fazendo servir a escola e internato Episcopal de enfermaria para vítimas enfermas, deixando de ministrar aulas naquele espaço e tempo.

Em 12 de outubro de 1873, o presidente da província mato-grossense nomeou Padre Ernesto Camillo Barreto para o cargo de Inspetor Geral dos Estudos. Ficou ele incumbido de elaborar o Primeiro Regimento Interno das Escolas Primárias, permanecendo no cargo até 1879. Em seu trabalho junto

ao governo “preocupava-se em percorrer as escolas, orientar os professores quanto aos conteúdos e métodos, avaliando o sistema escolar da província de forma criteriosa e preconizada” (BARRETO, 2009, p. 178).

Ele coordenou as reuniões mensais do Seminário no ano de 1879 e participou ativamente do lançamento da pedra fundamental em 1858. Além dos trabalhos pedagógicos, também atuou como Reitor e presidente de comissão ou bancas examinadoras.

Faleceu em Cuiabá, em 26 de março de 1896, não tendo cumprido os votos de castidade, deixando filhos. Ernesto Camillo Barreto atuou no ensino eclesiástico e no ensino público como membro do governo. Fundou, em parceria com João de Souza Neves, o periódico *A Imprensa de Cuyabá*. Foi deputado pela província de Mato Grosso junto com o General Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, em 1869 e ocupou a cadeira de nº 14 da Academia Mato-grossense de Letras.

Como podemos observar, o Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá, espaço concreto de educação formal e a atuação de Padre Ernesto Camillo Barreto em terra mato-grossense foram marcas importantes vivenciadas pela população cuiabana e mato-grossense.

3. Edições – escolhas e critérios

A edição fac-similar é um grande instrumento de consulta ao texto fonte e por ter uma abordagem mais conservadora, propicia o estudo linguístico e sincrônico da língua, garantindo autonomia na interpretação. Por ser uma edição consultada por um público mais especializado, optamos por acompanhá-la da edição paleográfica.

A edição paleográfica, também chamada de semidiplomática foi escolhida com objetivo é facilitar a leitura para que esta esteja mais acessível para o público menos especializado e possibilitar aos linguistas o estudo da história da língua portuguesa pela preservação das informações no datiloscrito, igualmente deixado por seu autor, nesse tipo de edição há:

um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos [...] inserção ou supressão de elementos por conjectura (CAMBRAIA, 2005, p. 95).

Os critérios adotados para a transcrição paleográfica tiveram como base as normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos proposto pelo Projeto Para a História do Português Brasileiro – PHPB, disponível no site <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>, em que em alguns foram adaptados e outro acrescentado, como o critério 7. São eles:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se em itálico as letras omitidas.
3. Não serão estabelecidas fronteiras de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplo: “segundaparte”
4. A pontuação original será mantida.
5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “merito”; “á”. Os sinais de separação de sílaba ou de linha serão mantidos como no original. Exemplos: “tornal- | o” e “Seminario”.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas.
7. No caso dos impressos, eventuais erros de composição serão marcados com (*sic*) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo, Nota 1: ““onceição por Conceição”,”. Os erros cometidos e corrigidos com sobreposição de letras serão colocados entre parênteses após a letra corrigida em nota de rodapé. Exemplo, Nota 5: “bas(t)tão” por “bastão”
08. Supressões feitas pelo autor serão tachadas. Exemplos: “estas”. No caso de repetição estará entre colchetes duplos. Exemplo: “serviços em prol [[em prol]] do”.
09. As linhas do documento original serão preservadas.
10. A mudança de fôlio receberá a marcação entre colchetes conforme os exemplos: [fol. 1r]; [fol. 2r].
11. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

3.1. Edições fac-similar e paleográficas

Apresentamos a seguir as edições fac-similar de dois fôlios datiloscritos, seguidas das edições paleográficas.

[Fol. 1r]

PADRE ERNESTO CAMILLO BARRETO - Ata da Congregação do Seminário da Con-
ceição de Guaiabá, aos 22 de outubro de 1863

Srs. membros da Congregação. Venho hoje propor-vos em nome da justiça e do merito um tributo perpetuo a' estas duas virtudes resumidas nestas duas proposições: 1ª vossa coadjuvação e apoio a mandarmos tirar o retrato do nosso collega o Prof. Ap. Ernesto Camillo Barreto, como signal de lembrança aos seus trabalhos e relevantes serviços em prol em prol do Seminario Episcopal da Conceição do qual é o decano dos Lentes. 2ª Pedimos officialmente ao Exmo Snr Bispo Diocesano a devida autorização para collocar-lo na sala nobre do Seminario em compensação á coadjuvação que lhe ha prestado n'este ramo do publico serviço desde muito antes da fundação do mesmo Seminario - Para fundamentar a minha proposta, Srs. Membros da Congregação, eu não posso trazer á lume todos os importantes serviços do nosso collega: elles vos são sobremodo conhecidos. Relevarei porem, que não podendo enumerar todos, aponto ao menos alguns que por si sós bastão para tornal-o credor do reconhecimento dos actuaes e futuros paes de familia, da Religião da que somos ministros, e da pátria de que somos filhos. A Provincia de Mato Grosso lhe fará em algum tempo a' apothecose de que é digno, e nós membros de uma corporação em prol da qual tem envidado tantos esforços intellectuaes, physicos, moraes e pecuniarios não devemos ser indifferentes a seus serviços, devemos ser os primeiros a compensal-os e a dar um testemunho publico de seus meritos á presente e futura geração. Sabeis que o Proton. Ap. Ernesto Camillo Barreto deixando o seo paiz natal chegou a esta Diocese á 7 de Agosto de 1854 no character de "ente de Theologia Dogmatica e Moral, e que desde então dedicou todos os seus cuidados e em coadjuvar ao Exmo. Snr. D. José na fundação do Seminario de que hoje fazemos parte. Sabeis que autorizado pelo Exmo. Prelado confeccionou os primeiros estatutos do Seminario, que forão aprovados pelo Governo Imperial. Sabeis mais que em beneficio da mocidade abriu, alem das aulas de Dogma e Moral, com autorisação de S. Exa Revma. um Curso de Philosophia Racional e Moral, outro de Rhetorica e outro de exegetica, Religião e lugares Theologicos no Seminario, empregando nelles as horas proprias de seu descanso. Sabeis que não forão estereis as suas lições nestas materias, entre nos mesmos temos quem se ufane de dar-lhe o titulo de Mestre - de tratal-o hoje pelo de collega. Não vos é estranho que entreteve com os Sacerdotes e Parochos da Diocese uma conferencia de Moral por algum tempo

Edição paleográfica [fol.1r]

	PADRE ERNESTO CAMILO BARRETO – Ata da Congregação do Seminário da Cuiabá, aos 22 de outubro de 1863
	<i>Senhores</i> membros da Congregação. Venho hoje propor-vos em nome da justiça e do merito um tributo perpetuo á estas duas virtudes resumidas nestas duas proposições: <i>Primeiro</i> vossa coadjuvação e apoio a mandarmos tirar o retrato do nosso collega o <i>Protonotário Apostólico</i> Ernesto Camillo Barreto, como signa lembrança aos seus trabalhos e relevantes serviços em prol [[em prol]] do Seminário Episcopal da 'onceição(sic)' do qual é o decano dos 'entes(sic)'. <i>Segundo</i> Pedir oficialmente ao <i>Excellentissimo Senhor Bispo</i> Diocesano a devida autorisação(sic)'
5	ca-lo na sala nobre do Seminario em compensação á coadjuvação que lhe ha prestado n'este ramo do publico serviço desde muito antes da fundação do mesmo Seminario – Para fundamentar a minha proposta, <i>Senhores</i> Membros da Congregação, eu não posso trazer á lume todos os importantes serviços do nosso collega: elles vos são sobremodo conhecidos. Relevareis(sic)' porem, que
10	não podendo enumerar todos, aponto ao menos alguns que por si sós bastão(sic)' para tornal-o credor do reconhecimento dos actuaes e futuros paes de família, da(sic)' Religião de que somos ministros, e da patria(sic)' de que somos filhos. A Provincia de Mato Grosso lhe fará em algum tempo a apothoose de que é digno, e nós membros de uma corporação em prol da qual tem enviado tantos
15	esforços intellectuaes, physicos, moraes e pecuniarios não devemos ser indifferentes(sic)' a seus serviços, devemos ser os primeiros a compensal-os e a dar um testemunho publico de seus meritos á presente e futura geração. Sabeis que o <i>Protonotario(sic)</i> ¹⁰ <i>Apostólico</i> Ernesto Camillo Barreto deixando o seo
20	chegou a esta Diocese á 7 de Agosto de 1854 no character de 'ente(sic)' ¹¹ de Theo-(sic)logia Dogmatica e Moral, e que desde então dedicou todos os seus cuidados e em coadjuvar(sic)' ¹³ ao <i>Excellentissimo Senhor Dom José</i> na fundação do Seminario d
25	fazemos parte. Sabeis que autorizado pelo <i>Excellentissimo Prelado</i> confeccionou os primeiros Estatutos do Seminario, que forão aprovados pelo Governo Imperial. Sabeis mais que em beneficio da mocidade. abrio, alem das aulas de
30	Dogma e Moral, com autorisação de <i>Sua Excellentissima Reverendissima</i> um Curso Racional e Moral, outro de Rhetorica(sic)' ¹⁴ e outro de(sic)' ¹⁵ Exegetica, Religião e Lugares Thelogicos no Seminario, empregando(sic)' ¹⁶ nelles as horas proprias de seu descanso(sic)' ¹⁷ . Sabeis que não forão estereis as suas lições nestas mate-
35	rias, entre nós mesmos temos quem se ufane de dar-lhe o título de Mestre - de tratal-o hoje pelo de collega. Não vos é estranho que entreteve com os Sacerdotes(sic)' ¹⁸ e Parochos da Diocese uma conferencia de Moral por algum tempo.

[Fol. 2r]

É patente o zelo com que se tem encarregado desde 1858 da cadeira de Theologia Moral, afanosissima, somente em attenção ao serviço da Igreja, e ao pedido de S. Exa. Revma, recebendo apenas por esse exercicio successivo e não interrompido um terço do ordenado designado na lei: Não vos são desconhecidos seus trabalhos intellectuaes em prol da mocidade -ahi estão como monumento para attestai-os tres compendios por elle confectionados para uso do Seminario e mandados imprimir a expensas suas dous, especialmente o de Philosophia racional e Moral, e o de Theologia Dogmatica, obendo para o de Exegetica, Religião e Lugares Theologicos um pequeno adjutorio: sem todavia tirar dessas publicações interesse algum pecuniario porem somente a satisfacção do aproveitamento dos alumnos das respectivas materias. Extranho tambem não pode ser á esta Congregação o trabalho que teve na confecção dos Novos Estatutos, do qual foi encarregado e ao qual deve o Seminario o progresso que tem tido nos estudos. Não parão ainda aqui, Srns. Membros da Congregação, os serviços do nosso Collega, o Prot. Ap. Ernesto Camillo Barreto, em prol do Seminario: eu mesmo e mais alguns collegas que se achão presentes na casa viemos preencher as cadeiras que se achavão vagas no Seminario desta Diocese por falta de pessoal, devido ás instancias suas, é confesso que para este resultado não se escuitou a despesa avultada para suas poses e circumstancias. Por todos estes serviços e por outros que desnecessario é enumerar, eu julgo, Srns. Membros da Congregação, que tenho justificado a proposta apresentada á vossa consideração e decisão. Sala das conferencias em sessão ordinaria da Congregação dos Lentes do Seminario Episcopal da Conceição em 22 de Outubro de 1863 (Ass.) Fe. Bernardino José Soares. Esta proposta foi unanimemente aceita quanto á sua 1ª parte, porem á respeito da segunda parte resolveo-se á esperar até que os necessarios meios fossem promptos, para neste caso pedir de S. Exa. Revma. a necessaria licença para os dous retratos, dos quaes as duas propostas de hoje fallarão.

Edição paleográfica [fol.1r]

	É patente o zelo com que se tem encarregado desde 1 858 da cadeira de
	Theologia Moral, afanosissima, somente em attenção ao serviço da Igreja, e ao pedido de Sua Excellentissima ¹⁹ Reverendissima, recebendo apenas
	por esse exercício
40	successivo e não interrompido um terço do ordenado designado na lei:
	Não vos são desconhecidos seos trabalhos intellectuaes(sic) ²⁰ em prol da
	mo-
	cidade – ahi estão como monumento para attestal-os tres compendios
	por elle confeccionados para uso do Seminario e mandados imprimir a
	expensas suas dous, especialmente o de Philosophia racional(sic) ²¹ e Moral,
45	e o de Theologia Dogmatica, ob endo para o de Exegetica, Religião e
	Lugares Theologicos(sic) ²² um pequeno adjutorio: sem todavia tirar dessas
	pu-
	blicações interesse algum pecuniario porem somente a satisfacção do a
	proveitamento dos alumnos das respectivas materias. Extranho tambem
	não pode ser á estas Congregação o trabalho que teve na convecção(sic) ²³
	dos
50	Novos Estatutos, do qual foi encarregado e ao qual deve o Seminario o
	progresso que tem tido nos estudos. Não parão ainda aqui, Serenhos(sic) ²⁴
	Membros
	da Congregação, os serviços do nosso Collega, o Protonotario Apostolico
	Ernesto Ca-
	millio Barreto, em prol do Seminario: eu mesmo e mais alguns collegas
	que se achão presentes na casa viemos prehencher as cadeiras que se a-
55	chavão vagas no Seminariodesta Diocese por falta de pessoal, devido
	às instancias(sic) ²⁵ suas, e confesso que para este resultado não se esqui-
	voua a despesas avultadas para suas posses e circumstancias. Por to-
	dos estes serviços e por outros que desnecessario é enumerar, eu jul-
	go, Senhores Membros da Congregação, que tenho justificado a proposta a-
60	presentada á vossa consideração(sic) ²⁶ e decisão. Sela(sic) ²⁷ das conferencias
	em
	sessão ordinaria da Congregação dos Lentes do Seminario Episcopal da
	Conceição em 22 de outubro de 1 863 (Assinado) Padre Bernardino José
	Soares.
	Esta proposta foi unanimemente aceita quanto á sua Primeira parte,
	porem
	á respeito da segundaparte resolveo-se á esperar até que os necessá-
65	rios meios fossem promptos, para neste caso pedir de Sua Excellentissima
	Reverendissima
	a necessaria leicença(sic) ²⁸ para os dous retratos, dos quaes as duas propos-
	tas de hoje fallarão.

4. Análises

4.1. Análise codicológica

O datiloscrito analisado é um documento produzido por um único autor, essa espécie documental pertencente à tradição impressa. O documento em análise encontra-se em estágio inicial de deterioração na extremidade superior direita dos dois fólhos e, também laceração no canto superior esquerdo, próxi-

mo à borda dos dois fôlios, possivelmente, causados pela retirada de grampos. Há também dois furos na lateral central esquerda dos dois fôlios que podem ter sido provocados por aparelho perfurador. O documento encontra-se amarelado em toda sua extensão, justificado pela datação que indica a idade do referido documento.

Os fôlios ainda estão rijos e pela deterioração estar somente nas extremidades onde não há escrita, não houve casos de ilegibilidade, existem casos de letras com tinta em estado esmaecido e os casos de vivacidade da cor ocorrem por possíveis erros do autor que, ao datilografar uma letra, possa ter observado ~~que~~ o erro e datilografou outra palavra por cima. Apresentamos exemplos da análise codicológica do fôlio 1 *recto*.

Figura 1: Descrição do Fólio 1r



4.2. Análise diplomática

O *corpus* analisado é uma Ata produzida no Seminário Episcopal de Cuiabá em que se discute a permissão para produzir a ilustração do padre Ernesto Camillo Barreto e sua disposição na sala nobre do Seminário.

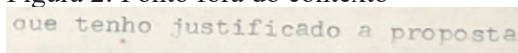
Como são possíveis de se verificar no documento aqui apresentado, considerando sua natureza documental, as três importantes partes apresentadas por Belloto (2008) se fazem presentes: protocolo inicial presente no fôlio 1, linha 1 até linha 12. Pode-se perceber a presença da entidade “Congregação do Seminário da Conceição de Cuiabá”, a data cronológica “Cuiabá, aos 22 de outubro de 1 863”, pessoas presentes “*Senhores* membros da Congregação”, a

invocação “em nome da justiça e do mérito”; o corpo do texto está presente nos fólhos 1 e 2, entre as linhas 12 a 60 onde se verifica a presença de dois pedidos e as justificativas para o consentimento; e o protocolo final está localizado no fólhos 2, entre as linhas 60 a 72 em que é possível encontrar a assinatura do autor “(Assinado) Padre Bernardino José Soares”, a data tópica e cronológica “Sela das Conferencias em | sessão ordinária da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da | Conceição em 22 de outubro de 1 863”.

4.3. Análise paleográfica

As análises paleográficas observadas são as seguintes: os documentos mecânicos apresentam certos acidentes no processo da escrita “como a pontuação, a divisão entre palavras, os acentos, as abreviaturas” (SPINA, 1977, p. 42). É possível observar esse erro mecânico no F. 2r, linha 59, logo abaixo da letra “h” em que há um ponto fora do contexto da mensagem escrita, não pertencem a nenhuma das letras em volta.

Figura 2: Ponto fora do contexto



Segundo Spina (1997), os hífens eram usados na separação de palavras no final das linhas, eles eram raros até o final do século XII e como podemos constatar neste *corpus* do século XIX, o hífen foi bastante utilizado, salvo os casos em que a separação vocabular consta da última letra sublinhada. O quadro nº 01 apresenta exemplos do *corpus* em que consta a separação silábica no final da linha com hífen e com letra sublinhada com informação do fac-símile, a transcrição, a junção e a localização no *corpus*.

Quadro 1: Separação silábica em final de linha

Separação silábica em final de linha				
	Fac-símile	Transcrição	Junção	Localização no <i>corpus</i>
Separação de sílaba com hífen		fa- mília	família	F. 1r linha 16/17
Separação de sílaba com letra sublinhada		Justi ça	justiça	F. 1r linha 3/4

As abreviaturas em documentos se explicam pela raridade e elevado custo da matéria *scriptória*, mas o uso abusivo suscitou a partir do reinado carolíngio, século XII e XIII, disposições para conter o uso exacerbado, porém no Renascimento, com a imprensa o uso das abreviaturas continuou, foram

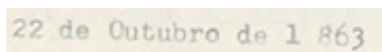
“publicadas tábuas especiais para leitura das siglas” (SPINA, 1977, p. 45). As abreviaturas podem acontecer por siglas, representadas pela letra inicial das palavras; por apócope, com supressão da parte final das palavras; por síncope, com supressão de elementos do meio do vocábulo, por letras sobrepostas, com elevação de algum elemento caligráfico e por último, a abreviatura chamada de letras numerais que não se verifica neste *corpus*, mas se verificou a abreviatura numeral com letra sobrescrita. O quadro nº 02 apresenta um exemplo de cada uma das ocorrências em que é possível verificar: o fac-símile, a transcrição, o desdobramento e a localização no *corpus*. O desenvolvimento das palavras abreviadas no *corpus* foi possível mediante a consulta da obra de Flexor (2019), e as abreviaturas “Prot” e “Ap” foi desdobrada durante a edição paleográfica com informações presentes no jornal *O Mato-Grosso* de 1º de abril de 1928.

Quadro 2: Exemplos de abreviaturas

Quadro nº 02 - Exemplos de abreviaturas				
	Fac-símile	Transcrição	Desdobramento	Localização no <i>corpus</i>
Por siglas		D.	<i>Dom</i>	F. 1r linha 26
Por apócope		Ass.	Assinado	F. 2r linha 62
Por síncope		Snrs.	<i>Senhores</i>	F. 1r linha 3 F. 1r linha 11 F. 2r linha 51 F. 2r linha 59
Por letras sobrepostas		1º	<i>Primeiro</i>	F. 1r linha 5

A datação do *corpus* é registrada pela Era Cristã, onde é possível ser comprovada tanto no F. 1r linha 02 quanto no F. 2r linha 62 o registro “22 de outubro de 1 863” conforme imagem a seguir.

Figura 2: Datação



Observa-se nesse documento datiloscrito, que por ser de reprodução impressa, apresenta regularidades nos espaçamentos entre as linhas e as letras são todas uniformes, distinguindo-se em maiúsculas e minúsculas como se observa no excerto do F. 1r linha 03.

Figura 3: Espaçamento

Snrs. membros da Congregação. Venho hoje

Houve apenas um caso de repetição de palavras no F. 1r linha 7, como se pode constatar no quadro de nº 03 em que apresenta o fac-símile, a transcrição e a localização no *corpus*.

Quadro 3: Palavras repetidas

Palavras repetidas		
Fac-símile	Transcrição	Localização no <i>corpus</i>
	em prol [[em prol]]	F. 1r linha 7

Houve dois casos de ausência de fronteira entre palavras no F. 2r linha 55 e F. 2r linha 64, como se pode constatar no quadro de nº 04 observando o fac-símile, a transcrição e a localização no *corpus*.

Quadro 4: Fronteira de palavra

Fronteira de palavra		
Fac-símile	Transcrição	Localização no <i>corpus</i>
	Seminariodesta	F. 2r linha 55
	segundaparte	F. 2r linha 64

Os casos de supressões foram também dois, no F. 2r linha 49 e F. 2r linha 57, como se pode observar no quadro nº 05 que apresenta o fac-símile, a transcrição e a localização no *corpus*.

Quadro 4: Supressões

Supressões		
Fac-símile	Transcrição	Localização no <i>corpus</i>
	estas	F. 2r linha 49
	voua	F. 2r linha 57

5. Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo a análise filológica de uma Ata da Congregação do Seminário da Conceição de Cuiabá, do século XIX, apoiada cientificamente pela filologia e as ciências auxiliares (Spina, 1977; Berwanger e Leal, 2008; Belloto, 2008; Cambraia, 2005), e como não poderia faltar pela relevância das pesquisas desenvolvidas dentro do PPGEL da UFMT, a bibliografia organizada por Barreto e Lima (2021), consubstanciada no labor

filológico. A edição do *corpus* esteve apoiada nas normas de edição do PHPB com edição fac-similar e paleográfica e na área da História, esteve apoiado em Siqueira (2002), Paião (2006) e Barreto (2009), para a compreensão do contexto histórico em que se pode verificar o que Padre Bernardino José Soares chamou de “desnecessário enumerar” sobre as benfeitorias do Padre Ernesto Camillo Barreto.

O estudo mostrou-se relevante para a pesquisa filológica em documentos mato-grossenses, possibilitou que esse documento analisado fosse exaurido pela ciência linguística por meio do labor filológico aqui apresentado, possibilitando observar a língua portuguesa de forma sincrônica do século XIX. O acesso ao documento inédito foi de fundamental importância para a pesquisa e contribuiu para a preservação do conteúdo documental através do trabalho filológico o que possibilita futuras pesquisas em documentos mato-grossenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Neila Maria Souza. Pe. Hernesto Camillo Barreto e o Cotidiano da Vinenda, Cuiabá (1926 – 1996) in: PERARO, MA (org): *Igreja católica e os cem anos da arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009. p. 173-182
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria: UFSM, 2008.
- COMETTI, Pe. Pedro. *Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso: paróquia e prelazia*. v. 1. Cuiabá: Cúria Metropolitana, 1996.
- FAÇANHA, Juliana Lima. *Edições fac-similar e semidiplomática do livro de registro da correspondência oficial da Presidência da província com a repartição eclesiástica: 1887 – 1890. aspectos ortográficos*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2012. 156p.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos e documentos luso-brasileiros, séculos XVI ao XX*. 5. ed. Curitiba: CRV. 2019.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MARTINS, Arilson Aparecido. *O Seminário Episcopal Da Conceição Na formação Das Elites De Mato Grosso-Brasil (1858-1880)*. Tese (Doutorado

em Educação) – Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, Lisboa 2014. 350p.

PAIÃO, Ilza Dias. A casa-escola no cenário urbano de Cuiabá (1870-1890): limites, tensões e ambigüidades. In: SÁ, NP; SIQUEIRA, EM; REIS, RM (Org.). *Instantes & Memórias na História da Educação*. Brasília, DF: Inep, 2006. p. 81-98

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, EdUSP. 1977.

Outra(s) fonte(s):

BIBLIOTECA NACIONAL. *O mato-Grosso*. 01 abr. 1928; número 2097. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/716189/per716189_1928_02097.pdf. Acesso 10 mai 2022

(Footnotes)

- 1 Nota 1: “‘onceição” por “Conceição”
- 2 Nota 2: “‘Lente” por “Lente”
- 3 Nota 3: “‘Pedi(r)r(i)mos” por “Pedirmos”
- 4 Nota 4: “‘autoris(z)ação” por “autorização”
- 5 Nota 5: “‘Relevarei(s)s(i) por “Relevareis”
- 6 Nota 6: “‘bas(t)tão” por “bastão”
- 7 Nota 7: “‘d(D)a” por “da”
- 8 Nota 8: “‘pat(c)ria(s) por “patria”
- 9 Nota 9: “‘indiff(e)e(r)rentes” por “indifferentes”
- 10 Nota 10: “‘proto(.).n. ” por “protonotario”
- 11 Nota 11: “‘Lente” por “Lente”
- 12 Nota 12: “‘Th(e)e(h)o-” por “Theo-”
- 13 Nota 13: “‘coadj(m)uvar” por “coadj(m)uvar”
- 14 Nota 14: “‘Rh(e)e(t)t(n)orica” por “Rhetorica”
- 15 Nota 15: “‘d(e)e” por “de”
- 16 Nota 16: “‘e(e)mpr(c)e(e)gando” por “empregando”
- 17 Nota 17: “‘descanç(s)o” por “descanço”
- 18 Nota 18: “‘Sacerd(t)otes” por “Sacerdotes”
- 19 Nota 19: “‘Exxa” por “Excelentíssima”
- 20 Nota 20: “‘intellectuae(i)s” por “intellectuaes”
- 21 Nota 21: “‘racional(o) ” por “racional(o) ”
- 22 Nota 22: “‘Theologi(o)cos” por “Theologicos”

- 23 Nota 23: “conv(f)ecção” por “convecção”
- 24 Nota 24: “Srns” por “*Serenhos*”
- 25 Nota 25: “ins(t)tancias por “instancias”
- 26 Nota 26: ‘co(n)nsideração” por “consideração”
- 27 Nota 27: “Sela” por “Sala”
- 28 Nota 28: “leicença” por “licença”

A FINALIDADE DA VEROSSIMILHANÇA COM O NARRADOR DOM CASMURRO

Lais Melo Mastelaro (Pós-Graduação em Letras - UERJ)

RESUMO

A narrativa Machadiana em Dom Casmurro carrega o que é conhecido como digressão e fragmentação para apresentar os fatos que interessam ao narrador e para que o leitor crie a sua própria opinião, porém a partir de uma única visão, apenas através do olhar de Bento Santiago. Este pequeno artigo busca investigar de que forma o olhar que recorta e julga conta a história de Capitu, como Dom Casmurro contou a sua vida e quais foram os focos de espaço e tempo criados por ele para estabelecer no imaginário do leitor a personagem Capitu. Machado se utiliza de artifícios como o riso e a melancolia na obra a fim de criar um efeito de confiança para com o leitor, além de uma nítida perspicácia com as formas de escrita para criar a verossimilhança com o real.

Palavras-chave: adultério, Capitu, verossimilhança, leitor

The purpose of verisimilitude with the narrator Dom Casmurro

ABSTRACT

The Machadiana narrative in Dom Casmurro carries what is known as digression and fragmentation to present the facts that interest the narrator and for the reader to create his own opinion, but from a single vision, only through the gaze of Bento Santiago. This short article seeks to investigate how the look that cuts and judges tells the story of Capitu, how Dom Casmurro told his life and what were the focuses of space and time created by him to establish the character Capitu in the reader's imagination. Machado uses artifacts such as laughter and melancholy in the work in order to create an effect of confidence in the reader, in addition to a clear perspicacity with the forms of writing to create verisimilitude with reality.

Keyword: adultery, Capitu, verisimilitude, reader

INTRODUÇÃO

Inúmeras são as críticas realizadas a respeito da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, no que tange à consumação ou não do adultério de Capitu para com Bentinho, ou Bento Albuquerque Santiago. O olhar de tais críticas reflete um ambiente social e uma forma de contar a história baseado em uma única versão da história: a do narrador. O que estava em jogo nessa linha de pensamento, abordada e trabalhada com os jovens durante a formação escolar, era a interpretação da moral contida no comportamento da mulher perante a sociedade. Havia uma necessidade de foco, e isso fez com que essa temática fosse utilizada como elemento central no ensino da obra.

O olho crítico do escritor penetra o seu objeto e o transcende. A configuração local – no caso, a estreita esfera de burguesia fluminense – não teria sido representada como foi, com os seus limites e mazelas, se o olhar que a intuiu não houvesse sido trabalhado por valores que diferiram, em mais de um aspecto, dos reinantes naquele pequeno mundo observado. O olho que só reflete é espelho, mas o olhar que sonda e perscruta é foco de luz. O olhar não decalca passivamente, mas escolhe, recorta e julga as figuras da cena social mediante critérios que são culturais e morais, saturados portanto de memória e pensamento. A diferença entre o olhar-espelho e o olhar-foco é vital na formação da perspectiva. No primeiro, teríamos a narrativa como reflexo de uma realidade já formada e exterior à consciência. No segundo, temos a narrativa como processo expressivo, forma viva de intuições e lembranças que apreendem estados da alma provocados no narrador pela experiência do real. (BOSI, 2000, p.48).

A estética enredo ou a forma de narrativa Machadiana encontra-se com a formação do personagem com o leitor e com a vida real. A literatura ficcional de Machado de Assis carrega um caráter mimético ou fictício e, primordialmente em *Dom Casmurro*, cômico/melancólico, a partir de uma realidade empírica do papel do homem e da mulher na sociedade do século XIX. A obra literária, conforme afirma Anatol Rosenfeld, se constrói a partir da interação entre objetos e sujeitos na realidade em que se consolidam na imaginação do leitor. Nesse sentido, a obra busca uma realidade possível de

mundo imaginário rodeado de personagens fictícios e do leitor, pela lúdica e parte do jogo ficcional. Machado constrói um paralelo entre pessoas reais e fictícias e apresenta uma visão sempre fragmentada e limitada a respeito do ser humano (ROSENFELD, 2002).

Este pequeno artigo busca investigar de que forma o olhar que recorta e julga conta a história, como Dom Casmurro contou a sua vida e quais foram os focos de espaço e tempo criados por ele para estabelecer no imaginário do leitor a personagem Capitu. Machado se utiliza de artifícios como o riso e a melancolia na obra a fim de criar um efeito de confiança para com o leitor, além de uma nítida perspicácia com as formas de escrita para criar a verossimilhança com o real.

1. VIÉS NARRATIVO EM DOM CASMURRO

Foi a partir de 1960, com Helen Caldwell, que as críticas sobre *Dom Casmurro* tomaram um novo rumo. A autora defendia, resumidamente, em *O Otelo Brasileiro de Machado de Assis* que Bento Santiago não tinha credibilidade nenhuma para culpar Capitu de traição. Primeiro porque advoga em própria causa e, segundo, porque é um homem movido pelo ciúmes. A partir deste momento, há uma mudança de paradigma a respeito desta obra: Capitu deixa de ocupar a cadeira dos réus e em seu lugar entra Bento Santiago. (CALDWELL, 1960). Foi após a publicação de Caldwell que o foco das críticas deixou de ser a traição e passou à forma com que a história é contada ao leitor, isto é, a conclusão sobre a traição de Capitu é insolúvel, exatamente porque quem apresenta as provas de acusação é o próprio Dom Casmurro, estes são indício frágeis na narrativa (GOMES, 1958).

Caldwell considera que há vestígios fortes nas biografias de Machado de Assis de que o autor lia com muita frequência William Shakespeare, e muitas de suas referências são retiradas das obras do inglês. Se considerarmos Desdemona da obra de *Otelo, o mouro de Veneza*, pensando mais diretamente nas suas ações e comportamentos, podemos identificar que foi dali que Machado talvez tenha se inspirado para criar a personagem transgressora da sociedade. Ambas agem em harmonia com as suas convicções, nem que para isto precisem contrariar as normas e regras sociais.

Mais adiante, poderemos identificar como Capitu, assim como Desdêmona, é uma personagem transgressora e a frente do seu tempo. Porém, conforme vamos notar, há um distanciamento das duas no modo como extrapolam. Capitu, o foco deste trabalho, tem consciência do próprio papel individual na sociedade e sabe também que não precisa de um sujeito masculino para existir ou para se entender como é. Capitu, enquanto personagem de

ficção, se apresenta capaz de realizar coisas que podem ter sido negadas, como por exemplo pedir a separação de Bento. E vale destacar que, ao contrário de Desdêmona, Capitu não possui voz na narrativa de Bento Santiago (SOARES, 2010).

Dom Casmurro é o narrador da sua própria história e se utiliza da estratégia de conduzir/induzir o leitor a ter um ponto de vista apenas através daquilo que ele conta, disponibilizando a informação no enredo como uma verdade concreta. O objetivo é “embebedar” aquele que lê com as palavras de Bento Santiago. Marta Senna (2001) nos conta da perspicácia da narrativa, esse narrador se diverte no processo de construção do enredo e este fato condiciona a perspectiva do leitor. Nesse sentido, segue o comentário de Senna:

Dom Casmurro é um narrador congenitamente embusteiro, já que nasce na narrativa e para a narrativa explicando-se através do engodo: adverte que seu cognome, “Casmurro”, não deve ser entendido como está nos dicionários, isto é, “teimoso”, “obstinado”, “cabeçudo” — que é o que ele é; e, sim, como “homem calado e metido consigo” (capítulo I) — que é o que não é, pois é o único dono da voz nesse romance onde Capitu é implacavelmente silenciada. (SENNA, 2001, p. 1)

Cabe aqui a afirmação que Capitu só é conhecida por intermédio do narrador, ou seja, através das lentes de Bento Santiago. É o narrador que se apropria de sua voz e rouba a palavra de fala para que ele mesmo as conte. Bento apresenta Capitu como sendo uma adolescente, esperta, inteligente e que sabe contornar muito bem as situações, característica que Bento nunca soube bem fazer. Nesse sentido, ele conta uma lembrança de quando os dois estavam juntos no quintal de mãos dadas e o pai de Capitu se aproxima e pergunta se estavam jogando o sisó. Nesse momento, o narrador conta que Capitu respondeu por ambos e depois riu-se da situação, sendo que Bento não ria (SOARES, 2010). O narrador apresenta essa passagem como uma forma de mostrar a perspicácia que ele acredita que ela tenha e, assim, vai fazendo com que o leitor vá formando a sua opinião a respeito da personagem Capitu.

Casmurro também quer construir uma personagem decidida, que está sempre disposta a lutar por aquilo que quer e o que lhe é conveniente. Quando Bento dá a notícia que precisará ir ao seminário, ele deseja apresentar uma personagem ardilosa e capaz de arquitetar qualquer plano para impedir que ele parta e se torne padre. A forma de narrar nos apresenta um narrador que deseja

que o leitor se sinta no direito de julgar, porém apenas com as informações e impressões fornecidas por ele. (ROSENFELD, 2002).

Dom Casmurro acusa Capitu de ter cometido adultério com o seu amigo Ezequiel de Sousa Escobar. Por um lado, o narrador coloca Capitu como ré a partir da reconstrução de seu passado, com o objetivo de recriar uma Capitu menina com traços físicos e morais que a predisponham ao adultério, à dissimulação, à frieza e cálculo de suas ações. Por outro, mas não diferente, o narrador procura, no presente, provas de que a predisposição da menina para a traição constituiu a Capitu mulher. “O resto é saber se a Capitu da praia da Glória já estava dentro da de Matacavalos, [...]; se te lembra bem de Capitu menina, há de reconhecer que uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca”. (ASSIS, 1899, p.398).

Antes de adentrar nas provas utilizadas por Bentinho para culpabilizar Capitu, é necessário entender sobre o recurso narrativo utilizado pelo narrador para dar espaço a estes indícios. A forma Shandiana abordado por Rouanet, 2006, seria a aproximação entre Laurence Sterne e Machado de Assis. Este artigo não se trata de abordar esta aproximação com o autor Inglês, mas sim as afinidades da forma literária. Tal forma de escrita possui características particulares que Rouanet destacou:

Essas características incluiriam a soberania do sujeito, correspondendo ao absolutismo político daquela era; a fragmentação como expressão do desmembramento anatômico do cadáver; uma visão não-linear do tempo, refletindo a concepção da história como história natural; e uma mescla de melancolia, como reação às carnificinas da guerra, e de riso, como antídoto contra o luto.(ROUANET, 2006. p. 2).

É possível destacar quatro tópicos principais nesta característica de escrita que estão presentes na obra machadiana, principalmente na sua segunda fase com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*. A primeira característica é a presença caprichosa e enfática do narrador sempre em primeira pessoa (o próprio título do livro mostra que a história é sobre um Dom Casmurro), “ não achei melhor título para a minha narração; [...]. E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua.” (ASSIS, 1899, p.2). O recado está dado ao leitor: a obra é do próprio narrador e, sendo dele, dará este nome porque não há nenhum melhor para simbolizar a história que irá contar.

A segunda característica é a técnica livre da prosa para uma composição não-discursiva, caracterizada pela sua capacidade de digressão e de fragmentação. Isto é, a narrativa não linear da história, capítulos que começam e terminam sem contar para que vieram, páginas em brancos. Se for analisado quantitativamente e comparado às obras machadianas da primeira fase de Machado, é possível identificar que o tamanho das obras é parecido, mas a quantidade de capítulos é imensamente superior. Nesses romances, prioritariamente no aqui abordado *Dom Casmurro*, a história é interrompida diversas vezes. Há uma digressão e fragmentação muito maior, o que implica que o enredo não é a única coisa que importa na história, as suas quebras chamam atenção para a forma com que é escrita (ROUANET, 2005).

Em *Dom Casmurro*, há muitos capítulos em que nada acontece, com comentários e digressões, não existindo um encadeamento causal como ocorre nos romances da primeira fase machadiana. Ou seja, há uma nova maneira de contar história com aspectos que circundam toda ela: é o enredo em pequenas quantidades, em pílulas, o que provoca uma dispersão sobre o todo. Logo no começo do livro, o narrador conta sobre os personagens que são protagonistas da sua história, há um capítulo para cada um deles (o agregado, Tio Cosme, D. Glória). Porém, no capítulo VIII, “E tempo!”, o narrador faz uma interrupção da história para contar sobre uma tarde de novembro que foi um divisor de águas em sua vida, este é um capítulo de apenas um parágrafo que dá início ao capítulo seguinte “A ópera”, que está longe de ser um capítulo fundamental para todo o enredo. “A vida é uma ópera, dizia-me um velho tenor italiano que aqui viveu e morreu... E explicou-me um dia a definição, de tal maneira que me faz crer nella. Talvez valha a pena dal-a; é só um capítulo.” (ASSIS, 1899, p.23). Essa fragmentação e digressão tem um objetivo claro para o narrador, tirar do foco o enredo principal (ROUANET, 2005).

Seguindo esta linha de pensamento, é necessário destacar a terceira forma literária abordada por Rouanet. Nas obras da segunda fase machadiana é dado um tratamento bastante subjetivo à temporalidade e à espacialidade, a mistura do tempo e do espaço é marcada por viés subjetivo e não cronológico.

Para melhor compreensão da subjetivação do tempo e do espaço, é necessário elaborar uma leitura errática que tem a ver com a natureza do capítulo curto e que coloca em primeiro plano a presença enfática do narrador. *Dom Casmurro*, no começo do livro, mostra ao leitor a sua casa no Engenho Novo e como ela é a representação e a reprodução da casa de Matacavalos, onde tudo se iniciou.

A casa em que moro é própria; fi-la construir de propósito, levado de um desejo tão particular que me vexa imprimil-o, mas vá lá. Um dia, ha bastantes annos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei na antiga rua de Matacavallos, dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquella outrora, que desapareceu. [...] Enfim, agora como outr'ora, ha aqui o mesmo contratste da vida anterior (ASSIS, 1899, p.4).

É no capítulo II que o narrador conta as razões pelas quais escreve o livro. Para conseguir que a sua história seja fiel à realidade, o narrador se esforça para imitar a casa que viveu quando criança, recria o lugar onde toda a intriga ocorreu. A tentativa do narrador é, através do espaço, reproduzir também o tempo passado no presente do narrador. A veracidade da história que o narrador está contando se estabelece através da criação do espaço, de uma temporalidade que se cristaliza na materialização do espaço definido e detido que é a nova casa no Engenho Novo por Dom Casmurro. Há uma fusão entre a temporalidade e o espaço. É naquele espaço de Matacavallos e no tempo presente que Dom Casmurro está recriando o início da intriga com Capitu, naquele momento estão sendo criadas as predisposições de Capitu menina para a traição e é naquele espaço que Bentinho concretiza os indícios (ROUANET, 2005).

Há uma obsessão do narrador pelo espaço e isso ganha tamanha importância no romance que ele descreve todos os cômodos, a árdua explicação que dá ao construtor e ao pintor para reproduzir exatamente o momento passado, a casa de sua infância. O passado tem importância fundamental para a construção deste espaço que Dom Casmurro está recriando, porque ele é o agora naquele espaço, na tentativa de recuperar o que não existe mais.

Se, ao mesmo tempo em que a casa é a reconstrução fiel do que Dom Casmurro passou em vida, ela também é uma imitação vazia de um objetivo não atingido, dado que, ao contar a sua história, o autor não recompõe o que foi a casa e nem o que ele próprio foi. O fracasso da reprodução da casa representa o fracasso de sua própria interioridade. “O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. [...] mas falto eu mesmo, e esta lacuna é tudo. O que aqui está é, mal comparado [...]” (ASSIS, 1899, p.4).

É possível compreender a complexidade de um narrador para quem uma lacuna é tudo. Há um indício de confiança. Que espécie de leitor dará confiança a um narrador que “falta dele mesmo” para contar a sua própria história? O domínio da linguagem pelo narrador perspicaz e advogado reside, nesse momento, no fato dele mostrar ao leitor como suprir esta lacuna: “Ora, como tudo cansa, esta monotonia acabou por exaurir-me também . Quiz varia, e lembrou-me escrever um livro. Jurisprudência, philosophia e política acudiram-me, mas não me acudiram as forças necessárias.” (ASSIS, 1899, p.5). Dom Casmurro deixa bem claro ao leitor que usará do seu conhecimento da jurisprudência, da filosofia e da política para provar a traição de Capitu, mesmo esta história tendo uma lacuna e sendo contada por alguém não muito confiável (ROUANET, 2005).

A alternativa de romper o fracasso é escrever um livro, tentar recompor o vivido e preencher esse espaço. Primeiro, essa ruptura se dá pela representação da casa de forma arquitetônica do espaço físico e, segundo, pela escrita do livro. A representação da casa do Engenho Novo, conforme conta Dom Casmurro, já havia fracassado e, falhado isso, tenta vencer o fracasso através do tempo vivido, lembrando sua história através da voz do narrador. “Deste modo, viverei o que vivi através da reminiscência” (ASSIS, 1899, p.5). Esse registro está sempre no limiar entre emoções, oscilações, memória e alucinação, e a escrita é uma tentativa de recriar este passado

Há uma questão dúbia neste romance que é a temporalidade passada como ferramenta para resgatar o agora e o outrora. Na narrativa, há um Bentinho e um Casmurro, e Machado procura um espelhamento entre as duas figuras. Desta forma, há o paralelismo da passagem do tempo e do espaço dentro da interioridade do narrador. Casmurro está buscando neste passado o “ingênuo” que se deixou enganar por Capitu (CÂNDIDO, 2002). Escrever este livro é uma tentativa fracassada de construir a si mesmo. No capítulo VXXVIII, Casmurro tenta convencer o leitor que a história que conta é sobre ele mesmo, com todas as suas qualidades e defeitos, o seu próprio ego masculino e a sua própria essência.

“Poucos teriam ânimo de confessar aquelle meu pensamento da rua de Matacavallos. Eu confessarei tudo o que importar à minha história. [...] Ora, ha só um modo de escrever a própria essencia, é contal-a toda, o bem e o mal. Tal faço eu, é a medida que me vae lembrando e convindo à construção ou reconstrução de mim mesmo. Por exemplo, agora que

contei um peccado, diria com muito gosto alguma bella acção contemporanea, se me lembrasse, mas não me lembra; fica transferida a melhor oportunidade. (ASSIS, 1899, p.203).

Não há dúvida: ele quer reconstruir a si próprio. O espaço e tempo são fundamentais para a construção de sentido que o narrador está buscando com a sua história. O capítulo XVII é fundamental para o sentido do espaço na obra. “Capitu estava ao pé do muro fronteiro, voltada para elle, riscando com um prego. O rumor da porta fel-a olhar para traz ao dar commigo, encostou-se ao muro, como se quizesse esconder alguma cousa.” (ASSIS, 1899, p.39). Esse é o muro que separa dois estilos de vida diferentes: o da vida de Capitu, simbolizando a chácara da família, e o da vida de Bentinho, representando o espaço físico da chácara da família. Esse muro também representa o início da relação dos dois.

Ele diz ao leitor muito sobre Capitu, justamente porque há uma caracterização social da menina, a de que ela pertence a uma família mais pobre (vê-se pelas suas roupas e sapatos descritos por Bentinho). Essas descrições possuem a finalidade de preparar o leitor para a afirmação que faz em seguida, de que o amor dela seria por interesse.

Logo no capítulo seguinte, o muro aparece como um momento de sublimação de Capitu. Se no capítulo anterior o muro era a representação social de Capitu, neste o muro opera como sublimação de amor. Ele torna-se símbolo de transcendência do amor: no muro estava escrito Bento e Capitolina, naquele momento os olhos de Capitu encontraram os olhos de Bentinho e o muro falou por eles.

Neste sentido, para compreender a narrativa Machadiana em *Dom Casmurro*, é fundamental levar em consideração a teoria apresentada por Rouanet. Há nesta obra uma interpenetração daquilo que é cômico/engraçado e daquilo que é melancólico, a teoria de Rouanet se concretiza na fusão do riso e da melancolia na obra. No próprio capítulo II, o autor admite o seu fracasso e a impossibilidade de reconstruir a si mesmo, uma vez que o passado não pode ser restaurado e o presente, momento em que está *Dom Casmurro*, é um tempo artificial. Enquanto o narrador recolhe resíduos do passado através da materialidade do espaço e resgata a temporalidade do espaço, ele faz chacota da sua própria situação. O narrador apresenta a sua solidão e há o convívio de um certo riso e uma melancolia, uma vez que todos os afetos se foram e tudo o que ele construiu também se foi (ROUANET, 2005).

Diante de todos esses fatos apresentados sobre o narrador, é importante entender quem é Capitu através dos olhos de Bentinho e Dom Casmurro. Capitu é caracterizada na narrativa de *Dom Casmurro* sempre como uma mulher dissimulada e determinada. No próprio capítulo XV, apresentado anteriormente, quando os dois jovens estão conhecendo o amor, Pádua, pai da menina, interrompe o momento e questiona: “- Vocês estão jogando siso?” (ASSIS, 1899, p.41). Naquele momento, a forma com que Dom Casmurro descreve como Capitu enganou o seu pai e conseguiu disfarçar a situação apagando rapidamente o que estava escrito, é através de traços destacados por seus olhos de narrador como tentativa de “criar o caráter” da Capitu menina, que sempre esteve dentro da mulher. Assim, procura mostrar ao leitor que ela é aquela que dirige as situações, que sabe dissimular, esconder e disfarçar sempre que necessário. Isso se repete no capítulo XXXIV, quando ambos dão o seu primeiro beijo e Dona Fortunata, mãe de Capitu, aparece e a menina se recompõe rapidamente rindo, e para Bentinho não havia “Nenhum laivo amarello, nenhuma contração de acanhamento, um riso espontaneo e claro [...]” (ASSIS, 1899, p.102).

O narrador cria e enreda, propositalmente, circunstâncias para que o leitor molde o caráter de Capitu de acordo com o que ele acredita que seja a verdade: a traição de Capitu com Escobar. Vale destacar o que Capitu e José Dias, o agregado, representam para comandar o percurso de Bentinho. O narrador nos mostra dois personagens de famílias empobrecidas, ambos com ambições e desejos de ascensão, ambos procurando obter o domínio da narrativa com um objetivo claro para Dom Casmurro, nosso narrador: dominá-lo, pois ambos buscam ser os protagonistas do grande herdeiro da família fluminense (GOMES, 1958).

O leitor é colocado nessa história em uma posição precária, pois não lhe é contada mais nenhuma versão da vida de Dom Casmurro. Ao atentar-se naquilo que é contado pelo narrador, são três os personagens que querem ser protagonistas da história do narrador, que têm interesses na sua fortuna: José Dias, Capitu e aquele com quem ela supostamente o traiu, Escobar. Dom Casmurro coloca o leitor a acompanhar a história, supostamente, pelo lado mais frágil e mais sujeito a ser objeto de manipulação por ele, homem branco da elite carioca, que ocupa um espaço que supostamente todos querem, que é o da ascensão social (CANDIDO, 2002).

Nesta obra, Machado de Assis está oferecendo ao leitor uma história tremendamente instável, ele nos oferece o lado mais precário, e potencialmente o mais manipulável, de acordo com o narrador. E, para contar essa história instável da vida de Dom Casmurro, o tema proposto é ardiloso: o ciúmes.

O ciúmes é central e se consolida por um ponto de vista particular muito específico de como o narrador opera no romance.

A história segue o percurso de contar como Bentinho seria um menino tímido, envergonhado e fragilizado, que a todo momento é manipulado por aqueles que querem ser parte da sua herança. Já de início, é possível notar, por meio do narrador, as segundas intenções de José Dias, o agregado que tenta a todo custo convencer Dona Glória, mãe de Bentinho, da importância de mandar o menino para o seminário e cumprir sua promessa.

Com o passar do tempo, encontramos não mais o Bentinho, mas sim o Bento Santiago, adulto, casado, marido e pai de um herdeiro da família da elite fluminense, e esta posição que ocupa faz com que todos à sua volta o respeitem. Esse mesmo herói, também narrador, foi desdobrado de maneira muito distinta na história. Primeiro ele era objeto de manipulação enquanto Bentinho, depois proprietário e herdeiro de grande veneração por aqueles que o cercam, dois personagens que no fundo são os mesmos. Há uma coexistência antagônica desse herói que está sendo enredado pelo narrador, Dom Casmurro. Ele é produto dessa coexistência temporal que possui desdobramentos complexos para a história (SANTIAGO, 2000).

No início deste artigo, foi apresentado que o objeto de análise deixa de ser a traição consumada ou não de Capitu e passa a ser aquele que conta a história, o proprietário Bento Santiago. Segundo Silviano Santiago, o eixo de estudo desta obra é o Ciúmes e como a Capitu, aquela que sofrerá com este sentimento, é apresentada através dos olhos de Bentinho, Bento Santiago e Dom Casmurro. E para se consolidar como uma obra de ciúmes, e não de adultério, o narrador dá ênfase à verossimilhança (SANTIAGO, 2000).

Isto é, os leitores estão enredados pela possibilidade da verdade, pois aquele que lhes conta, como ele mesmo afirmou, é um sujeito lacunar. Para Santiago, há alguns eixos que estruturam a ideia de verossimilhança na obra *Dom Casmurro*. Primeiro e mais básico, é o narrador em primeira pessoa, este seria um narrador que não têm todas as informações da história, há apenas um ponto de vista, o de quem conta (SANTIAGO, 2000).

Segundo, é a caracterização do personagem, no caso Dom Casmurro, enquanto um advogado. A história é contada por um advogado, sujeito acostumado a lidar com a construção do raciocínio, versões e hipóteses, além de ser também seminarista, aprendiz da hermenêutica, ciência da interpretação. A formação de Dom Casmurro como advogado e seminarista se situa no centro da manipulação das palavras e do discurso, estas qualidades que qualificam o nosso narrador. O leitor pode perceber que os fatos que transcorrem na narrativa podem ser explicados não pela verdade, mas sim

pela verossimilhança. Justamente porque não existe uma verdade definida na formação de um seminarista e de um advogado, mas sim uma série de definições que podem ser a verdade. O modo como o narrador constrói o personagem, conforme foi apresentado aqui, é a maneira de utilizar-se do discurso como formador de opinião de julgamento.

Vale destacar que esse mesmo narrador, que tem completo domínio da palavra e do discurso, apresenta três desdobramentos de si mesmo: o Bentinho, apresentado como um personagem frágil e vítima de manipulação, o Bento Santiago, herdeiro e amado por todos, e Dom Casmurro, solitário. Esse caráter de um homem vítima de seu berço está contando a sua história a partir de um julgamento em que o promotor não existe e em que apenas impera a voz do advogado de defesa. O advogado de defesa é quem constrói a Capitu como cigana obliqua e dissimulada, ou seja, a Capitu enquanto pessoa interessada na herança de Bentinho estava sendo construída pelo advogado de defesa como uma pessoa dissimulada (SANTIAGO, 2000).

A partir do momento em que se caracteriza a Capitu do olhar oblíquo e dissimulado se consolidam as premissas que irão justificar a sua condenação ao longo do romance. A reconstituição do passado está baseada na ligação dos fatos ou em elementos imaginativos decorrentes do ciúmes doentio de Bento por Capitu. O capítulo II deixa bastante evidente que a tentativa de Dom Casmurro de resgatar o passado é uma lacuna, mesmo assim o narrador busca reproduzi-lo com um objetivo predeterminado de inculpar Capitu. A característica do enredo é a de camuflar a estratégia de convencimento para que sejam dadas as características de uma mulher promíscua e predisposta a cometer o adultério. Quem tira as próprias conclusões de que Capitu não era uma mulher de se confiar, de que ela não tinha característica de uma mulher com boa moral e costumes, é o leitor, porém Machado coloca as cartas na mesa, logicamente as cartas previamente selecionadas.

Predomina na narrativa a imaginação, pois é neste cenário fantasioso que o narrador está recuperando o seu passado. Ele abdica de fatos objetivos para contar a sua história, abdica de contar a história do subúrbio, que implicaria em uma obra historiográfica com levantamento de dados, para conta uma história verossímil do seu passado:

“A imaginação foi a companheira de toda a minha existencia, viva, rapida, inquieta, alguma vez timida e amiga de empacar, as mais dellas capaz de engolir campanhas e campanhas, correndo. [...] Neste particular, a minha imaginação era uma grande égua ibera; a menor brisa lhe dava um potro, que saia logo

cavallo de Alexandre;” (ASSIS, 1899, p.41).

Aliado a imaginação, a profissão e a retórica apriorística do narrador, a construção desta história de verossimilhança se estabelece, também, a partir do bom senso do leitor. O autor de enredo apela ao bom senso do leitor em crer na boa fé do narrador; tendo em vista que os leitores serão aqueles bem intencionados, que acumularam indícios e hipóteses cabíveis apresentados pelo próprio narrador. Ou seja, o leitor concordava, até antes de Caldwell, que a história era sobre a personagem de caráter duvidoso, a qual estava fora da moral e dos bons costumes da época. A verossimilhança possui uma contundente finalidade em *Dom Casmurro*, que é a de reafirmar o conservadorismo e o *status quo* de um homem branco e rico que segue as normas sociais de seu tempo.

Nesse sentido, tanto Dom Casmurro como Capitu, figuras importantíssimas na composição Machadiana ficcional, representam sujeitos definidos e transparentes, que se situam integrados em uma sociedade de valores e realizam determinadas ações em respostas a estes valores. Assim como seu leitor, também inserido na interação com os valores de seu tempo e espaço, porém cabe a este último contemplar a obra de forma estética.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4828>>.
- BOSI, Alfredo. *O enigma do olhar*. São Paulo, Ática, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *A personagem do romance*. In: **A Personagem de Ficção**. 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CALDWELL, Helen. *O otelo brasileiro de Machado de Assis*. Editora: Ateliê. 1960
- GOMES, Eugênio. *Machado de Assis*. Rio: Livraria São José, 1958, p. 52-62.
- ROUANET, Sergio Paulo. *A forma shandiana: Laurence Sterne e Machado de Assis*. In: **Teresa**. Revista de Literatura Brasileira, nº 6-7, São Paulo, USP, 34, Imprensa Oficial, 2005, p. 318-338. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116629/114225>>.
- ROSENFELD, Anatol. *Literatura e Personagem*. In: **A Personagem de Ficção**. 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 27-46.

SENNA, Marta de. *Estratégias de embuste: Relações intertextuais em Dom Casmurro*. In: Scripta. Belo Horizonte, v. 3, n.6, 2000. Disponível em: <http://www.geocities.com/ail_br/estrategiasdeembuste.html>. Acesso em: 16/01/2023.

SOARES, Consoelo Costa. *O transgredir da personagem Capitu em Dom Casmurro: manifestações de um ser fictício*. In: Fronteira Digital, v. 3, n.2, 2010

Breve Notícia Histórica sobre o Ensino do Português no Brasil

Ricardo Cavaliere (ABRAFIL / ABL)

Resumo:

Este trabalho cuida dos fatos que nortearam o ensino do português como língua materna no século XIX, em especial no período do Segundo Império, cujas bases foram renovadas em face da presença do modelo histórico-comparativo não apenas nas páginas dos compêndios gramaticais, como também nos programas oficiais que estabeleciam o conteúdo obrigatório que deveria ser ministrado em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino do Português; Notícia Histórica; Didática do Português no Passado.

Brief Historical Reference on the Teaching of Portuguese in Brazil

Abstract:

This work deals with the facts that guided the teaching of Portuguese as a mother tongue in the 19th century, especially during the Second Empire, whose foundations were renewed by the presence of the historical-comparative model not only in the pages of grammatical compendia, but also in the official programs that established the compulsory contents for teaching

Keywords: Teaching Portuguese; Historical News; Didactics of Portuguese in the Past.

As referências que ordinariamente ouvimos acerca do ensino do português como língua materna nos tempos passados não raro o qualificam como meramente normativo, pautado no ideal purista que norteara a qualificação do texto, bem como numa tentativa de levar ao educando uma norma esteada na linguagem literária. Essa avaliação enganosa e até certo ponto inconsequente se justifica na crença inocente de algumas pessoas de que qualquer atividade de ensino bem-intencionada e pautada em critérios bem definidos está inexoravelmente ligada aos tempos modernos. O passado, em questão de ensino de língua vernácula sempre se apresenta aos olhos desse crítico incipiente como uma camisa-de-força em que se agrilhoavam os alunos, impossibilitados de dar vazão à criatividade e mesmo à contribuição pessoal na construção de novos modelos frasais.

A premissa, como geralmente acontece, revela-se improcedente tão logo nos aventuramos numa pesquisa séria sobre a didática do português no passado, seja no que tange à política de ensino da língua, seja com respeito aos conteúdos programáticos e à *praxis* educativa. Cumpre, para levantarem-se com exatidão os parâmetros que norteavam o professor de português do passado, selecionar fontes de informação seguras e adequadas, de ordem documental ou testemunhal, de tal sorte que a verdadeira face do magistério, em especial o de língua vernácula, atividade social tão relevante e que tanto tem contribuído para a formação e exercício da cidadania, seja descortinada, reste liberta deste véu obscuro com que teimam em escondê-la, como se fruto fosse de um normativismo improdutivo e inadequado à boa prática pedagógica.

Assim, numa pesquisa inicial que nos remetesse com trajetória segura aos verdadeiros parâmetros do ensino de língua materna a partir da segunda metade do século XIX, buscamos informação sobre a aula de português no ensino fundamental com base em duas fontes principais: a documentação normativa sobre ensino do idioma, aí incluídos textos legais, decretos e resoluções oficiais, bem como os conteúdos programáticos que ordinariamente eram aceitos sem reserva pela comunidade acadêmica, e os testemunhos escritos que estão em uma bibliografia dispersa e vária sobre questões de ensino e metodologia, geralmente por opinião pessoal de um dado filólogo ou professor. No que tange aos documentos, hão de levar-se em conta, sem dúvida, os programas do Colégio Pedro II, sobretudo desde o início da segunda metade do século XIX até os anos 30 do século passado, tendo em vista ser este educandário, ao longo de todo o período referido, o centro das decisões pedagógicas em nível governamental, a par de impor-se nacionalmente como parâmetro de excelência em questões pedagógicas.

Inicialmente, percebe-se, pela análise desta documentação, que a disciplina Língua Portuguesa, ou Língua Nacional, ou com qualquer outra denominação equivalente, na realidade não existia em nosso panorama pedagógica até o ano de 1879, quando pela primeira vez os programas e conteúdos fazem menção ao Português como disciplina. Até então, a atividade linguística em sala de aula na verdade situava-se como elemento acessório do ensino da Retórica, irmanada a outros pontos relativos ao bom desempenho do aluno na construção do texto escrito e falado. Nesse sentido, verifica-se, por exemplo, que o aluno do sexto ano do ensino secundário no ano de 1870 era introduzido nas bases da eloquência, da poética da elocução e da oratória, pontos sempre presentes no rol dos assuntos que deviam ser expostos pelo docente em sala de aula. O estudo analítico da língua, ao menos em face desta informação documental, certamente não ia além de observações oferecidas

pelo professor no único intuito de facilitar a boa percepção do estudo retórico. Em suma, o estudo da língua não era em si um fim, mas um meio para atingir-se o bom desempenho discursivo oral e escrito.

Se considerarmos que o ensino do português pode enveredar por duas vertentes principais, a do ensino da gramática e a do ensino da produção e leitura do texto, e se levarmos em conta que a disciplina hoje conhecida como leitura e produção textual no ensino secundário é sucedânea da Retórica, ao menos quanto ao aspecto teleológico, disso podemos inferir que no antepenúltimo decênio de século XIX a aula de português era pautada sobretudo no estudo do texto. Não há outra possibilidade de entendimento em face da análise detida dos conteúdos programáticos, que privilegiavam flagrantemente os pontos atinentes ao desempenho do educando na expressão oral e escrita, em detrimento do conhecimento da teoria gramatical.

Com efeito, em 1870 o Colégio Pedro II oferecia a seus alunos da sétima série do ensino secundário uma disciplina intitulada Retórica em que, dos dezessete pontos que deveriam ser tocados pelo mestre, apenas um, denominado Partes do Discurso, pode ser considerado eminentemente gramatical. Outros poucos, como Composição em Prosa e Figuras de Palavras, devem ser diretamente vinculados à produção textual, assim como a entendemos hoje; em sua grande maioria, os pontos seguem uma diretriz de busca do bom desempenho discursivo, mediante mescla de pontos filosóficos e retóricos, como Argumentos, Eloquência, Gênero Didático e Declamação.

Semelhante procedimento se explica pela pouca afeição que os textos gramaticais dedicavam à análise do fato linguístico até o final dos anos setenta, já que os compêndios mais conhecidos, tais como a *Gramática portuguesa* (1871 [1866]), de Sotero dos Reis (1800-1871) e a *Nova gramática analítica* (1881), de Charles Grivet (1816-1876), seguiam em termos genéricos as bases da gramática racionalista, de intensa influência filosófica. Esse estado de coisas só viria a ser modificado ao fim dos anos 70, quando os parâmetros da Linguística Histórica e da Gramática Comparada finalmente chegariam aos nossos textos didáticos. A *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1845-1890), publicada em 1881, não sem razão abre seu prefácio com a seguinte assertiva: “As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua” (Ribeiro, 1911[1881], p. 8). E, dentro desse novo modelo de tratamento do fato gramatical, Júlio Ribeiro busca abeberar-se na linguística de Wilhelm Whitney (1827-1894), de George Holmes (1820-1897), na sintaxe de Charles Mason (1820-1900) e Alexander Bain (1818-1903), de tal sorte que, ao lado do estudo da língua vernácula, não se escudava o gramático de tocar pontos de Linguística Geral.

Não terá sido, portanto, por coincidência que, no mesmo ano de 1881, o programa de Português passe a ser meticulosamente alicerçado nas bases da Linguística Geral, por determinação oficial — Decreto n.º 8051, de 24 de março de 1881 —, cujos parâmetros se delineavam nos seguintes termos:

Portugues — Traços geraes de linguística: applicação da grammatica geral á lingua portugueza, phonologia, morphologia, (sic) e syntaxe do portuguez desde a formação da lingua té o começo da disciplina grammatical, estudo comparativo do portuguez com as outras línguas romanicas: analyse etymologica e syntatica e commentario philologico de trechos de escriptores do periodo archaico; conversão desses em portuguez hodierno (Souza, 1999, p. 181).

Verifica-se, assim, a entrada triunfal da Gramática Histórico-Comparativa nas salas de aula brasileira, e, mais que isso, da preocupação evidenciada nos conteúdos programáticos de não se adstringir o estudo da língua aos fenômenos do português, porém tocar, ainda que em rápidos momentos, os pontos da Linguística Geral. Exemplifique-se com os seguintes itens, todos presentes no programa do sétimo ano: Glotologia: seu fim, divisão, método. Formação: períodos de desenvolvimento na ciência da linguagem. Classificação das línguas. A glótica e outras ciências (Souza, 1999, p. 82).

Segundo o testemunho de Maximino Maciel (1866-1923), filólogo sergipano radicado no Rio de Janeiro, o grande mentor das mudanças teóricas no ensino de língua vernácula no seio do Colégio Pedro II foi Fausto Barreto (1852-1908), que não só tinha formação historicista no âmbito da Linguística, como também uma formação técnica em História Natural, fato que o aproximava sensivelmente das doutrinas evolucionista que chegavam da Alemanha de August Schleicher (1821-1868) e Wilhelm Scherer (1841-1886).

Não desconhecemos que um dado ponto programático, apesar de constar no programa oficial, nem sempre é aplicado em sala de aula, seja por falta de tempo para a cobertura total do programa, seja mesmo por simples omissão do professor (deliberada ou não). Mas o que julgamos aqui relevante é o fato de que, se semelhante conteúdo integrava a programação oficial, então decerto havia uma opinião majoritária favorável a sua inclusão, ou seja, o ensino de português a partir de então ingressa definitivamente nas sendas da análise linguística, com forte impulso histórico, sob o amparo da opinião acadêmico-filológica que ocupava os cargos decisórios em questões de ensino no final do Segundo Império.

A busca de um ensino mais científico, de cunho empírico e analítico, evidencia-se com todas as cores nesse momento de nossa história, em que se respiravam os ares de um indisfarçável clima positivista. Uma advertência final, incluída no programa do sétimo ano, assim determina:

O professor de Portuguez e Litteratura geral (historia litteraria) dividirá o tempo lectivo, de modo que o estudo de uma materia não seja sacrificado ao de outra. No ensino do Portuguez, entrará em materia por traços geraes de glottologia; em seguida applicará as theorias da grammaticaa geral ao caracter, genio e physionomia da lingua vernacula sem se deter em discussões metaphysicas e polemicas, dando assim á grammatica o cunho de uma sciencia e não mais de uma arte; e tratará da phonologia, da morphologia e da syntaxe, não só historicamente, subindo ao uso actual ao momento em que as regras grammaticaes tiveram começo , e explicando os factos da lingua por suas origens e por suas variações successivas, senão também comparativamente, confrontando esses factos com os já conhecidos das línguas clássicas e das outras línguas romanicas estudadas no Collegio(...) (Souza, 1999:181)

O império do analitismo e do estudo anatômico do fato gramatical chegaria sem grandes esforços até metade da primeira década do século XX. Nesse grande período de quase quarenta anos, a produção linguística e filológica brasileira é verdadeiramente exponencial, com destaque para as gramáticas descritivas, as gramáticas históricas e os estudos sintáticos. Entretanto, os efeitos desse movimento avassalador de novas conquistas na sala de aula mostraria uma face menos louvável: a maioria dos mestres, decerto, atribuía excessivo valor ao estudo analítico, de tal sorte o saber gramatical deixava de ser um instrumento para o bom desempenho do estudante em expressão oral e escrita, para constituir-se um fim em si mesmo.

Há que considerar-se que o estudo superior da Glotologia, da Linguística e mesmo da língua vernácula não se desenvolvia, até o final da década de 30, em salas de aula universitárias, porém por iniciativa isolada de filólogos vinculados às grandes instituições de ensino elementar e secundário, tanto no âmbito público e quanto no privado. Daí dizer-se, com justa razão, que até as primeiras décadas do século XX o Colégio Pedro II constituía a grande academia de humanidades no Brasil. O ensino da Linguística na universidade brasileira viria a ganhar espaço apenas em 1938, ano em que se inaugura o curso pioneiro de Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970) na Universidade do Distrito Federal¹.

1- Interessante notar que, com a extinção da UDF e posterior criação da Faculdade Nacional de

Esse fato provoca importantíssima repercussão no cenário do ensino superior, já que a vertente teórica até então agasalhada tanto na Linguística quanto na própria didática do português ainda fazia ecoar os princípios do historicismo e do comparativismo herdados ao século XIX. Se o veio historicista dava cabimento à intensa pesquisa e estudo das fontes etimológicas e da morfologia diacrônica, o veio compativista influenciava o método de análise anatômica da frase, da palavra, com grande aplicação no estudo da sintaxe. Algumas obras do período anterior ao aparecimento de Mattoso Câmara no cenário acadêmico brasileiro bem espelham essa vertente de investigação; cite-se, por exemplo, o excelente *Lições de português* (1921), de Sousa da Silveira (1883-1967), um ícone da aplicação histórico-comparativista no ensino de língua vernácula.

Com as aulas precursoras de Mattoso Câmara, à vertente historicista opõe-se a escola estruturalista, de caráter eminentemente sincrônico, em que o estudo do vernáculo se volta para o estado atual da língua, mediante análise formal de formas mínimas significativas. Mais que isso, a linha estruturalista também se volta para a investigação da língua oral, de tal sorte que a hegemonia de *corpora* em língua escrita já é questionada nos estudos sobre o português nas décadas seguintes, de tal sorte que, finalmente, viria a sucumbir à avalanche de pesquisas sobre a oralidade na década de 70 e início da década de 80.

Uma outra face do cisma teórico provocado pela chegada do estruturalismo à universidade brasileira provoca reflexos de grande relevância no ensino fundamental e secundário. O paradigma estrutural, afeito à análise formal do fato sincrônico e desvinculado do *corpus* de língua literária, implantou paulatina modificação no ensino do português, que se transfigurou em feição antinormativa, sobretudo por influência dos estudos sobre a oralidade. Tal fato criou um certo cisma metodológico, em que um grupo defendia certo retorno aos parâmetros da retórica do século XIX, ao passo que o outro não abria mão das conquistas que a gramática obtivera nos últimos decênios.

Fato é que a postura historicista, com grande ênfase ao estudo da etimologia, da morfologia e da sintaxe, jamais deixaria as páginas dos livros didáticos até o final dos anos quarenta pelo menos, não obstante inúmeros textos de escol buscassem dar um enviés mais sincrônico ao ensino do português, sobretudo a partir dos anos 20. Citemos aqui, nessa linha, os preciosos *Gramática secundária da língua portuguesa* (1966 [1922(?)]), de

Filosofia da Universidade do Brasil, o curso de Linguística Geral de Mattos Câmara foi interrompido por vários anos, reiniciando em 1948 com uma turma de apenas três alunos: Rosalvo do Vale (1927-2018), Solange Pereira de Vasconcellos (?-?) e Maximiano de Carvalho e Silva.

Manuel Said Ali, e *A língua nacional* (1960 [1926-7-8]), de Antenor Nascentes (1886-1972). A questão mais problemática está em que, com a avalanche dos estudos vernáculos pautados na Gramática Histórico-Comparativa, surgiu uma rota paralela, a que se filiavam gramáticos de secundária expressão, cujos objetivos não passavam de defender em sala de aula um ideal purista pautado nos clássicos literários portugueses, até mesmo por influência de filólogos lusitanos, dentre eles, obviamente, Cândido de Figueiredo (1846-1925).

Não há como negar que esse veio purista, de que fizeram parte nomes como Antônio de Castro Lopes (1827-1901) e Laudelino Freire (1873-1937), conquistou muitos adeptos no ensino de língua vernácula — não obstante jamais tenha aurido grande repercussão na doutrina filológica mais qualificada —, de tal sorte que se edificou um conceito de ensino gramatical baseado num normativismo intolerante e artificial, em que as bases de uma norma culta brasileira não raro eram tachadas de inadequadas ou indignas das genuínas raízes vernáculas. Infelizmente, essa vinculação entre normativismo intransigente e tradição gramatical perpetuou-se ao longo de todo o século XX, de tal sorte que não raramente lemos textos que se referem aos trabalhos do passado como mera expressão desse ensino autoritário, qualificação essa que, para os já iniciados, sempre se revela falsa e injusta.

Referências

- GRIVET, Charles. **Grammatica analytica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro, Typ. de Thevenet et Cie., 1865.
- GRIVET, Charles. **Nova gramática analítica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos, 1881.
- NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960 [1926-7-8].
- REIS, Francisco Sotero dos. **Grammatica portugueza** acomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica. 2 ed. revista, corrigida e annotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis. São Luiz, Typ. de R. d'Almeida, 1871 [1866].
- RIBEIRO, Julio. **Grammatica portugueza**. 10 ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C., 1911 [1881].
- SAID ALI, Manuel. **Grammatica secundaria**. 7 ed. revista e comentada por Evanildo Bechara. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966 [1922(?)].
- SILVEIRA, Sousa da. **Lições de português**. Rio de Janeiro: Litho-Tipographia Fluminense, 1921.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência**. Rio de Janeiro, Eduerj, Eduff, 1999, p.

BERNARDO GUIMARÃES E GUIMARÃES ROSA: DOIS CASOS DE METANARRATIVA

FRANCISCO DA CUNHA E SILVA FILHO
(AVBRAFLI. UFRJ, CMRJ, UCB)

RESUMO

Este trabalho pretende examinar alguns processos metanarrativos entrevisto em dos contos brasileiros: “A dança dos osso,” de Bernardo Guimaraes, e “Corpo fechado,” de Guimarães Rosa. Nossa análise objetiva evidenciar como funciona em ambos os textos tais processos metanarativos, Em “A dança dos ossos” uma forma de metanarativa pode ser exemplificada pelo confronto entre relato *oral* com a sua contrapartida escrita, ou mesmo, pelo confronto de duas versões dadas para transmitir uma experiência análoga, ou ainda, quando um relato oral transmitido por um personagem é reproduzido por escrito de forma literária. Em “Corpo fechado” podemos ver uma forma de metanarrativa quando o texto claramente sugere pistas para a forma de construção de seu enredo. A chamar a atenção do leitor para este, o narrador mantém uma espécie de diálogo com o leitor, tanto quanto com o texto em si.

Palavras-chave: conto brasileiro; metanarrativa; oral–escrito; relato; narrador; personagem; experiência; literário.

BERNARDO GUIMARÃES AND GUIMARÃES ROSA: TWO CASES OF METANARRATIVE

ABSTRACT

This paper intends to examine some metanarrative processes as seen in two Brazilian short stories: “A dança dos ossos” by Bernardo Guimarães, and “Corpo fechado” by Guimarães Rosa. Our analysis aims at evidencing some ways by which the metanarrative functions in both texts. In “A dança do osso” a metanarrative process may be illustrated when an oral presentation of events is confronted with its written counterpart, or when two oral versions are given to convey a similar experience or still, when an oral report told by a character gains its literary form, In “Corpo fechado” a metanarrative process may be

found when the text explicitly gives some hints as to its plot building, By drawing the reader's attention to it, the narrator thus establishes a sort of dialog with its reader as well as with the text itself.

Keywords: Brazilian short story; metanarrative; oral-written; narrative; narrator; character; experience; literary.

1.INTRODUÇÃO

Ao abordarmos a questão da metanarrativa neste ensaio procuramos, com o apoio de dois textos de autores brasileiros, Bernardo Guimarães e João Guimarães Rosa, trazer uma contribuição de ordem mais provocativa e teórica do que propriamente o resultado de uma análise exaustiva dos referidos textos.

A nossa proposta teve em vista, pelo confronto dos textos, evidenciar semelhanças e diferenças observáveis em duas escritas de um mesmo gênero literário. Os fatos observados em nosso estudo visam a indicar postas conducentes a trabalhos de maior envergadura.

Entretanto, o nosso objetivo central foi verificar em que aspectos das obras estudadas poder-se-iam detectar possíveis formas de metanarrativas - tarefa, que, por vezes, não é tão fácil de resolver, principalmente quando o texto, numa primeira leitura, nada aponta na direção que desejamos seguir, como foi o caso de *A dança dos ossos*, de Bernardo Guimarães¹. Nele entrevemos procedimentos pelo fluxo da escrita num dado gênero. No caso, um conto.

Em "Corpo fechado"² conto de J. Guimarães Rosa, uma particularidade que logo nos chama a atenção prende-se à *construção* do *enredo*, porquanto a narrativa explicitamente indicia o leitor para essa questão de metatexto. Obviamente que o texto de Guimarães Rosa nos proporciona um fecundo campo de investigação no que diz respeito a essa peculiaridade da narrativa que, olvidando por momentos os acontecimentos da fábula, centraliza, seu foco de atenção no próprio fazer literário, construindo um discurso paralelo graças à atitude deliberada de revelar procedimentos técnicos e estratégicos do ato da criação.

Suas afirmações ou negações, sua reflexão, séria, lúdico ou paródica problematizam um diálogo entre o produto artístico e o processo criador

1- GUIMARÃES, Bernardo. *A dança dos ossos*, In:- *Lendas e romances*, São Paulo> livraria Martins,, s.d., 151-178.

2- ROSA. João Guimarães. *Corpo fechado*. In: - *Sagarana*. 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984,

mediatizado pelo leitor. Este último, segundo Samira Nahid Mesquita, passando a exercer um papel que dele faz também autor, dadas as trocas de *informações, projeções e idiossincrasias*, “vai construindo um metaenredo: o seu e o da humanidade...”³

2. ESPÉCIES DE NARRATIVAS

2.1 A narrativa tradicional

Os dois contos que tomamos como objeto de nosso estudo, como sabemos, pertencem a períodos literários diversos, um ao Romantismo, outro ao modernismo, empregando este último na acepção mais abrangente possível, ou seja, como uma realidade literária privilegiadora não mais apenas da fabulação ou estória, mas sim de outros componentes formalizadores da narrativa contemporânea ocidental.

O conto de Bernardo Guimarães – “A dança dos ossos” – faz parte de um filão da literatura romântica interessado na descrição física e humana do interior brasileiro, inaugurando uma modalidade do estilo romântico denominada literatura sertanista. José Veríssimo, aliás, vê nele o “criador do romance sertanejo e regional”⁴

Procurando valorizar aspectos de nossa realidade, mas sem cair nos exageros idealizadores de Alencar, Bernardo Guimarães vai distinguir-se como um contador de causos ou estórias do nosso caboclo primitivo, supersticioso, afável no trato com o forasteiro, conforme vemos no diálogo travado entre o narrado, autor-personagem⁵, e Cirino, um personagem que no conto narra uma fantástica experiência: um hediondo crime perpetrado, por motivos passionais, por dois homens.

As circunstâncias da iniquidade do crime é que fazem do relato um típico modelo de conto de assombração, muito encontrado em estórias do interior. Um homem morto é enterrado sem muito cuidado numa cova que é assaltada, em seguida, por animais silvestres. Estes trucidam o corpo e foram, assim, espalhando ossos por toda parte.

3- MESQUITA, Samira Nahid, *O enredo*. 2. ed. Coleção Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 40.

4- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4. ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília 1963, p. 203.

5- Preferimos, neste exame do discurso ficcional, a classificação narrador-personagem, para nos referirmos à figura do viajante ou itinerante. Observe que o termo autor nessa classificação não deve se confundir necessariamente com a pessoa física de Bernardo Guimarães. Utilizamos ainda a classificação narrador-personagem para a figura de Cirino, o barqueiro.

Numa noite de sexta-feira, Cirino, passando pela localidade onde se encontrava a cova, foi protagonista de uma aterrorizante estória do além-túmulo. Essa é a motivação predominante no conto de Bernardo Guimarães e com ela se constrói uma narrativa a partir de relatos orais, os quais vão constituir o desenvolvimento da estória, cujo nó central, a nosso ver, será a tensão que se vai estabelecer entre a visão do conhecimento urbano e a do campo.

Contrapondo saberes diferentes no relacionamento entre dois personagens principais, a estrutura do conto se organiza e por vezes se desorganiza no tocante à veracidade ou não dos fatos narrados, num confronto nem sempre resolvido entre o cotidiano do homem do interior e o do homem da cidade, um, feito da sabedoria de bases míticas, outro, produto da racionalidade e do conhecimento lógico-pragmático. Ao cabo, reserva ao leitor uma surpresa em termos de técnica narrativa que está longe de se alinhar ao tradicionalismo e linearidade do conto do século XIX, mas, ao contrário, aponta para uma liberdade e originalidade de arquitetura literária com ares de modernidade, consoante mostramos adiante neste trabalho.

2.2. A narrativa moderna

O texto de Bernardo Guimarães ilustra bem um modelo de narrativa pautada na oralidade, para a qual são invocados os elementos necessários à cena ou apresentação de um ambiente selvagem onde figurantes também rústicos se reúnem, num gesto tradicional de transmissão de relatos lendários passado de geração a geração. O de J. Guimarães Rosa, porém, vivenciado em contextos sociais e físicos semelhantes, se aparta, pelas suas especificidades linguístico-literárias, radicalmente daquele texto do século XIX.

No caso de Guimarães Rosa não é que a narrativa tradicional dele não faça parte. Afinal, a literatura regionalista sofreu, como qualquer outro fenômeno literário, uma evolução tanto em termos de tratamento de temas, como na fabulação, enredo e notadamente na linguagem. Para chegar a Guimarães Rosa ela havia passado pelas experiências regionalistas de, entre outros, Afonso Arinos, Valdomiro Silvestre, Simões Lopes Neto, Alcides Maia, Monteiro Lobato e Hugo de Carvalho Ramos, se falar nos autores românticos que tematizaram também estórias vividas no sertão.

No conto “Corpo fechado,” Guimarães Rosa retoma também, segundo salientamos acima, o ambiente rústico do interior e nos conta a estória de Manuel Fulô às voltas com o desafio do temido valentão Targino. Todavia, ao contrário da objetividade presente no relato de Bernardo Guimarães, no texto

rosiano o mundo prosaico ganha uma dimensão poético-existencial que vai muito além do propalado regionalismo, A escritura de Rosa realiza aquilo que Alfredo Bosi chama de “discurso mitopoético.”⁶

No texto roseano há também um personagem, um médico, que se instala no interior e que, a princípio, se choca com a pasmaceira do pequeno arraial, com seus costumes e tradições. Trava um harmonioso relacionamento com um personagem decisivo para a estória, um matuto chamado Mane Fulô – que vai funcionar como *motivação* do conflito na narrativa e como seu agente principal de tensão dramática.

As longas conversas entre o médico e o matuto fanfarrão - um herói às avessas, mas nem por isso deixando de ser uma criação impregnada de forte emoção e viva presença no conto – são uma forma de, pelo relato da experiência, poder-se chegar à compreensão de um horizonte que está muito longe do mundo civilizado. Mergulhando no universo do sertão, Rosa como que procura recuperar toda uma vasta paisagem social e humana que estaria fadada ao esquecimento pelo progresso. Daí, a nosso entender, a importância que o autor confere ao componente crucial desse resgate literário, a *oralidade*.

Mas a oralidade em rosa não se materializa pela cópia submissa à reprodução da linguagem do caboclo e do homem em geral do sertão. O que ele procura fazer dessa linguagem ouvida e observada com olhos de um conhecedor de línguas foi o que com muita penetração o ensaísta Paulo Rónai chamou de linguagem *elaborada*.⁷ Segundo ele, o texto rosiano consegue permear a fala do matuto, tanto como do discurso do narrador (que não é matuto e sim homem instruído da cidade) de uma espécie de *essência* da linguagem literária que alguns estudiosos igualmente chamam de linguagem estilizada.⁸ Isto é, quando o matuto fala ele não deixa de ser caboclo linguisticamente falando. Seus desvios sintáticos estão presentes, porém, através da elaboração artística do autor. A fala do sertanejo comunica um estranho poder encantatório de convencimento existencial. Uma observação do ensaísta Adolfo Casais Monteiro acerca de *Grande Sertão: veredas*, citada por Paulo Rónai, vale para o nosso raciocínio: “Evidentemente há coisas que

6- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1986, p. 491.

7- RÓNAI, Paulo. Os vastos espaços. In : - ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora –INL, 1972, p.41.

8- BRASIL, Assis. *História crítica da literatura brasileira*. O modernismo, Rio de Janeiro: Pallas AS /INL, 1976, p. 113-118.

só entenderá em *Grande Sertão: veredas* o sertanejo precisamente o menos provável de seus leitores.”⁹

Portanto, no texto rosiano não há erros gramaticais adrede colocados na boca do sertanejo. O que existe é um excepcional talento literário de Rosa para manipular a linguagem humana e encontrar, como o fez exemplarmente, um forma elaborada, repetindo o termo de Paulo Rónai, de proporcionar ao leitor uma sensação e convencimento (nunca composto artificialmente) deque a psique dos personagens somente seria verdadeira se verbalizada e mentada nos termos formulados por Rónai.

Da mesma maneira, o discurso do narrador-personagem de “Corpo fechado” nada tem do narrador-autor-personagem interlocutor de Cirino de “A dança dos osso.” Neste a linguagem, tanto do homem letrado quanto do personagem rude, é a mesma linguagem culta do autor, ainda quando o narrador- autor-personagem transfere a enunciação ao narrador-personagem.

O que Rosa conseguiu levar avante foi uma verdadeira subversão nos moldes de construir a linguagem literária. Enquanto escritores nossos predecessores focalizavam apenas a construção e pronúncia do interior (e isso vem desde os românticos) como uma amostragem pitoresca, eles se punham, desta forma, fora da linguagem artística, mostravam-se apenas “realistas” linguisticamente, mas não conseguiam alçar-se àquele nível de elaboração a que se referiu o ensaísta Paulo Rónai.

Em Bernardo Guimarães não ocorre nem mesmo a cópia da linguagem do matuto como já aparece em Coelho Neto, por exemplo, em *Sertões* (1896) – meramente transcrições fônicas imitativas.

“Corpo fechado” nos abre, destarte, duas perspectivas básicas de construção de um conto moderno. A primeira é a que diz respeito à organização do enredo ou trama, que propicia uma direção às vertentes da narrativa ocidental, i.e., um tratamento da matéria narrada pela via metanarrativa, com sua auto-referencialidade, seu lado divertido, lúdico, paródico, desestruturador – traços acentuadamente contemporâneos da prática textual-ficcional. A segunda, e essa nos parece a mais relevante, é a que chamariamos aqui de metalinguística no sentido estrito, aquela para a qual o escritor mobilizaria todo um aparato retórico de modo a tornar sua escrita uma forma de construir um universo próprio, brasileiro sim, mas universal também, graças ao insólito poder da linguagem que, se inventa personagens e vidas, invente a si própria, numa espécie de reino das palavras, onde um mundo se faz não de pseudorealidades literárias, porém de letras, palavras, sons, ritmos e sobretudo inventividade. Em outras palavras, o ponto de interação fulcral da ficção rosiana reside

9- RÓNAI, Paulo. Op. Cit., p. 56.

nesse pertinaz mergulhar nas virtualidades semânticas da nossa língua. Seu texto, mais do que nenhum outro de nossa literatura, é o que ensaja maior co-participação do leitor no sentido estético, crítico e interpretativo.

Sabemos que o Modernismo de 22 até nossos dias, passando por todas as suas fases e desdobramentos, foi sem dúvida a renovação mais radical acontecida em nossa história literária, a qual veio definitivamente alterar a nossa produção poética e ficcional mercê de sua capacidade de agregar tendências diversas do domínio estético-artístico. O saldo positivo dele foi esse de manter em dia nosso universo cultural, sem, todavia, os defeitos dos movimentos estéticos anteriores, sempre interessados na mera duplicação de modelos importados acriticamente sem nenhuma pretensão cultural atualizadora.

Esta só ocorreria efetivamente com o Modernismo, ela sim, sintonizado com as literaturas desenvolvidas da Europa, com reflexos diretos e imediatos entre nós tanto pela publicação de obras poéticas e ficcionais que resultassem no aperfeiçoamento de novas técnicas e meios formais que, infelizmente, afastaram o grande público leitor, como pela perspectiva de tematizar nossa realidade social e humana. Isso só se materializou em termos práticos via geração 30, principalmente através do romance nordestino, de grande aceitação popular.

Guimarães Rosa, caudatário de toda essa renovação cultural, veio ainda mais radicalizar ficcionalmente essa mudança de rumos em nossas letras. O que a ele devemos como contribuição revitalizadora foi a *poetização* do discurso ficcional, de que é exemplo o conto focalizado em nosso estudo. Por *poetização* do discurso ficcional não significamos o velho poema em prosa do tipo alencarino, porém o fazer literário graças não apenas aos elementos referenciais da ficção, como sobretudo aos vastos recursos estilístico-expressionais da poesia propriamente dita, bem entendido, da poesia na sua acepção moderna e progressista do termo, num jogo combinatório de todas as camadas significativas e significantes da palavra. Talvez nunca esta última assumiu em nossas letras um grau tão elevado de poeticidade como na escrita de Rosa. É importante assinalar que essa *poetização* do discurso ficcional em nada minimizou o tratamento dado pelo autor aos temas, fabulação e trama de suas obras. O leitor de cultura mediana, ou mesmo até de nível mais elevado, sempre. Todo ele avesso aos automatismos das chamadas narrativas transparentes próprias dos ficcionistas construtores mais de entrecos bem urdidos e aliciantes.

O leitor, todavia, mais aquinhoado intelectualmente fruirá com mais proveito o texto rosiano uma vez tenha superado essa característica inerente ao texto de alta voltagem artística, que é a sua opacidade.

3. A METANARRATIVA

3.1 A metanarrativa em “A dança dos ossos.”

O conto de Bernardo Guimarães – “A dança dos ossos” - à primeira vista parece nada oferecer ao analista de hoje alguma justificativa para que nele vejamos uma escrita onde possamos depreender procedimentos de técnica narrativa modernos. Na prática textual, entretanto, não é bem assim. O discurso da narrativa de feição tradicional ou clássica aí não se encontra em toda a sua pureza, O que uma leitura mais acurada consegue descobrir é uma bem urdida maneira de narrar que torna o conto uma peça coesa artisticamente armada.

A narrativa curta tradicional caminha, como sabemos, linearmente, sem sobressaltos na montagem da estória. No conto de Bernardo Guimarães (é bom lembrar que ele foi crítico exigente) a articulação da trama ou enredo, usando esses termos na acepção que lhe empresta Tomachevski¹⁰, de modo algum caracteriza o conto nem como diretamente uma transcrição oral-popular nem como meramente uma forma artística do tipo clássico. Vejamos a seguir em que consiste essa diferença de construção do mencionado conto.

Em linhas gerais, o conto se desenvolve a partir de um fragmento de narrativa que rigorosamente não se define como um conto acabado no qual se pudesse combinar suas clássicas três partes, princípio, meio e fim. O que temos diante de nós é uma apresentação de um embrião de conto, já que a narrativa não evolui para a fase da complicação, nem do clímax, nem tampouco do desfecho. A narrativa tem todos os elementos constitutivos de um conto: personagens, espaço, tempo, linguagem apropriada, inclusive ensaia um princípio de desequilíbrio que poderia trazer-lhe algum desdobramento. Há nela também a presença de dois recuos no tempo do enunciado. O primeiro é o relato de Cirino, o segundo é o do narrador-autor-personagem. Esses recuos, pois, implicam ação de seus personagens-chave.

O autor, no entanto, limita essa narrativa, que chamaríamos narrativa primeira, externa aos blocos narrativos posteriores, que adiante iremos examinar, a um diálogo que dura penas o presente da enunciação dos relatos feitos pelos dois interlocutores principais: o viajante e Cirino.

Não vemos, entretanto nessa aparente ausência de organicidade na urdidura

10- Ver a esse respeito: CHIAPPINI MORAIS LEITE, Lúcia. *O foco narrativo*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática. Coleção Princípios, 1989, p.88-89. A ensaísta, no caso, faz um referência ao conceito de Tomachevski acerca do termo “fábula.”, p. 88-89.

de uma narrativa curta um defeito de técnica. É bom recordar que o texto pertence à literatura da fase romântica. Lembramos ainda que o Romantismo, como estilo de época eminentemente nacionalista, valoriza suficientemente as fontes populares, folclóricas, em suma, a tradição oral.

O que nos parece mais correto é entender essa forma de construção do conto como uma estratégia consciente do autor para aproximar seu relato o mais possível das primitivas formas de contar estórias pela via oral, tal como os antigos o fizeram, alterando palavras ou a disposição do enredo mas sem modificar jamais a forma primeira e substancial do conto¹¹. Afinal é bastante sintomática a *cena* que ele habilmente montou a fim de transmitir os relatos de sua narrativa, reunindo, junto ao fogo, figuras humanas. Estas, pelo poder da palavra *ouvida* e sugestionadas pelo ambiente circundante, se voltavam de quando em vez para os lados, como a significar que a qualquer momento fenômenos sobrenaturais também poderiam fazer delas personagens de relatos de assombração transmitidos a ela nas noites frias do sertão.

Um viajante chega a um loca e passa a conversar com um barqueiro já dele conhecido, Cirino. É do diálogo dos dois que evolui o discurso narrativo, Esse diálogo não dura mais do que uma noite junto a um “fogo aceso.” O conflito que se estabelece, se é que aí se trata de conflito, é um confronto de visões opostas entre dois interlocutores que ao longo do dialogo, um, o narrado -personagem, procura convencer o outro, o barqueiro, de que o relato deste implicando uma experiência vivida numa dimensão fantástica que não passa de uma inequívoca ilusão de ótica. Só que o barqueiro, ao rebater o viajante, termina por justificar, através de um relato pormenorizado, o estranho acontecimento vivido por ela. Ao final do relato de Cirino, só restava ao narrador-autor-personagem curvar-se aos fatos, se é que se curvou... Caberia, no entanto, uma indagação pertinente. Não estaria, ao final do conto, o narrador-autor-personagem, ao dar como definitivo e conclusivo o relato utilizando ironicamente o recurso de um *undestatement*?

O diálogo entre Cirino e o narrador-personagem, não passa, conforme assinalou Alfredo Bosi, em relação à prosa de Bernardo Guimarães, de

...impasse criado pelo encontro do homem culto, portador de padrões psíquicos e respostas verbais peculiares ao meio com uma comunidade rústica,

11- Ver sobre o assunto Battella Gotlib, Nádia. *Teoria do conto*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

onde é infinitamente menor a distância entre o natural e o cultural¹².

Corresponderia o diálogo ao que já definimos neste conto como *narrativa primeira*. Entretanto, por detrás do plano geral da trama, se ocultam quatro outros *blocos narrativos*. O primeiro é aquele onde o narrador-personagem transfere o ponto-de-vista para Cirino, que passa, então, a conduzir a narrativa. Nesse bloco Cirino narra a sua própria experiência como vítima do caso de assombração relacionado ao finado Joaquim Lustosa. A narrativa seria, pois, a versão rústica e primitiva de um acontecimento que abrange todo o capítulo II (p.157-162).

O segundo bloco narrativo (capítulo III) que podemos discernir no conto é aquele no qual o próprio narrador-personagem, não mais na mera condição de sujeito de enunciação, mas agora como sujeito do enunciado, refuta o relato de Cirino com um discurso lógico e racional. Nesta altura podemos já falar de um primeiro momento em que os discursos dos dois personagens se interpenetram, num processo, por assim dizer, de apagamento do discurso ingênuo (para nós) do caboclo. Esse jogo intertextual não se afetiva no nível dos significantes, mas no nível, digamos assim, epistemológico-científico visando aos referentes (natureza física, espaço, terra, água, ar, assim como os repertórios transcendentais e míticos), numa comprovação de fatos em termos só de causalidade.

O terceiro bloco narrativo poderíamos chamar de discurso de comprovação no qual o narrador-personagem novamente assumindo o ponto-de-vista apenas de personagem, procura demonstrar com um testemunho próprio uma experiência análoga à que ocorrera com seu interlocutor Cirino. Esse novo relato está igualmente no capítulo III, porém inicia-se a partir da página 165 e vai até à página 168. Tal relato, como vemos, mantém uma relação tensa e intertextual com o primeiro relato do barqueiro, pelo menos no aspecto temático-pragmático.

O quarto e último bloco narrativo, que é o mais extenso (capítulo IV, da página 168 à página 178, antepenúltimo parágrafo¹³ constitui na realidade uma estória acabada e não apenas um breve relato. Mais uma vez, assumindo o foco narrativo, o barqueiro, por estímulo do narrador-personagem, vai satisfazer a curiosidade deste, desta vez as peças do xadrez são devidamente postas diante

12- BOSI, Alfredo, Op. cit., p.158.

13- Os dois últimos parágrafos do conto retomam a narrativa primeira (penúltimo parágrafo, p. 178) com Cirino como sujeito no presente da enunciação. No último parágrafo, o narrador-personagem, distanciado, arremata o conto.

de nós leitores (e, por seu turno, dos interlocutores internamente (e no nível do enunciado, A narrativa, agora, vem elucidar alguns pontos mal esboçados no primeiro relato de Cirino. Sua funcionalidade aqui serve mais uma vez para justificar e reforçar as assertivas de Cirino como verdadeiras. i.e., com fatos que na verdade se deram com ele, os quais, pelo menos, parecem ter levado o narrador-personagem a nelas acreditar, a se ver pelo que explicitamente diz no fim do conto. A crença, porém, no relato apresentado por Cirino não, rigorosamente, categórica, como atrás já a esse respeito aludimos, o que como técnica narrativa é uma maneira inteligente de levar o leitor, ao final do conto, a incertezas ou ambiguidades.

Em todos os níveis da narrativa que acabamos de mencionar há alguns aspectos do discurso narrativo singularizadores da feitura do conto, que julgamos dignos de comentários:

- 1) A presença do diálogo que está sempre interrompendo ou fazendo observações, ou mantendo o canal linguístico em alerta, ou seja, pela utilização daquele na sua função fática:

— Vm. se reparasse, havia de ver que aí o mato faz uma pequena abertura de banda, em que está a sepultura do Joaquim Paulista¹⁴.

- 2) Os comentários, quer do narrador, quer de Cirino enquanto narrador, servem para descrever movimentos, gesto e ações do interlocutor ou para chamar a atenção da matéria narrada, no último caso com o uso da função conativa:

Aqui o velho fincou os cotovelos nos joelhos, escondeu a cabeça entre as mãos e pareceu-me que resmungou uma Ave Maria, Depois acendeu o cacimbo, e continuou¹⁵.

Mas ainda não contei tudo¹⁶

Vamos agora saber onde é que ele estava enterrado.¹⁷

14- GUIMARÃES, Bernardo. Op. cit., p.159.

15- Idem, ibidem, p. 159.

16- Idem, ibidem, p. 161.

17- Idem, ibidem, p. 175.

3)Essas mudanças ocorrentes no fluxo normal da narrativa com claros objetivos de melhor desviar o leitor ou o ouvinte (interlocutor interno à narrativa) para o discurso do enunciado, nos pareceram procedimentos bastantes diferenciadores de uma narrativa convencional, mas que, por outro lado, a aproximam visivelmente do caráter de oralidade subjacente à escrita do autor de *A escrava Isaura*, Tal procedimento de fazer-se a estória debruçar-se sobre ela mesma, aparece pela primeira vez no conto no início do capítulo III (p. 162), quando o narrador-personagem se refere ao relato de Cirino que, posto tosco na linguagem, podia exprimir-se de forma muito mais viva e convincente do que a sua reprodução adaptada à língua escrita. Novamente podemos perceber aqui o quanto era importante para o autor o aspecto da oralidade naquela fase romântica de nossa literatura. Esta conquista estética só aconteceria, num plano verdadeiramente artístico, no Modernismo, e sobretudo na prosa de Guimarães Rosa. Aqueles “sons imitativos que não podiam ser apresentados por sinais escritos.”¹⁸ Os modernistas souberam superar pela estilização da linguagem e, no caso de Guimarães Rosa, por um arsenal linguístico-expressivo que ale mobilizaria a sua usada escrita. A vitória do modernismo foi também essa superação dicotômica de forma e conteúdo.

Dos quatro blocos da narrativa aqui esboçados, ocorre no quarto, aquele referente ao longo do relato de Cirino sobre os motivos do crime praticado pelo infame Timóteo, um fato interessante de técnica narrativa. O narrador- personagem, Cirino, salta para dentro da estória narrada, dela fazendo parte no nível de *ação* do enunciado, numa fusão, portanto, da enunciação e enunciado. Cirino vira *dramatis personae* da sua própria enunciação:

Enfim, eu fui à vila pedir ao vigário velho, que era o defunto padre Carmelo, para vir bendizer a sepultura de Joaquim Paulista, tirar dela essa assombração que aterra todo este povo.¹⁹

2. 2 A metanarrativa em “Corpo fechado”

Se observarmos criteriosamente as partes em que se dividem

18- Idem, ibidem, p 162.

19- Idem, ibidem. p. 177

o enredo de uma estória- apresentação, complicação, clímax e desfecho – vamos notar que em “Corpo facheado” a evolução linear de princípio, meio e fim casa-se perfeitamente com as partes do enredo rosiano. Entretanto, há um procedimento técnico do narrador que procura escamotear aquelas fases do enredo, Ao leitor desavisado ado escapa essa particularidade para identificarmos no conto um tratamento metanarrativo, Se não, vejamos como se processa na prática textual esse comportamento metanarrativo.

“Corpo fechado” abre-se com um narrador de terceira pessoa, aparentemente neutro²⁰, limitando-se a dar entrada à narrativa que de pronto cede lugar à apresentação de um extenso diálogo entre um médico e um personagem logo identificado como Manuel Fulô. (p. 271).

No entanto, mais adiante, à página 276, somos de assalto apresentados a um narrador de primeira pessoa que, a partir daí, conduzirá toda a estória. Nesse ponto, fica difícil afirmar se o narrador primeiro é o mesmo que o da primeira pessoa agora explicitamente evidenciado. Parece-nos que aí i se instala uma ambiguidade, um traço recorrente em Rosa em se tratando da questão do foco narrativo²¹.

O narrador de primeira pessoa, o qual, no caso, vem a ser o médico em dialogo com Manuel Fulô, será ao mesmo tempo personagem no conto mas não o protagonista. Esse será exercido por Manuel Fulô. Num plano ainda da narrativa, Manuel Fulô funciona na realidade como uma espécie de segunda voz se atentarmos para a circunstância de que, no mencionado longo diálogo com o médico, este age apenas como um estímulo, num tom indulgentemente irônico através do largo uso da função fática. É como se o narrador intimamente dissesse ao caburé: - Conta vantagem e patotas, que te darei corda.

Mas, é pelo discurso do capiau que o conto oferece ao leitor um instante de sua grandeza como criação literária. Realmente, ao tomar a palavra de interlocutor, Manuel Fulô vai nos contando pormenores e mais pormenores de sua saga pessoal de suas aventuras e, no final, constrói quase uma segunda narrativa autônoma, Podemos mesmo adiantar que a fala loquaz do caboclo é tão rica de informações e

20- O termo *neutro* está aqui usado na acepção de Norman Friedman. Ver, a proposto, *O foco narrativo*, op. cit., 32-43.

21- MESQUITA, Samira. As relações do narrador com a matéria narrada, em “Soroco, sua mãe, sua filha,” de Guimarães Rosa. Rio de Janeiro. *Contato*. Humanidades, Fundação CES-GRANRIO, III, 34 (1980), p. 79-81. A referência à ambiguidade em Guimarães Rosa se encontra nesse trabalho da ensaísta.

de situações humanas e sociais que contém por si só um valor estético-linguístico fabuloso.

Dado o seu envolvimento e com todos os elementos estruturais do conto, o seu papel decisivo na história faz dela um personagem-protagonista a partir do qual a narrativa decola encontra sua solução.

Para compensar psicologicamente todas essas desvantagens de sua vida e de seu caráter recorria à ideias fixa de que pertencia a uma família abastada da região, os Peixotos, assim como tomava ares de valentão na frente de desconhecidos. Essa exibição de valentia acabou, ainda que por obra do destino ou do mistério, por lhe valer mesmo um nome na galeria dos “cabras possantes” do seu arraial. A tradição dos valentões da Laginha não podia mesmo ter outro sucessor. Seu último *challenger*, quem diria, tinha sido Manuel Fulô. Quem mais poderia continuar bancando de valente em terra que Manuel Fulô deu cabo do último valentão de plantão?

Manuel Fulô constitui, assim, aquele tipo de personagem despojado de toda auréola, de todo romantismo. Sua fisionomia inclina-se mais para o grotesco. Montado na sua Beija-Fulô formava uma triste figura quixotesca, Talvez por isso essa criação ficcional tenha sido tão estimada pelo próprio Rosa²². Há mesmo algo de tragicômico nesse personagem que, se nos faz rir, ao mesmo tempo nos entenece profundamente.

Após a apresentação da história, a introdução dos principais figurantes direta ou apenas alusivamente, a insinuação do assunto, a localização do espaço e da geografia humana, somos surpreendidos à página 280 com uma notação do sujeito da enunciação, que afirma ter a narrativa começado só depois que uma personagem, das Dor, entra em cena, no momento em que vai até à casa do médico pedir um “adjutório” para seu casamento com Manuel Fulô. Ora, ocorre que a narrativa tinha iniciado muito antes tanto em termos físicos (número de página) como internamente,

Mais adiante, à página 293, vamos encontrar outra notação semelhante à da página 280, quando, após ter a história desenvolvido a sua fase de apresentação e tendo já suficientes elementos para caracterização dessa fase, o sujeito da enunciação nos recorda que, a partir daquele instante, é que a história começou. Nesse ponto, um personagem antagonista, o Targino, entra em cena e será ele que vai desencadear

22- Ver carta de Guimarães Rosa a José Condé, incluída em *Sagarana*. Op. Cit., p. 1-7.

toda uma mudança na fabulação, porque será com ele que Manuel Fulô entrará em conflito. Com ele se cumprirá o destino do último valentão de plantão. Manuel Fulô será o *challenger* a que ser referia o narrador à página 275. Targino agirá com força desestabilizadora tanto no plano pessoal como no social, neste último porque gerador de instabilidade psicológica no ambiente do arraial.

Mais uma vez, o narrador nos surpreende m a afirmação de que a estória “de fato” começa mesmo é a partir do instante (página 297) em que, para alívio do desesperado Manuel Fulô, que não sabia como enfrentar Targino e salvar sua enamorada, entra em cena Antonio das Pedras. O qual viera para tratar com ele de um assunto secretíssimo.” (p.297) O assunto, com sabemos, era a oportunidade de pôr as mãos na formosa Beija-Fulô. Em troca, como deduzimos, tornaria nosso herói imune a arma de fogo.

Do exposto, podemos tirar algumas conclusões sobre o processo narrativo articulador da trama de “Corpo Fechado”:

- a) No desenvolvimento da estória podemos constatar que rigorosamente não há nela nenhuma ruptura de monta na sua linearidade de ação.
- b) Quando o narrador-personagem chama a atenção do leitor para o suposto início da estória, ele não está mais do que tentado passar a ideias de anti-ilusionismo da ficção. O anti-ilusionismo, que faz com que o leitor se lembre de que o que está lendo é uma invenção e nada tem da realidade empírica (recurso narrativo de literatura moderna), desautomatiza, sim, o texto ficcional. Contudo, a nosso ver, não tem peso assim tão grande na fruição da fábula que, para o leitor mediano e não intelectualizado, é secundário e não vai influir no seu envolvimento e prazer estéticos. Enquanto esse anti-ilusionismo moderno vem derrubar os pilares da narrativa tradicional de fundo realista ou mesmo romântica, as novelas de televisão ainda usam por vezes do artifício ilusionista. Por exemplo, quando um personagem afirma que, numa determinada situação, tal fato ou ocorrência só existe em estória de novela ou ficção. O que, por isso, dá a ela uma ilusão da realidade empírica negando a si mesma para parecer verdade. O apelo do narrador no conto rosiano age no sentido de desconstrução da estória, procurando atuar ludicamente com a relação narrador-texto- leitor. Ao

afirmar da primeira vez que a estória estava começando, estava apenas negando retoricamente o que já existia como ficção, i.e., a narrativa ali se encontrava na sua fase de *apresentação*. Da segunda vez, a sua camada ao leitor nada mais vale do que a afirmação pela negação de que a estória se encontrava na sua fase de *suspense* ou *complicação* e, finalmente, na terceira e última chamada ao leitor, a afirmação pela negação só vem ratificar a fase da narrativa em pelo clímax.

- c) O uso do processo metanarrativo entrevisto no conto não deixa, todavia, de constituir uma forma nova de refletir sobre a arte de narrar e ao mesmo tempo torna-se uma prática de desmascaramento do ficcional.
- d) O fato de o narrador despertar a atenção do leitor para a matéria narrada, mediante o expediente da função conativa, pode ser entendido como uma maneira de valorizar o lado da *ação*, pondo o leitor em estado de alerta e simultaneamente instigando-o a prosseguir a leitura. Observe-se que as frases de chamamento ao leitor têm natureza paralelística e grau ascendente de ênfase:

- 1) “... e aí foi que a história começou!”
- 2) “E foi então que *de fato* a história começou!”
- 3) Mas, de fato, cartas dadas, a história começa mesmo é aqui,”
(grifos meus).

Cabe ainda comentar o seguinte: nas três vezes em que o narrador faz voltar a nossa atenção para a enunciação, percebemos da parte dele um tom de ludismo sadio e dessacralizante, desmistificador de uma modalidade antiga e solene de exercício da narrativa. Convém lembrar, finalmente, que Guimarães Rosa em carta a José Condé, classifica as as estórias como “uma série de histórias adultas da Carochinha.”²³

CONCLUSÃO

Como pudemos apreciar em linhas atrás, não importa em que fase se encontra um gênero literário, ele sempre será objeto de indagação ou de questionamento, quer partidos dos próprios produtores de textos, que sobretudo em tempos atuais pela

23- Ver nota precedente.

coparticipação dos leitores. Com críticas, favoráveis ou não, a escrita será eternamente o referente-chave, mesmo nas mãos do leitor que não procure o entretenimento ou o alhear-se do fardo desgastante da cotidianidade.

Uma questão pertinente para a Teoria Literária contemporânea como a metanarrativa particularmente nos interessa no momento em que enfrentamos, a esta altura do século XX, os desafios das crises em todos os níveis que vêm sacudir os alicerces de todas as conquistas alcançadas no âmbito dos estudos literários, haja vista questões como a morte do romance, da poesia, das artes em geral, as quais, de vez em quando, são proclamadas aos quatro ventos.

Por outro lado, contrariando as expectativas anunciadas, os livros de ficção ou de poesia vão aparecendo. Os leitores ainda não estão de todo sumidos. A literatura culta de elevada complexidade, talvez, dando resposta a essas inquietações da criação artística num mundo cada vez mais individualizado, massificado e inimigo do silêncio, pois só este permite as grandes leituras e reflexões, volta-se cada vez mais para si mesma, construindo-se e mostrando como se está construindo. Essa revelação da galinha dos ovos de ouro segundo vimos, não vem de hoje. Está nos antigos, em Aristóteles, em Platão, em Sterne, em Machado de Assis, em Joyce, em todas as épocas e em quase todos os autores contemporâneos.

As alusões, as citações, os cruzamentos intertextuais ou intratextuais são reflexos diretos desse contínuo diálogo voltado para si ou para os outros, fora de todas as convenções do tempo.

Inegavelmente fecunda é essa questão da metanarrativa, segundo pudemos demonstrar na análise desenvolvida neste estudo que só vem confirmar quão eficaz e iluminadora se torna no deslindamento da estrutura ficcional em duas obras da literatura brasileira elaboradas em tempos diferentes.

No estudo enfocado neste trabalho intentamos mostrar alguns aspectos conexionsados com o processo metanarrativo tanto numa prosa de raízes românticas (Bernardo Guimarães) quanto nos altiplanos poéticos revolucionários de João Guimarães Rosa.

A comunicação verbal como forma elementar de interação social

- Processos especializados no trabalho com surdos e cegos ou de baixa visão-

Hilma Ranauro (UFF/ABRAFIL)

RESUMO:

A linguagem verbal permeia as várias formas de ser e estar no mundo. Mesmo entre seres humanos surdos foi ela que lhes terão tentado transmitir. O fato de não ouvir não impossibilita os surdos de virem a falar, uma vez assessorados por profissionais especializados. É importante ressaltar que eles não se consideram deficientes. São surdos, pertencem a uma comunidade de surdos. A comunicação entre eles se dá pela Língua de Sinais. A aquisição do oralismo e da leitura labial implica sua interação social com todos. Há que haver profissionais para habilitá-los.

Quanto aos cegos e os de baixa visão, tem-se o sistema Braille, para a escrita e leitura. Cabe, igualmente, a busca de profissionais especializados ou a profissionalização de pessoas vocacionadas para seu ensino. Eles dispõem também do sistema operacional DOSVOX (UFRJ). Esse sistema é aplicado ao computador. O que é escrito pelo usuário ou o que lhe enviado é lido por uma voz. Há outros recursos, inclusive para deficientes físicos em geral, inclusive tetraplegia.

Palavras-chave: Inclusão social; surdos, cegos; ou de baixa visão.

The verbal communication as an elementary form of social interaction
**- Processes specialized in working with the deaf and blind or with low
vision-**

ABSTRAC

Verbal language permeates the various ways of being in the world. Even among deaf human beings, it was this that they tried to transmit to them. The fact of not hearing does not make it impossible for the deaf to speak, once assisted by specialized professionals. It is important to emphasize that they do not consider themselves disabled. They are deaf, they belong to a deaf community. Communication between them is through sign language. The acquisition of oralism and lip reading implies social interaction with everyone.

There must be professionals to enable them.

As for the blind and those with low vision, there is the Braille system, for writing and reading. It is also up to the search for specialized professionals or the professionalization of people dedicated to their teaching. They also have the DOSVOX operating system (UFRJ). This system is applied to the computer. What is written by the user or what is sent to him is read by a voice. There are other resources, including for the physically disabled in general, including quadriplegia.

Keywords: Social inclusion; deaf, blind; or low vision.

1. A erradicação do analfabetismo

A capacidade para aquisição da linguagem é inata na criança. E é admirável como crianças sem dificuldades físicas ou mentais, sem nada que as impeça de ouvir, uma vez expostas, desde cedo, à língua oral, são capazes de entender o que lhes falam, algumas antes mesmo de começarem a falar. É por meio da comunicação com os outros que a criança vai incorporando significados da cultura e da linguagem de seu grupo social.

Se forem expostos não somente à sua língua materna, mas também a outra língua, ou mesmo outras línguas, irão dominá-la(s) sem sequer confundir seus sistemas.

A comunicação envolve todas as formas pelas quais uma pessoa influencia outra e é por ela influenciada. No mundo em que impera a linguagem verbal, a comunicação verbal (o oralismo) é a forma elementar de interação social.

Na realidade, a linguagem verbal permeia as várias formas de ser e estar no mundo. Mesmo entre seres humanos surdos foi ela que lhes terão tentado transmitir, e por ela terão sido nomeados e inscritos (registrados) no mundo.

O fato de não ouvir não impossibilita os surdos de virem a falar. Uma vez assessorados por profissionais especializados e não tenham problemas no aparelho fonador, vêm a adquirir o oralismo e a leitura labial. Orientados desde cedo, pela leitura labial, a criança surda vem a ser capaz de repetir a palavra ouvida. Isso, naturalmente, olhando para o locutor.

Quanto à sua alfabetização e escrita, essa criança seguirá o processo educacional pelo qual passará em sua vida ou se terá perda ou diminuição auditiva (frequentes infecções no ouvido não observadas ou não bem tratadas, por ex.). Para algumas há a necessidade de serem alocadas o mais próximo possível do/da professor/professora.

Pela Língua de Sinais (no Brasil, Libras), os surdos comunicam-se entre si, com seus pares, com seu grupo de referência, com sua comunidade ou com os que, hoje em maior número, aprenderam a Libras.

Que se esclareça que não devem ser considerados “deficientes auditivos”. São surdos. Pertencem a uma comunidade: comunidade de surdos, fazem questão de esclarecer. Deficientes auditivos são os que dependem de aparelhos auditivos. Também não é adequada a classificação surdo-mudo.

Um cego também não é um “deficiente visual”. Ele é cego. Deficientes visuais são os que dependem de óculos ou lentes corretoras. Há os cegos e os de baixa visão. Deles trataremos no item 5.

1.2 Legislação brasileira

A Libras (e não LIBRAS) já foi reconhecida como língua oficial da comunidade de surdos, de acordo com a Lei n.º 10.436, de 24 de Abril de 2002.

“De acordo com o Decreto n.º 5.626/2005, as instituições de ensino brasileiras devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas o acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, assim como nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação: desde a educação infantil até a superior”.

Decreto n.º 5.626/2005, CAPÍTULO II - DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR:

“Art. 3.º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

A língua portuguesa deve ser ensinada como segunda língua para pessoas surdas.

Libras é a sua primeira língua. Para possibilitar a comunicação e a integração deve-se incentivar os colegas ouvintes a receberem aulas da língua de sinais.

1.3 FERDINANDO BERTHIER¹ - reprodução, entre aspas, de parte do texto da autora.

Ferdinand Berthier é considerado um dos mais brilhantes professor surdo da história cultural dos surdos. Ele nasceu no ano de 1803 em cidade de Louhans, França.

“Ferdinand Berthier era surdo congênito e nasceu em 1803 na cidade de Louhans, na França. Foi considerado por Laurent Clerc, professor também surdo, o mais brilhante aluno do Instituto para Surdos de Paris. Berthier entrou para o Instituto aos 8 anos, onde formou-se, e trabalhou posteriormente como professor. Foi também uma figura importante na comunidade literária de seu tempo. Berthier escreveu vários livros e numerosos artigos sobre o surdo, sua educação e seus direitos legais. Criou a primeira organização social para o surdo em Paris e foi a primeira pessoa surda a receber o prêmio Legião de Honra. Berthier escreveu a biografia de l’Epée (1712-1789) em um artigo denominado “O surdo antes e depois do abade l’Epée”, a pedido dos membros da Sociedade para as Ciências Morais, Letras e Artes de Seine-et-Oise, que lhe propuseram “investigar a condição social do surdo antes do abade de l’Epée, e que meios ele empregou para sua educação; usar essas duas investigações para conseguir uma exata apreciação da realização de l’Epée como fundador de uma nova instituição e como benfeitor da humanidade”(BERTHIER, 1984, p.163). Esse artigo seria usado como argumento para oferecer a l’Epée um prêmio dado anualmente a uma pessoa ilustre da sociedade francesa. Com este intuito, Berthier relatou a história da educação dos surdos, iniciando por professores anteriores a l’Epée e, posteriormente, assinalando as inovações introduzidas pelo abade. Berthier era grande admirador de l’Epée e seu texto é repleto de elogios. Apesar disso, não se isenta de criticá-lo em alguns aspectos como, por exemplo, na forma como ele ensinava aos surdos a gramática do francês.”

1.4 Primeiras escolas para surdos

As primeiras escolas de surdos na Europa surgiram somente no século 17.

1- Lilian Cristine Ribeiro Nascimento Mestre e Doutoranda em Educação Faculdade de Educação da Unicamp. DOSSIÊ Grupo de Estudos e Subjetividade. A ideia deste dossiê surgiu num grupo de estudos em torno do problema da atenção. © ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.255-265, jun. 2006 – ISSN: 1676 – 2592.

No Brasil, levou mais tempo. O Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foi fundado em 1857 no Rio de Janeiro.

1.5 Comunicação e Informação na comunidade de surdos

Na comunidade de surdos, a comunicação e a informação pessoal, in praesentia, é realizada por meio da Língua de Sinais. Há que expô-los a ela desde cedo. Vemos atualmente, no Brasil, que ela é frequentemente utilizadas por intérpretes em comunicações em vários setores, principalmente políticos.

Libras é a língua oficial da comunidade surda brasileira. É uma língua de modalidade gestual-visual, que se exprime por meio da combinação de sinais e expressões faciais. As crianças surdas filhas de pais ouvintes serão constantemente expostas à língua oral, ao oralismo. Para sua inclusão social há que ser-lhes ensinada a Língua de Sinais. O ideal é que os que com elas convivem também a aprendam.

1.6 Projeto de Educação Bilíngue

O Projeto de Educação Bilingue tem como objetivo que o sujeito surdo tenha o direito de adquirir/aprender a Libras, e a aquisição da segunda língua majoritária, no nosso caso, a língua portuguesa: oralismo e escrita. Isso permitirá sua integração na sociedade como um todo.

Poucos, até hoje, tiveram essa oportunidade. Tivemos oportunidade de conhecer, somente ao final de um período de aulas no curso de Letras na UFF, uma aluna que era surda. Ela se aproximou, junto com uma colega e começou a conversar. Pelo seu jeito de falar, julgamos, a princípio, ser estrangeira e lhe dissemos que sua L2 era a língua portuguesa. Sua colega esclareceu: Não. Ela é surda. Respondemos: de qualquer maneira, a língua portuguesa é sua L2. Sua L1 é a Língua de Sinais.

Boa aluna, não se sentava nas primeiras fileiras de cadeiras. Sabia a leitura labial e a língua escrita. Situação pouco comum ainda, infelizmente. Poucos têm as oportunidades que ela tivera.

Saber, nunca é demais repetir, é poder. Cabe torná-lo acessível a todos que o desejem, sem o que estaremos excluindo uns em detrimento de outros. Uma vez alfabetizados, também os surdos podem exercitar sua capacidade (e exercer seu direito, é bom frisar) de aquisição da linguagem verbal: oral (oralismo) e no seu código escrito, que, nunca se pode esquecer, permeiam e permearão todo o seu ser e estar no mundo.

Atualmente, no Brasil, ela é frequentemente utilizadas por intérpretes em comunicações em vários setores, principalmente políticos.

1.7 Intérprete da Língua de Sinais

A profissão de intérprete da Língua de Sinais foi regulamentada em 2010 (Lei n.º 12.319/10). Essa lei vem propiciar a inclusão do surdo no âmbito escolar e também no âmbito social.

1.8 Algo a considerar.

Libras traduz-se como Língua Brasileira de Sinais, Ocorre que língua brasileira não existe. Nossa língua é a língua portuguesa, mas a expressão que foi adotada é Língua Brasileira de Sinais, que já está oficializada.

Se estiverem na Itália, usarão a expressão Língua Brasileira de Sinais?

O que se tem que firmar, oficializar, repetimos, é a Língua de Sinais. No caso do Brasil, Língua de Sinais Brasileira. Assim como existem várias línguas faladas no mundo, também existem várias línguas de sinais no mundo, cada país tem a sua.

1.9. Tradução simultânea em Libras - Acessibilidade e Inclusão

No Brasil, existem mais 2 milhões de pessoas com deficiência auditiva severa que encontram muita dificuldade quando alcançam a idade economicamente ativa. Já existe

pelo menos um empresa que oferece um aplicativo que atende às que desejem acessoria para funcionários surdos, o ICOM. “O ICOM² usa tecnologia de ponta para conectar intérpretes de Libras ao seu negócio, possibilitando a comunicação entre surdos e ouvintes. Por meio de vídeo-chamadas, o serviço oferece tradução simultânea em tempo real, promovendo inclusão, respeito e cidadania.”

O acesso ao primeiro link da nota de pé de página remete a vários outros relacionados à utilização de Libras. Sugiro, para maiores esclarecimento sobre o ICOM em relação ao tema, o acesso ao segundo link item que remete a “DIVERSA, uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes, com o texto ‘Uso de Libras durante a pandemia.’”

2- <https://conteudo.icomlibras.com.br/conheça-icom///https://diversa.org.br/noticias/uso-de-libras-durante-a-pandemia-chamou-atencao-para-essibilidade/acessibilidade/>

1.10 Um testemunho

Quando professora primária, uma colega, supervisora pedagógica, percebeu que uma aluna da 3.^a série primária era surda. A professora da turma não acreditou. A Supervisora Pedagógica solicitou à turma que formasse uma roda e ficou atrás da menina e a chamou pelo nome. Ela não ouviu e só se virou quando uma colega a avisou.

Como deveria ser para a menina não deixar que soubessem que era surda!

Ela aprendera a leitura labial, escrevia e lia. Como? A mãe foi chamada. A criança fora orientada para fazer todo o possível para não deixar que soubessem que era surda.

Como professora primária do Município/RJ, lecionamos numa turma de Jardim de Infância, em que havia uma criança surda. Vinha uma professora especializada para ensiná-la a falar. Certo dia, olhei para ela e falei “papai”. Ela respondeu: “papai”. É algo emocionante.

Isso ocorreu na década de 60. Como está hoje? Numa outra turma, tínhamos uma criança com Síndrome de Dow. Havia, pois, a tal inclusão social.

Torno a perguntar: como está hoje? Fala-se muito em exclusão e inclusão...

2. Todo surdo é mudo? É correto usar a expressão surdo-mudo?

É preciso deixar claro que a fala não é a única forma de discurso. Na verdade, os surdos usam vários métodos de comunicação que vão além de usar sua própria voz. Linguagem de sinais, leitura labial e vocalizações são alguns maneiras de se comunicar.

A deficiência auditiva ocorre em diferentes graus. Em muitos casos, os surdos conseguem conversar normalmente. Essa capacidade depende de muitos fatores como, por exemplo, se o indivíduo é surdo pré ou pós-lingual e sua formação educacional.

Em casos de perda auditiva menos graves, os aparelhos auditivos ajudam a recuperar a capacidade de ouvir a maioria dos sons, inclusive a sua própria voz e, consequentemente, não afeta a fala.

A audição é um importante componente da fala. Isso porque, quando falamos usamos as informações recebidas pelos nossos ouvidos para configurar o tom e o ritmo.

A audição é um importante componente da fala. Isso porque, quando falamos, usamos as informações recebidas pelos nossos ouvidos para configurar o tom e o ritmo da fala. Os deficientes auditivos podem sofrer com algum impedimento na linguagem oral. Isso depende de certos fatores, como o grau da perda auditiva³ e os estímulos de fala que a pessoa recebe antes e depois do surgimento da surdez.

A perda da audição pode, sim, por vezes, prejudicar a fala. Entretanto, isso não quer dizer que, necessariamente, toda pessoa surda também é muda. Até hoje, muitos ainda utilizam a expressão surdo-mudo. É necessário saber que o termo é tecnicamente incorreto.

Os indivíduos surdos ou com deficiência auditiva não têm, necessariamente, problemas no funcionamento vocal. O que faz as pessoas acreditarem que todo surdo é mudo está no fato de que é necessário conhecer os sons para reproduzi-lo corretamente. Se não ouvem e não foram oralizados

...

A terminologia apropriada para surdos que não desenvolveram a fala seria surdo não verbal. Os surdos que realizam tratamento com fonoaudiólogo para aprender a utilizar as cordas vocais, mesmo sem conhecer os sons, são surdos oralizados ou oralistas.

Apesar da expressão surdo-mudo ser equivocada, há casos em que o surdo também sofre com mudez. Alterações psicológicas e ausência de cordas vocais são algumas delas.

O estudo que citamos acima comprovou que existe uma relação neural entre a audição e a fala. Além disso, existem outras situações em que um surdo também é mudo. A psicose, por exemplo, é um transtorno mental que faz o indivíduo perder o controle de alguns sentidos. Assim, é comum que a pessoa simplesmente pare de falar.

A perda da audição pode, sim, por vezes, prejudicar a fala. Entretanto, isso não quer dizer que, necessariamente, toda pessoa surda também é muda. Até hoje, muitos ainda utilizam a expressão surdo-mudo. É necessário saber que o termo é tecnicamente incorreto.

Os indivíduos surdos ou com deficiência auditiva não têm, necessariamente, problemas no funcionamento vocal. O que faz as pessoas acreditarem que todo surdo é mudo está no fato de que é necessário conhecer os sons para reproduzi-lo corretamente. Se não ouvem e não foram oralizados

...

A terminologia apropriada para surdos que não desenvolveram a fala seria surdo não verbal. Os surdos que realizam tratamento com fonoaudiólogo

3- Classificação pelo Ministério da Saúde: *Cofose*: Surdez completa, ausência total do som.

para aprender a utilizar as cordas vocais, mesmo sem conhecer os sons, são surdos oralizados ou oralistas.

Apesar da expressão surdo-mudo ser equivocada, há casos em que o surdo também sofre com mudez. Alterações psicológicas e ausência de cordas vocais são algumas delas.

Existe uma relação neural entre a audição e a fala. Além disso, existem outras situações em que um surdo também é mudo. A psicose, por exemplo, é um transtorno mental que faz o indivíduo perder o controle de alguns sentidos. Assim, é comum que a pessoa simplesmente pare de falar.

Em caso severo e profundo o implante coclear⁴ funciona transformando sons em estímulos. Outra situação comum de mudez é relacionada com tumores que atingem a laringe. O paciente precisa retirar as cordas vocais. Nesses casos, existem tratamentos para recuperar a fala por meio da voz esofágica, isto é, pelo esôfago.

Pode ser que os pacientes com psicose e tumor na laringe também sofram com a perda auditiva ao mesmo tempo que têm incapacidade de reproduzir a fala. Entretanto, em ambos os exemplos, uma situação não resulta na outra.

A ideia de que todo surdo é mudo deve ser completamente banida de nossas mentes. Mesmo que o surdo não consiga falar de forma oral, ele fala com os gestos.

A surdez não acarreta nenhuma perda no aparelho fonador, e são mínimos os casos de pessoas com problemas auditivos que não emitem qualquer tipo de som. Uma pessoa é muda quando não utiliza o seu aparelho fonador (conjunto de órgãos e estruturas que produzem sons da fala) para conversar ou qualquer manifestação vocal.

Qualquer um, inclusive os surdos, que tenha esse aparelho em perfeito estado pode desenvolver a fala com acompanhamento de especialista.

4- O implante coclear, popularmente conhecido como ouvido biônico, é um dispositivo implantável de alta complexidade tecnológica, que é utilizado para restaurar a função da audição nos pacientes portadores de deficiência auditiva profunda que não se beneficiam do uso de aparelhos auditivos convencionais. É um equipamento eletrônico computadorizado muito sofisticado, que substitui totalmente o ouvido de pessoas que tem deficiência auditiva severa para profunda ou profunda. O implante estimula diretamente o nervo auditivo através de pequenos eletrodos que são colocados dentro da cóclea e o nervo leva estes sinais para o cérebro.

3. O acesso à escrita

O acesso ao mundo da escrita implica a possibilidade de acesso ao saber. E o acesso ao saber é direito de todos. Saber, nunca é demais repetir, é poder. Cabe torná-lo acessível a todos que o desejem, sem o que estaremos excluindo uns em detrimento de outros.

O ser humano surdo pode exercitar sua capacidade (e exercer seu direito, é bom sempre frisar) de aquisição da linguagem verbal em seu código oral e escrito. Este, que, nunca se pode esquecer, permeia e permeará todo o seu ser e estar no mundo.

4. Literatura Surda

“[...] chama-se Literatura Surda todo texto literário produzido em sinais, feitos por surdos e direcionados aos surdos, em vista de preservar e fazer crescer a comunidade surda e seus traços culturais.” Lodenir Karnopp

Quanto à análise, por especialistas, em Literatura Surda de livros impressos cuja temática é a surdez, a língua de sinais e/ou surdos, Com base em pesquisa no Google, os livros publicados a partir de 2000 que foram analisados são os seguintes: “Tibi e Joca” (BISOL, 2001); “A cigarra e as formigas” (OLIVEIRA; BOLDO, 2003); Kit Libras é Legal” (2003); “O Som do Silêncio” (COTES, 2004); “Cinderela Surda” (HESSEL; ROSA; KARNOPP, 2003); “Rapunzel Surda” (SILVEIRA; ROSA; KARNOPP, 2003); “Adão e Eva” (ROSA; KARNOPP, 2005); “Patinho Surdo” (ROSA; KARNOPP, 2005).

Esse fato nos surge como uma introdução para o item a seguir.

5. A língua escrita dos cegos - o Sistema Braille⁵

Louis Braille nasceu em Couvray na França em 1809, aos três anos ficou cego e faleceu em 1852 de tuberculose. Em 1837, ele criou e apresentou a primeira versão do sistema de leitura e escrita com pontos em relevo para a utilização da pessoa com deficiência visual. Para desenvolver este sistema. Louis Braille baseou-se no Sistema de Barbier, utilizado para comunicação

5-<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/cursos-online-e-gratuitos-para-aprender-braille>.

noturna entre os soldados do exército francês. Ele aperfeiçoou a ferramenta de leitura tátil, que antes era feito por letras costuradas em papel.

No Brasil, o Sistema Braille foi trazido pelo escritor José Álvares de Azevedo em 1854, que aprendeu a técnica, ainda criança, em Paris, numa escola na qual o Braille estava sendo adaptado, e se dedicou a disseminá-lo com apoio do Imperial Instituto de Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro.

Ele foi o primeiro professor cego brasileiro e é considerado o “Patrono da educação de cegos no Brasil”. A data de seu nascimento é 8 de abril, data que foi oficializada como “O Dia Nacional do Braille”, em sua homenagem.

A Lei n.º 12.266, de 21 de Junho de 2010, institui o “Dia Nacional do Sistema Braille” pela Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos.

É importante lembrar que, tal como se deve pleitear o ensino da Língua de Sinais para os surdos, bem como seu acesso à linguagem verbal oral e escrita, deve-se fazê-lo em relação ao Sistema Braille, para a escrita e leitura, dos cegos e os de baixa visão.

Essa técnica não possui somente letras e números. O sistema conta também com símbolos e pontuações que ajudam no entendimento das mensagens para quem não consegue enxergar. No total são 64 caracteres.

O Sistema Braille consta do arranjo de seis pontos em relevo, dispostos na vertical em duas colunas de três pontos cada, no que se convencionou chamar de “cela braille”.

A diferente disposição desses seis pontos permite a formação de 63 combinações ou símbolos para escrever textos em geral, anotações científicas, partituras musicais, além de escrita estenográfica.

O sistema Braille possibilita que pessoas cegas ou com baixa visão possam desenvolver a leitura e a escrita e, dessa forma, garantir a inclusão dessas pessoas à sociedade e exercer sua cidadania.

Para escrever, prende-se o papel na reglete e escreve-se (pressiona) com a punção da direita para esquerda. Desta forma, formam os pontos em relevo do lado avesso da folha, com isso, a leitura, realizada naturalmente do lado avesso do papel, sucede-se da esquerda para direita. Logo, as letras da leitura são escritas com pontos inversos, como a imagem no espelho. Conheça o reglete e a punção, tipos e preços, pesquisando no Google.

O Sistema Braille já está presente nos botões de acesso a andares em elevadores e em caixas de remédio, por exemplo. Atualmente, estamos presenciando evoluções que favorecem tanto à comunidade de surdos como a de cegos e os de baixa visão.

5.1 Cursos Braille gratuitos

Uma das dificuldades dos cegos é que os demais à sua volta não conhecem o Sistema Braille de leitura para cegos. O Braille Virtual 1.0 é a versão para download de um curso on-line gratuito destinado à difusão e ensino do sistema Braille. O Google apresenta vários cursos gratuitos de Braille Online destinados à difusão e ensino do sistema Braille a pessoas que enxergam.

São orientados especialmente para crianças, pais, professores e funcionários de escolas inclusivas e também para todas as pessoas interessadas em conhecer mais sobre a escrita Braille. Os cursos online gratuitos de Braille são a oportunidade ideal para aprender o alfabeto tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão.

Somente no Brasil, são mais de 6,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.2 Curso de Braille com o software Braille Virtual – grátis

A Universidade de São Paulo (USP) criou sistema que ensina o alfabeto Braille pela internet: o Braille Virtual, um curso on-line baseado em animações gráficas destinado à difusão e ensino do sistema Braille a pessoas que enxergam. O programa é gratuito e pode ser salvo em pen drives, CD ou na máquina do usuário. O curso é dividido em módulos que podem ser baixados diretamente do sítio: <http://www.braillevirtual.fe.usp.br/>

Os símbolos são divididos em grupos de 10, o usuário poderá perceber primeiramente quais pontos formam cada letra Braille. Num segundo momento há a repetição de cada letra, no intuito de facilitar a memorização. Terminada a animação, o usuário pode clicar em cada célula Braille disposta para repetir o aprendizado. A partir do segundo grupo de letras, ao se acrescentar ou retirar apenas um ponto do grupo anterior, forma-se um novo grupo de letras, acelerando o processo.

O Braille Virtual 1.0 é a versão para download de um curso on-line gratuito destinado à difusão e ensino do sistema Braille a pessoas que vêem. É orientado especialmente a crianças, pais, professores e funcionários de escolas inclusivas.

Versão para download do site www.braillevirtual.fe.usp.br.

5.3 Cegueira e baixa visão⁶

Deficiência visual não é necessariamente completa ausência de visão. A deficiência visual não se apresenta de uma única maneira. Para facilitar a compreensão, costuma-se dividir a deficiência visual em cegueira e baixa visão. Há situações em que há completa ausência de visão e há aquelas em que existe resíduo visual útil à realização de várias atividades, mas que não as exigem capacidade visual plena.

A cegueira vai desde a total ausência de resíduo visual à percepção de vultos e luminosidade. Há pessoas cegas que não conseguem realmente captar nenhum estímulo

visual, mas há outras que apresentam alguma percepção: são capazes de dizer, por exemplo, se a luz está acesa ou apagada, ou visualizar vultos, mesmo sem discernir o que são esses vultos.

A baixa visão é uma condição intermediária entre a cegueira e a possibilidade de enxergar completamente. Ela se apresenta de várias maneiras. Tudo vai depender da natureza do seu comprometimento, de como ele se manifesta e do modo como a pessoa costuma utilizar seu resíduo visual.

Baixa visão, ou visão subnormal, é uma perda de visão que não pode ser corrigida por óculos convencionais, lentes de contato, medicação ou cirurgia.

Também pode ser descrita como qualquer grau de enfraquecimento visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual. Suas causas podem ser congênitas ou adquiridas: por doenças adquiridas.

5.4 O sistema DOSVOX⁷

Ele é compatível com a maior parte dos sintetizadores de voz

6- Na medicina, uma pessoa é considerada cega se corresponde a um dos critérios seguintes: a visão corrigida do melhor dos seus olhos é de 20/200 ou menos, isto é, se ela pode ver a 20 pés (6 metros) o que uma pessoa de visão normal pode ver a 200 pés (60 metros), ou se o diâmetro mais largo do seu campo visual subentende um arco não maior de 20 graus, ainda que sua acuidade visual nesse estreito campo possa ser superior a 20/200. Esse campo visual restrito é muitas vezes chamado “visão em túnel” ou “em ponta de alfinete”. Nesse contexto, caracteriza-se como indivíduo com visão sub-normal aquele que possui acuidade visual de 6/60 e 18/60 (escala métrica) e/ou um campo visual entre 20 e 50°.

7- O DOSVOX é um sistema destinado a auxiliar o deficiente visual a fazer uso de microcomputadores da linha PC, através do uso de sintetizador de voz. Este sistema foi desenvolvido no Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a supervisão do analista José Antônio dos Santos Borges, da Divisão de Assistência ao Usuário, para atender às necessidades dos deficientes visuais desta Universidade. ufirj.br - <http://intervox.nce.ufirj.br> > dosvox > ferramenta.

existentes, pois usa a interface padronizada SAPI do Windows. Isso garante que o usuário possa adquirir no mercado os sistemas de síntese de fala mais modernos e mais próximos à voz humana.

O que diferencia o Dosvox de outros sistemas voltados para uso por deficientes visuais é que, nele, a comunicação homem-máquina é muito mais simples e leva em conta as especificidades e limitações dessas pessoas. Ao invés de simplesmente ler o que está escrito na tela, o Dosvox estabelece um diálogo amigável, através de programas específicos.

O Dosvox também convive bem com outros programas de acesso para deficientes visuais (como Virtual Vision, Jaws, Window Bridge, Window-Eyes⁸, ampliadores de tela, etc.) que porventura estejam instalados na máquina do usuário.

Todos esses quatro programas chamados leitores de tela que está ligado com o Sistema Operacional do computador, transforma informação apresentada em forma de texto e a transforma em uma resposta falada utilizando um sintetizador de voz.

O leitor de telas busca informações verificando programas que podem ser lidos para o usuário, possibilitando sua navegação por menus, janelas e textos presentes em qualquer aplicativo. Isso pode ser feito através de um teclado comum. Não é necessário o uso do mouse.

O áudio é transmitido através da placa de som existente no computador. Não é preciso fazer nenhuma adaptação especial, para que o programa funcione. O usuário pode ouvir tudo o que está sendo apresentado. Navega, assim, pelo sistema e utiliza os comandos do programa. É algo que beneficia e facilita muito o deficiente visual, auxiliando-o na sua aprendizagem e desenvolvimento.

5.5 O sistema Dosvox é composto por:

- Sistema operacional que contém os elementos de interface com o usuário;
- Sistema de síntese de fala;
- Editor, leitor e impressor/formatador de textos;
- Impressor/formatador para Braille;
- Diversos programas de uso geral para o cego, como:
 - Jogos de caráter didático e lúdico;
 - Ampliador de telas para pessoas com visão reduzida;
 - Programas para ajuda à educação de crianças com deficiência visual;
 - Programas sonoros para acesso à Internet, como Correio Eletrônico,

8- O Dosvox, o Virtual Vision, o Jaws e o NVDA|Trabalhosfeitos/// <https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Dosvox-o-Virtual-Vision-o/45122629.html/////>

Acesso a Homepages, Telnet e FTP;
 - Leitor simplificado de telas para Windows.

O Dosvox é um sistema gratuito e está disponibilizado na Internet e vem sendo aperfeiçoado a cada nova versão. Hoje, ele possui mais de 80 programas, e este número é crescente. A versão mais recente é Dosvox 6.1.

Para conhecer todos os programas do Dosvox 6, acesse:

Todos os Programas - Dosvox 6.1 - NCE/UFRJ

<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/upgrade/programas>

No link <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>, encontram-se todas as informações sobre o Dosvox: histórico, construtores do projeto, Centro de Atendimento Educacional ao Cego, Entidades parceiras do projeto Dosvox, Rádio Dosvox, etc.

5.6 Livro digital⁹

Livro digital (livro eletrônico ou o anglicismo e-book) é qualquer conteúdo de informação, semelhante a um livro, em formato digital, que pode ser lido em equipamentos eletrônicos: computadores, PDAs, Leitor de livros digitais ou até mesmo celulares que suportem esse recurso, existindo ou não sua versão em papel. Os formatos mais comuns de e-books são o PDF, HTML e o ePUB.

Atualmente, existem outros formatos de livros digitais, tais como book app e e-picturebook, que são incorporados pela literatura infantil em sua reconfiguração para o digital, ou LID (Literatura Infantil Digital).

O primeiro formato necessita do conhecido leitor de arquivos Acrobat Reader ou outro programa compatível, enquanto que o segundo precisa de um navegador de Internet para ser aberto. O Epub é um formato de arquivo digital padrão específico para e-books.

5.7 DIGITAVOX---curso de digitação para deficientes visuais¹⁰

O DIGITAVOX foi desenvolvido por Neno Henrique da Cunha

9- Livro digital (livro eletrônico/eletrônico ou o anglicismo e-book) é qualquer conteúdo de informação, semelhante a um livro, em formato digital, que pode ser lido em equipamentos eletrônicos -computadores, PDAs, Leitor de livros digitais ou até mesmo celulares que suportem esse recurso.

10- Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática, Instituto de Matemática, Núcleo de Computação Eletrônica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Informática. Albernaz, Neno Henrique da Cunha. Digitavox: curso de digitação para deficientes visuais. 2011. 89f. Tese (Mestrado em Informática) - Instituto de Matemática, Núcleo de Computação Eletrônica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

Albernaz apresentado em sua dissertação de Mestrado em Informática pela UFRJ - Instituto de Matemática, Núcleo de Computação Eletrônica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, 89f.

Primeiramente, ele realizou uma pesquisa para investigar a existência de softwares no mercado, na qual foram observadas soluções de acessibilidade com o suporte desejado. Em seguida, realizou uma pesquisa com o público alvo apresentando a concepção do programa a fim de validar sua ideia.

Posteriormente, desenvolveu o software propriamente dito e o chamou de DIGITAVOX. Por fim, realizou um curso piloto para avaliar sua proposta: uma aplicação do DIGITAVOX com alunos deficientes visuais do Instituto Benjamim Constant que o utilizaram para iniciar o aprendizado no teclado do computador através de metodologia proposta por seu programa. Em, seu trabalho acadêmico, documentou todo o processo: sua proposta, tecnologia para deficientes visuais, usabilidade, resultados obtidos e trabalhos futuros.

Sua metodologia de aprendizagem da digitação possibilita o aperfeiçoamento das habilidades respeitando limitações do deficiente visual. O software é baseado num feedback sonoro contínuo com síntese de voz, que permite grande segurança na sua operação sem a necessidade de visualizar a tela. A versão mais popular deste produto entre nossos usuários é a 0.3. O nome do arquivo executável do programa é Digitavox.exe.

“Podemos considerar o Digitavox como a abertura para uma nova realidade na inclusão e profissionalização de deficientes visuais na utilização da tecnologia da informação, ultrapassando a primeira barreira que é o acesso com proficiência ao teclado do computador.” ALBERNAZ, Neno Henrique da Cunha.

5.8 Cursos oferecidos pelo autor

Neno Henrique Albernaz oferece o Curso de digitação com acessibilidade para deficientes visuais. Pesquisar no Google: Vídeos (com voz, pelo YouTube).

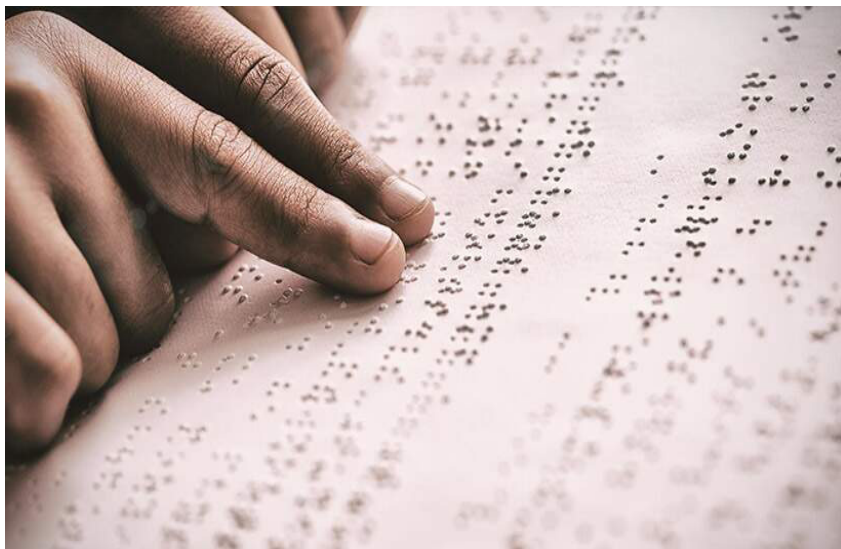
1. Curso de digitação para pessoas com deficiência visual
YouTube · Projeto João 9 - 4 de abr. de 2020
2. Curso de digitação para pessoas com deficiência visual.
Youtube · Projeto João 9 - 4 de abr. de 2020

Instalação do programa: <https://www.youtube.com/watch?v=8We8yIwUuyg>

5.9 A Importância do tacto para as pessoas com deficiência visual -um contributo para a pesquisa sobre a leitura do braille e a percepção táctil-Tim Cranmer¹¹.

“É surpreendente como sabemos tão pouco acerca da maneira como as pessoas cegas escrevem e lêem braille. É ainda mais surpreendente, uma vez que se entende que a escrita é importante para os cegos, como o é para todas as pessoas normovisuais. Esta tem a mesma função para mim, como tem para vós na audiência com as vossas canetas e lápis à mão. Há algumas coisas acerca da escrita, que delíam o espírito humano. Existe algo místico, miraculoso e não completamente percebido, que acontece quando dedos treinados e com prática, de um leitor cego, lêem esses sinais simétricos, que formam as células braille, que transmitem palavras, pensamentos, ideias e emoções para a sua mente, de um amigo ou de pessoas há muito desaparecidas. O braille parece mágico, para aqueles que esqueceram que as crianças instintivamente tentam tocar as coisas que vêem, para melhor conhecerem aquilo que as rodeia. O braille é algo místico, para aqueles que esqueceram que as crianças tentam segurar um brinquedo nas suas mãos e não se contentam em olhar para ele. Todos nós devemos ser lembrados de tempos a tempos que o tacto e a vista são pares na hierarquia dos sentidos.”[...]

11- Tim Cranmer foi presidente do Centro Internacional para a Pesquisa do Braille e director da National Federation of the Blind. Texto traduzido por João Eduardo dos Santos Fernandes Ltda. Fonte: LERPARAVER.



<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/cursos-online-e-gratuitos-para-aprender-braille>

6. Visando à inclusão de todo e qualquer deficiente

Curso no SENAI visando à inclusão de deficientes

Roda de Conversa: “Construindo uma cultura inclusiva nas organizações”

Programa SENAI de Ações Inclusivas – PSAI

Objetivo do Programa: Promover condições de equidade que respeitem a diversidade inerente ao ser humano (gênero, raça/etnia, maturidade e deficiência) visando à inclusão e a formação profissional dessas pessoas nos cursos do SENAI, com base nos princípios do Decreto Executivo 6949/2009 (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência). O SENAI está preparado para receber pessoas com deficiência em suas escolas e faculdades em todos os estados e o DF, por meio do Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI).

Em seus cursos, o aluno com deficiência encontra um ambiente inclusivo, com instalações acessíveis e material didático adequado. Os docentes são altamente capacitados para diversos tipos de situação de aprendizagem. O SENAI promove acessibilidade em todo o processo educacional: grade curricular, processos de avaliação e certificação a ser recebida. Nossos cursos possuem diretrizes de adequações elaboradas e material didático adequado

para pessoas com deficiências visual, auditiva, intelectual, física e outras.

No SENAI, quando uma pessoa com deficiência deseja fazer um curso que ainda não tem plano de adequação, equipes técnicas e pedagógicas são mobilizadas para atender às necessidades daquele aluno. O SENAI também trabalha para sensibilizar indústrias parceiras de que a contratação de pessoas com deficiência beneficia a todos.

(enap.gov.br/https://inclusao.enap.gov.br/uploads/2018/01/PDF)

6. MOTRIX e MICROFÊNIX

O MOTRIX e o MICROFÊNIX são para deficientes físicos. Através destes sistemas, deficientes motores graves podem realizar todas as operações de um computador sem utilizar as mãos. O MOTRIX permite que o computador seja controlado através da fala e o MICROFÊNIX através de murmúrios, sopros ou do movimento dos olhos. (!)

O Motrix é um software que permite que pessoas com deficiências motoras graves, em especial tetraplegia e distrofia muscular, possam ter acesso a microcomputadores, permitindo assim, em especial com a intermediação da Internet, um acesso amplo à escrita, leitura e comunicação. O acionamento do sistema é feito através de comandos que são falados num microfone.

O uso do Motrix torna viável a execução pelo tetraplégico de quase todas as operações que são realizadas por pessoas não portadoras de deficiência, mesmo as que possuem acionamento físico complexo, tais como jogos, através de um mecanismo inteligente, em que o computador realiza a parte motora mais difícil destas tarefas. O sistema pode ser acoplado a dispositivos externos de home automation para facilitar em especial a interação do tetraplégico com o ambiente de sua própria casa.

BIBLIOGRAFIA:

- AFINGER, I.; QUADROS, R. M. de. Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2008.
- ALBERNAZ, Neno Henrique da Cunha. Digitavox: curso de digitação para deficientes visuais. 2011. 89f. Tese (Mestrado em Informática) - Instituto de Matemática, Núcleo de Computação Eletrônica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- AMIRALIAN, M. T. M. Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.
- ARFUCH, L. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2010.
- BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- BUENO, José Geraldo. Surdez, linguagem e cultura. In: Cadernos CEDES, São Paulo, n.46, 1998. p. 41–56.
- BORGES, Jorge Luis. La ceguera. In Siete noches (pp. 52-58). Madrid, Alianza Editorial, 2009.
- BRASIL. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, DF: Edições Câmara, 2015.
- DOERR, A. Toda luz que não podemos ver. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2015.
- DOMINGUES, C.A. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira, Brasília, DF, MEC, SEESP, 2010.
- DOWKER, A. A representação da deficiência em livros infantis: séculos XIX e XX. Educação & Realidade, 38(4), pp.1053-1068, 2013.
- GESUELI, Zilda Maria. Leitura e escrita - no contexto da diversidade. 2011.
- GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo, Plexus Editora, 1997.
- HALL, S. Introducción ¿Quien necesita “identidad”? In Hall, S., Du Gay, P. Cuestiones de identidad cultural Buenos Aires, Ed. Amorrortu 2003.
- HALL, S. Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Lima, Instituto de Estudios Peruanos. 2010.

- HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro, Ed. PUC/RJ; Apicuri. 2016.
- KIRCHOF, E. R., Bonin, I., & Silveira, R. M. H. Os deficientes na literatura infantil: tendências e representações. *Aprender*, (33), 2013, pp.113-122.
- LDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus Editora, 1997.
- LILO-MARTIN, D. Estudos de aquisição de línguas de sinais: passado, presente e futuro. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. Petrópolis, RJ: Ed. Arara Azul, 2008, pp. 199-218.
- LOBO, L. F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.
- LODI, Ana Claudia B. e LACERDA, Cristina B. F. (Orgs.). *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto Alegre, Ed. Mediação, 2009.
- MERUANE, L. *Sangue no olho* São Paulo, Cosac Naify. 2015
- MIANES, F. L. Marcas de identificação em narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- OPOLZ, Suellym Fernanda. *Viver o ler: um inventário das práticas de letramento nos anos iniciais do ensino fundamental na educação bilíngue para surdos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, UFPR. Curitiba, 198 págs. 2020.
- QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre, Artmed, 1997.
- QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília, MEC, SEESP, 2006.
- QUADROS, Ronice. *Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos*. São Paulo: Estilos da Clínica, 2000, vol 7. pp. 72- 95.
- REIS, V.P.F. A linguagem e seus efeitos no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança surda. *Espaço Informativo Técnico Científico do INES*, Rio de Janeiro, v. 6, 1997, pp. 23-38.
- REVISTA BRASILEIRA DE OTORRINOLARINGOLOGIA. *Genética molecular da deficiência auditiva não-sindrômica*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid

=S0034-72992005000200016>. Acesso em: 6/12/2022.

SÁ, Nídia Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

____ Surdos: Qual escola?, Edição Português, 6 de maio de 2019.

____ Existe uma cultura surda? In: Cultura, poder e educação de surdos, São Paulo, Paulinas, 2006. 388 p.

____ Educação de surdos: a caminho do bilinguismo. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999, 277págs.

SILVA, T. T. Currículo e identidade social: territórios contestados. In Silva, T. T. (Org). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, Ed.Vozes, 1995.

SILVEIRA, R. M. H, & Kirchof, E. R. Literatura infantil e educação: ensinando através de personagens diferentes. Em Aberto, 29(95), 2016, pp. 41-52.

SKLIAR, Carlos. Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no Projeto de Educação Bilíngue para os Surdos. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 6, 1997, pp. 49-57.

____ Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998b. pp. 7-32.

SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. 1ª ed. (2010), 1ª reimpr./ Curitiba, Ed.Juará, 2011.

TURETTA, Beatriz dos Reis; GOES, Maria Cecília Rafael de. (Org.). Uma escola duas línguas. Porto Alegre: Mediação. 2009.

VALLE, J. W., & Connor, D. J. Ressignificando a deficiência: da abordagem social à prática inclusiva na escola. Porto Alegre, AMGH, 2014.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. 1983. Educ. Pesq. vol. 37 n.º4. São Paulo, 2011.

WIEVIORKA, M. A diferença. Lisboa: Fenda Edições, 2002.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phillis Perrin. Aprender a Ver. Petrópolis: Editora Arara Azul. Tradução: Tarcício de Arantes Leite. 2005. pp. 44-72.

<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro2.pdf>

OBS.: CRISTIANO, Almir. Os 8 tipos de surdez. Publicado: 30/09/18 |

Atualizado: 19/03/20 Acessos: 62803. Acessado pela autora desse texto para indicação aos leitores que queiram conhecer mais sobre surdez em 06/12/2022.

© Direitos reservados. Para a reprodução de trechos de texto e/ou imagens é necessário citar o nome do autor, a página <https://www.libras.com.br/os-8-tipos-de-surdez> e a data de acesso.

A LÍNGUA NO EXÍLIO

Sandra Lorena Flórez Guzmán¹(Unifesp)

E-mail: florez.sandra21@unifesp.br

Pour moi, écrire un texte littéraire dans une autre langue que ma langue maternelle relevait du sortilège, car il me semblait impossible de créer de l'émotion dans une langue dans laquelle on n'a pas crié et pleuré, eu de souffrances ou de joies. À moins que l'on parvienne à créer son propre langage, sa propre musique à l'intérieur d'une langue. (Audrerie 2008)²

Resumo

Quem tem que deslocar-se fora de seu país de origem, ainda de maneira forçosa como acontece no caso dos refugiados, passa por diversos processos adaptativos e um dos mais importantes consiste no aprendizado da língua do país de acolhida para romper o silenciamento imposto pelo exílio e alcançar umas competências comunicacionais básicas para se desenvolver e interagir socialmente quando o idioma difere da língua materna.

Por outra parte, muitos escritores e pessoas que tem na palavra seu epicentro de ação têm sofrido os malefícios da tradução alheia as sutilezas da linguagem e ao desconhecimento do substrato cultural de origem. O presente artigo convida a refletir respeito às implicações de quem perde sua língua materna e tem que reaprender uma nova para desenvolver-se em uma nova sociedade e traz à tona alguns das considerações mais relevantes na filologia no que concerne à tradução e sua distância da interpretação. Ao final, também se acolhe e abraça desde a língua em respeito pela diversidade e a interculturalidade.

Palavras-chave: exílio, língua, tradução, interpretação, refugiados, interculturalidade.

1- Médica, jornalista. Especialista em Gerência em serviços de saúde, gestão Pública e atenção básica. Mestre © em governo; mestre em psiquiatria e psicologia médica.

2- Para mim, escrever um texto literário em uma língua que não fosse minha língua materna é uma questão de feitiço porque me parecia impossível criar emoção em uma língua na que não havia choro, nem dor, nem alegria. A menos que pudéssemos criar nossa própria linguagem, nossa própria música de uma língua. Audrerie, 2008. (Tradução da autora)

Resumen

Quien se ve obligado a desplazarse, aún más de manera forzosa como ocurre en el caso de los refugiados, pasa por diversos procesos adaptativos y uno de los más importantes consiste en el aprendizaje de la lengua del país de acogida para romper el silenciamiento impuesto por el exilio y adquirir unas competencias comunicacionales básicas para desenvolverse e interactuar socialmente cuando el idioma difiere de la lengua materna.

Por otra parte, muchos escritores y personas que tienen la palabra como su núcleo de acción han sufrido los efectos indeseables de la traducción ajena a las sutilezas del lenguaje y al desconocimiento del substrato cultural de origen.

El presente artículo invita a reflexionar respecto a las implicaciones de quien debe incorporar una nueva lengua en otro suelo y trae a consideración algunos de los planteamientos más relevantes en filología en lo que compete a la traducción y su distancia respecto a la interpretación.

Al final, también se acoge y abraza desde la lengua en respeto por la diversidad y la interculturalidad.

Palavras-clave: exilio, lengua, traducción, interpretación, refugiados, interculturalidad.

Abstract

Those who are forced to move, even more forcibly as in the case of refugees, go through various adaptative process and one of the most important consists of learning the language of the host country to break the silencing imposed by the exile and acquire basic communication skills to function and interact socially when the language differs from the mother tongue.

On the other hand, many writers and people who have the word as their core of action, have suffered the undesirable effects of translations alien to the subtleties of language and ignorance of the cultural substrate of origin.

This article invites us to reflect on the implications of who must incorporate a new language in another soil and brings into consideration some of the most relevant approaches in philology regarding translation and its distance from interpretation.

Keywords: Exile, language, translation, interpretation, refugees, interculturality.

A língua como pátria

Segundo Lacan, a linguagem permite ao indivíduo posicionar-se no mundo e diferenciar um eu-tu das etapas mais precoces do desenvolvimento.

Graças à linguagem se materializa a realidade do que um é. Assim, a linguagem toma do “real” o que pode ser simbolizado para que possa existir; em termos psicanalíticos, a linguagem é estrutura e meio que se habita; canal através do qual se expressa a subjetividade. A simbolização da realidade como significante se materializa em grande medida na fala que para Saussure é a manifestação do sujeito. (MARÍN-DÒMINE, 2015).

Muitos escritores e intelectuais no exílio acolheram a produção literária como uma espécie de pseudônimo que lhes permitia amenizar a perseguição política de seus países; outros obedeciam simplesmente a políticas de mercado; no entanto, uma grande maioria coincidia em afirmar que quando a criação se produzia na língua adotada, parecia responder mais a um exercício racional que emotivo; de alguma maneira o gesto de escrever perdia sua naturalidade; para outros como Joseph Conrad, Milán Kundera, Paul Celán, entre outros, a língua carrega a significação da pátria que faz com que o exílio geográfico seja tolerável; nesse sentido se pronunciavam o escritor Juan Gelman e Fernando Pessoa sob o heterônimo de Bernardo Soares quem afirmava que sua pátria era a língua portuguesa; em contraste com esta percepção, escritores como Litell um cidadão do mundo por suas origens e itinerância, considerava que escrever em línguas diversas à materna fazia com que a língua se enriquecesse, pois sempre haveria uma “contaminação natural” entre elas (MUÑOZ CARROBLES, 2011). No entanto, vale a pena perguntar-se: Quais são os efeitos da perda da língua materna durante o exílio em cidadãos do comum que não se dedicam ao ofício das letras como proposta estética? O primeiro que deve precisar-se é que ainda no exílio se uma pessoa estivesse sozinha e exposta apenas a uma nova língua, conservaria a maior parte de sua atividade intelectual interna (pensamentos, “voz interior”) na língua original, a qual apenas perderia sua eficiência comunicacional, induzindo a necessidade de assimilar a língua da sociedade de acolhida para comunicar-se com outros e aproximar-se à cultura de acolhida; essa situação tem a dupla significação entre o terror do vazio enquanto se assimila a nova língua e o ganho posterior de poder bascular entre uma cultura e outra.

Sigmund Freud durante seu exílio na Inglaterra experimentou a perda da língua; após um fugaz período de euforia resultante da sensação de estar a salvo junto com sua família do cerco nazista, escreveu a seu colega Saussure uma carta na qual manifestou: (WEISSMANN, 2017)

É - inevitável dizer - a perda da língua na qual vivíamos e pensávamos, aquela que nunca conseguiremos substituir por outra, apesar de todos os esforços de empatia. É com dolorosa compreensão que observo como formas

de expressão, não obstante familiares, me falham em inglês e até com isso tenta resistir a abrir mão da escrita gótica familiar” (FREUD, 2000, p. 19).³

Da mesma maneira que mesmo com o retorno físico nunca se voltará ao mesmo lugar que se deixou, independentemente da decisão consciente, quem se exilia em um país que não fala a mesma língua, terá um grau de “contaminação” da sua própria língua que segundo estudos linguísticos parece ser mais profundo nas idades mais precoces, a maior tempo de moradia no país e a maior afinidade nos valores sociais e culturais; assim, a maneira de falar sua própria língua nunca será a mesma: Serão acrescentados termos emprestados; novos significados e novas maneiras de ver o mundo. (GAMBOA, 2003)

Finalmente, sempre existirá um luto pela língua maternal, mas o importante é perceber que é possível ganhar uma “língua na qual se possa viver e pensar” nos termos de Freud; e que enquanto isso acontece, a sociedade de acolhida deve oferecer as ferramentas para a aquisição da sua língua e a interpretação do que o exilado pretende significar nessa nova quotidianidade a fim de minimizar a sensação de estranhamento e de perda da capacidade de se comunicar e interagir com o mundo.

Tradução Vs. Interpretação

A tradução não se vê como a obra literária, mergulhada, por assim dizer, dentro da floresta da língua, mas fora desta, frente a esta, e sem penetrá-la, ela chama o original neste único lugar onde, a cada vez, o eco de sua própria língua pode reproduzir a ressonância de uma obra da língua estrangeira.

W. Benjamin

A tradução é a expressão do desejo de chegar à verdade absoluta de um discurso emitido em uma língua distinta cuja qualidade estriba no fato da fidelidade; na tentativa de ser o mais semelhante possível à sua versão original. No entanto, autores como Ortega y Gasset têm considerado que a tradução é já um ato faltoso, pois na medida que se centra na recuperação do sentido, trai a essência mesma da comunicação por quanto a linguagem abrange não apenas a dimensão do que se pretende dizer, mas também do que se pretende calar.

Para Apter, a tradução literária é ambiciosa ao pretender alcançar uma “Literatura mundial” sem levar em consideração “o intraduzível” e que não é outra coisa que impor uma língua dominante que homogeneíze conteúdos

3- A carta data de dezembro de 1938 e na última expressão faz referência a que quando escreve em alemão o faz em escritura gótica enquanto escreve em inglês percorre à escritura latina.

desconhecendo as particularidades de cada cultura. (AZUAJE-ALAMO, 2019)

Benjamin consegue pôr na tela de discussão e interesse a tarefa do tradutor intérprete de quem é diferente por proceder de outra cultura (BENJAMIN, 2008); ao longo da sua obra, exalta a tradução como o espaço fecundo de fruição, de complementação das línguas e dos discursos que não é mais que a máxima expressão de comunicação intercultural almejada por Goethe: “a tradução tende a expressar o mais íntimo relacionamento das línguas entre si” (BENJAMIN, 2008, P.69). Em uma crítica à tradução como imitação, Walter Benjamin ratifica sua crítica nos seguintes termos:

...para compreender a autêntica relação entre original e tradução deve-se realizar uma reflexão, cujo propósito é absolutamente análogo ao dos argumentos por meio dos quais a crítica epistemológica precisa comprovar a impossibilidade de uma teoria da imitação. Se em tal caso demonstra-se não ser possível haver objetividade (nem mesmo a pretensão a ela) no processo do conhecimento, caso ele consista apenas de imitações do real, em nosso caso, pode-se comprovar não ser possível existir uma tradução, caso ela, em sua essência última, ambicione alcançar alguma semelhança com o original. Pois na continuação de sua vida (que não mereceria tal nome, se não se constituísse em transformação e renovação de tudo aquilo que vive), o original se modifica (BENJAMIN, 2008, p.70).

Coincidindo com Benjamin, os riscos da rigidez hermenêutica na tradução têm sido apontados da leitura como prática homogeneizante e ato de anexação (MESCHONNIC, 1999).

A equivalência buscada (na tradução) não se coloca mais de língua a língua, ao tentar fazer esquecer as diferenças linguísticas, culturais, históricas. Ela se coloca de texto a texto, e trabalha, ao contrário, no sentido de mostrar a alteridade linguística, cultural, histórica, como uma especificidade e uma historicidade. (MESCHONNIC 1999: 16)

Outras leituras apontam as limitações do exercício da tradução imitativa como um ato de domesticação como prática etnocentrista de dominação cultural (VENUTI, 2020), quando a aposta deveria ser pela poeticidade e a eticidade em qualquer prática que pretenda abordar um conteúdo originalmente produzido em outra língua que deve ser o caminho das singularidades e da acolhida do estrangeiro do respeito pelas particularidades históricas e culturais plasmadas na sua língua materna em contravia do ato simplista de traduzir palavra por palavra (BERMAN, 2007)⁴; no mesmo sentido Haroldo de Campos com sua concepção antropófaga de transcrição defendeu novas perspectivas do traduzir de uma abordagem poética e histórica; isto é, política (DICK, 2010). Também Lucia Helena citada por Ferreira e Couto homologa a prática convencional da tradução a um discurso antropofágico que “apreende o mundo como uma posição interpretativa, sempre focalizando não mais uma única verdade, mas uma multiplicidade de contradições, um jogo de máscaras que se afirmam e se desmentem”⁵ (FERREIRA & COUTO, 2018)

Nessa mesma corrente, Edward Said⁶ susteve que a globalização gerou na gênese de conhecimento dos centros de pensamento, o imperativo de desenvolver uma proposta de crítica literária que articule literatura mundial e tradução do prisma do exílio, pois a tendência sempre foi sobrevalorizar uma única cultura, a europeia, invalidando outras maneiras de se comunicar, ao tempo que alertou respeito ao fato de que toda supervalorização nacionalista se aproxima perigosamente da xenofobia.

Da visão em comum dos autores supracitados, a tradução consuetudinariamente representa um perverso exercício de universalização que apaga os sentidos e a riqueza das narrativas produzidas em diversas línguas/culturas; assim pois, uma “boa tradução” será aquela que não gera estranhamento, toda vez que de uma visão de dominação etnocentrista a mensagem do outro é ajustada sem permitir qualquer esforço por interagir com ela no seu estado natural; este ritual universalmente repetido e aceito lhe imprime ao ato de traduzir um caráter universal e “civilizador” que uniformiza, simplifica e mutila a riqueza da diversidade e da alteridade de outras culturas.

4- Disponível na versão eletrônica em http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/romulo/bermanantoinetraducaoaletraoualberguedolonginquo.pdf. Acesso dezembro de 2021

5- Disponível em <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/475/577>. Acesso março de 2022

6- Crítico literário e ativista Palestino-Estado-Unidense falecido em 2003

Considerações finais

Da perspectiva da responsabilidade histórica, as reflexões filológicas anteriores levam-nos a pensar no fenômeno do silenciamento imposto pelo exílio, especialmente quando além da desterritorialização, também se dá a perda da língua como pátria comum.

O exílio e o correlato inevitável de hospitalidade para acolher a quem o sofre, supõe um esforço não apenas por parte dos “des-solados”, mas também das sociedades de acolhida que devem contribuir à aprendizagem efetiva da nova língua por parte dos novos cidadãos sem qualquer menosprezo pelas particularidades com as quais a nova língua é falada, entendendo que os sotaques originais e diversas expressões quase sempre se conservam intactos através da vida e são uma marca identitária de diversidade que deve ser respeitada e valorizada como a expressão da diferença e da interculturalidade.

Enquanto acontece a apropriação da língua de acolhida, os países devem fornecer serviços de interpretação em serviços críticos como são os âmbitos educativo, jurídico e sanitário, pois assim será possível transformar a dor do exílio em oportunidade de desenvolvimento individual e de aporte à sociedade de acolhida o qual demanda a superação do silenciamento que opera não apenas no plano literário, mas que também se reflete em invisibilidade política e participa.

Da perspectiva letrada e da produção culta, vale a pena salientar a importância de aproximar-se a cada autor com respeito por sua mensagem original, atrevendo-se a mergulhar no conhecimento profundo da sua cultura para perceber melhor a melodia de fundo nas suas palavras que devem ser interpretadas e não condenadas a uma tradução uniforme e carente de alma.

Referências

- ACHOTEGUI, J. (2012). La crisis como factor agravante del síndrome de Ulises. *Temas de Psicoanálisis*, 1-20.
- ADEPONLE, A., THOMBS, B., GROLEAU, D., JARVIS, E., & KIRMAYER, L. (Psychiatr Serv 2012; 63). Using the Cultural Formulation to Resolve Uncertainty in Diagnoses of Psychosis Among Ethnoculturally Diverse Patients. . *Psychiatr Serv*; 63, 147-153.
- AÍNSA, F. (2006). *Del Topos al Logos: Propuestas de geopoética*. Barcelona: Iberoamericana.
- ALMEIDA, T. (2018). MITO E MAGIA EM CLAUDE LÉVI-STRAUSS. *Interações: Cultura e Comunidade*, vol. 13, núm. 23, 211-

221.

- APPADURAI, A. T. (2009). *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras-Itau Cultural.
- AZUAJE-ALAMO, M. (2019). Narración, exilio y el traductor translinguístico. *Cuadernos CANELA*, 30, 121-134.
- BENJAMIN, W. (2008). *Obras Completas, Livro 1, Vol II*. Madri: Abada.
- BERMAN, A. (2007). *A Tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora.
- CONNOR, W. (1990). When is a nation? *Ethnic and racial studies Vol 13 No 1*, 92-103.
- DEVEREUX, G. (1967, 31 (1)). Le renoncement à l'identité comme défense contre l'anéantissement. *Revue Française de Psychanalyse*, 101-142.
- FERREIRA, A., & COUTO, T. (2018). Exílio, tradução e antropofagia na literatura mundial. *ABRALIC V.20 No 34*.
- FLÓREZ G., S. L. (2022). Espelhos de exílio: Fragmentos da realidade social e as políticas em saúde mental em três países da América do Sul. Tese de Mestrado em Psiquiatria e Psicologia Médica. UNIFESP. São Paulo, SP.
- HALL, S. (2016). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC Rio.
- JANKÉLEVITCH, V. (2011). *L'Irréversible et la nostalgie*. Paris: Champs Essais.
- MARANDOLA Jr., E. e. (2010). Ser Migrante: Implicações Territoriais e Existenciais da migração. *Revista Brasileira De Estudos De População*, vol. 27, nº 2, 407-424.
- MARÍN-DÒMINE, M. (2015). *Traduzir o Desejo*. Belo Horizonte: Humanitas-UFMG.
- MATOS, O. (2019). *O estranho e o estrangeiro*. São Paulo: UNIFESP.
- MESCHONNIC, H. (1999). *Poétique du traduire*. Paris: Verdier.
- MUÑOZ CARROBLES, D. (2011). Exilio e idioma en el siglo XXI: por qué elegir otra lengua literaria. *Revista de Filología Románica, anejo VII*, 289-297.
- SAWAIA, B. (1999). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- VAN DIJK, T. A. (2000). *A New(s) racism: a discourse*. Philadelphia: Open University Press.
- VENUTI, L. (2020). *Escândalos da Tradução*. São Paulo: UNESP.
- WEISSMANN, L. (2017). Migração, exílio e perda da língua materna. *Cad. psicanal. vol.39 no.37*, 185-206.

MEMÓRIA E HOMENAGEM PÓSTUMA

Maximiano de Carvalho e Silva, Sebastião Tavares de Pinho e Paulo Roberto Pereira



Evento itinerante, pois se realizou nas dependências do Instituto de Letras da UERJ, da UFF e na Faculdade de Letras da UFRJ. *JORNADA INTERNACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA - Homenagem a Leodegário A. de Azevedo Filho*, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2017. Esta foto foi tirada no Instituto de Letras da UFF, com Sebastião Tavares falando sobre o projeto, que está em cima da mesa – e hoje na prateleira da sala 11.019-A da ABRAFIL – *Portugaliae Monumenta Neolatina*. Paulo Roberto Pereira falou sobre sua edição de *MANUEL DA NÓBREGA: OBRA COMPLETA*.

Da esquerda para direita: Sebastião, Maximiano, Ilka, Beethoven e Amós



Os que nos deixaram: Sebastião e Maximiano.

HOMENAGENS

Em 2022, falece a mais ilustre discípula do Mestre e nosso Acadêmico ABRAFIL, Evanildo Bechara, ela é referência em língua portuguesa:

Maria Helena de Moura Neves

1931 – 2022



E em 2023, ficamos mais desolados, com a perda de Cleonice Beradinelle, quando nos deixou:

Cleonice Beradinelli

1916 – 2023 (106 anos)



Mas a nossa falibilidade de mortal se reconstitui, já que nosso membro ABRAFIL, Ricardo Cavaliere supera a concorrência com Maurício de Souza e ocupará a cadeira 08, que pertencia a Cleonice Beradinelli. Parabéns, caro Ricardo!

AUTORES

CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA é Professora (Adjunto IV) de Latim, Filologia Românica e Língua Portuguesa no Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora em História (PPGHis - Programa de Pós-graduação em História/UFMT), em 2018. Mestre em Estudos de Linguagem, em 2007 (PPGEL - Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/UFMT). Pós-graduação em Descrição Linguística (Filologia), em 2002. Graduação em Letras (Português/Literaturas), em 1999. Coordenou Projeto de Extensão - Latim I e Latim II e orientou graduandos no Projeto - Tutoria em Língua Portuguesa e no Projeto - Monitoria em Latim. Publicou em 2012 a obra “Guia de Estudos Latinos - Lingua dux Pedis - vol. 1” (EdUFMT) e em 2016 a obra “Guia de Estudos Latinos - Docendo Discimus - vol. 2” (EdUFMT), resultado do trabalho de Monitoria em Latim, monitoria esta que faz parte do Programa Institucional da PROEG/UFMT - Programa de Monitoria. Ainda, coordenou por 3 anos a Revista Acadêmica (impressa) “Borboletas”, resultado do Projeto de Extensão do Instituto de Linguagens/ Departamento de Letras/ UFMT, campus Cuiabá. Foi coordenadora do Curso de Letras (UFMT) entre os anos de 2009 e 2012. Foi editora-chefe da Revista Acadêmica Discente ?Outras Fronteiras? pertencente ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS/UFMT) entre os anos de 2015 e 2017. Foi editora-chefe, durante os anos de 2018 a 2020, do Periódico Científico Polifonia pertencente ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL-UFMT) do qual também foi coordenadora entre os anos de 2019 a 2021. Líder do Grupo de Pesquisa “FOLIUM”, criado em 2018. Em 2020, publicou a obra “Um Apocalipse para o Rei” (Ed. Appris), em 2022, a obra “As genealogias do Apocalipse” (Ed. Appris).

CV: <http://lattes.cnpq.br/3701847407598791>

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-8678-9895>

FRANCISCO DA CUNHA E SILVA FILHO possui os seguintes títulos: Pós-doutorado em Literatura Comparada, UFRJ, 2014, Doutorado em Letras Vernáculas, UFRJ, 2002, Mestrado em Letras Vernáculas - Literatura Brasileira, UFRJ, Bacharel em Letras (Português-Inglês , UFRJ, 1973, Licenciado em Letras (Português-Inglês), UFRJ, 1976. Tem larga experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, e atuação sobretudo nos seguintes campos de pesquisa: crítica literária, história literária, vida literária,

relação entre literatura, pobreza e violência, literatura universal, literatura de expressão piauiense, tradução de poesia, crônicas, articulismo, áreas culturais afins.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7757316527738327>

HILMA PEREIRA RANAURO. Possui graduação em Curso de Letras Português Francês pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande(1968), especialização em Lingüística e Semântica pela PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO(1976), mestrado em Letras pela PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO(1977), doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1985) e ensino-medio-segundo-graupela Escola Normal Sara Kubitschek(1964). Atualmente é Membro do União Brasileira dos Escritores, Sócia da Sociedade Sousa da Silveira, Pesquisadora do Assosiação de Estudos da Linguagem, Membro do Instituto Campograndense de Cultura, Pesquisadora do Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística e Membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Semântica, Preposição, Crônica, Língua Portuguesa, Letras Vernáculas.

CV: <http://lattes.cnpq.br/8028895431167390>

LAÍS MELO MASTELARO, atualmente, cursa o último semestre do curso de Letras na Universidade de São Paulo com habilitação em Letras - Português e foco em Teoria literária e literatura comparada. Em processo de conclusão da Licenciatura em Português na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Econômicas - Faculdade de Campinas (2016) e graduação em Relações Internacionais - Faculdade de Campinas (2015). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em economia social e solidária, atuando principalmente no seguinte tema: elaboração de projetos econômicos para o desenvolvimento local, literatura, psicologia e analista de relações internacionais.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7459501459026869>

LUIZA LOBO é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora Sênior da Universidade de Massachusetts em Amherst (2014, com bolsa da Fulbright), pesquisadora e conferencista Sênior do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (2000), e da Universidade de Nantes (2001), professora Titular da Universidade de Poitiers (2009-2010),

pesquisadora do Cerla da Maison de l'Homme (MSHS) desta Universidade, pesquisadora 1-B da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi leitora nas Universidades de Aarhus (Dinamarca, 2004-2006) e Nantes (2006-2008), em nível de graduação e pós-graduação. Lecionou cerca de 200 cursos de pós-graduação e proferiu conferências em várias universidades brasileiras e nas universidades Livre de Berlim, Salzburg, Princeton, Yale, Columbia, London, Sorbonne, Milão, entre muitas outras. Apresentou conferências em 150 congressos nacionais e internacionais. Publicou 20 livros, destacando-se “Crítica sem juízo” e “Teorias poéticas do Romantismo”, e a primeira edição atualizada da obra “O Guesa”, do poeta romântico Joaquim de Sousândrade, 160 ensaios em revistas especializadas e anais de congressos, sobre estudos culturais, feminismo, teoria da literatura e literatura brasileira e comparada, além de 60 resenhas, no Brasil e no exterior, entre outros escritos. Na ficção, o romance “Terras proibidas” (2011) recebeu o prêmio nacional do Pen Clube (2013). Tem cinco livros de contos. É membro das academias ABRAFIL, Academia Brasileira de Filologia e membro-correspondente da Academia Maranhense de Letras, entre outras. Possui graduação em Didática Inglesa pela Faculdade Santa Úrsula (1968), em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970), Licenciatura em 1971, mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em Literatura Brasileira (1976), doutorado em Literatura Comparada pela University of South Carolina (1978), pós-doutorado em Simbolismo pela New York University (1985, bolsa CAPES) e em feminismo pela Universidade Livre de Berlim (1995, bolsa do DAAD). Iniciou a carreira como tradutora (30 obras) e professora de Inglês em cursos privados e escolas do Município e do Estado do Rio de Janeiro, professora titular nas Faculdades Integradas Simonsen e Faculdade da Cidade. Tem participado dos grupos de pesquisa NEIA, da UFMG, sobre literatura afro-brasileira, sobre épica, da Universidade de Bochum (Alemanha), e de feminismo, da Universidad Autónoma de Barcelona.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7787315052900514>

RICARDO STAVOLA CAVALIERE é graduado e licenciado em Letras (1975) e graduado em Direito (1996), ambos os cursos cumpridos na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Obteve o título de mestre em Língua Portuguesa (1990) e de doutor em Língua Portuguesa (1997) pela mesma universidade. Cumpriu estágio de pós-doutorado em História da Gramática no Brasil (2005), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob supervisão do Prof. Dr. Evanildo Bechara. Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Programa de Pós-Graduação

em Estudos de Linguagem, membro da Academia Brasileira de Filologia, membro do Conselho Editorial da Editora Lexikon, da Editora Lucerna, da Revista Todas as Letras, diretor da Revista Confluência, conselheiro do Real Gabinete Português de Leitura e conselheiro do Liceu Literário Português. É membro de associações nacionais e internacionais em sua área de investigação, entre elas a Société de Linguistique Romane, a Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas e a Associação Brasileira de Linguística. É membro da Academia Brasileira de Letras. Tem experiência na área de Letras e Linguística, com ênfase em descrição do português e na historiografia dos estudos gramaticais. É autor de mais de uma centena de trabalhos acadêmicos em sua especialidade, entre eles Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira (2000), Pontos essenciais em fonética e fonologia (2005), Palavras denotativas e termos afins: uma visão argumentativa (2009) e A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros (2014). Dentre os prêmios obtidos, destacam-se a Medalha do Mérito Filológico da Academia Brasileira de Filologia (2018) e o Prêmio Celso Cunha da União Brasileira de Escritores (2015).

CV: <http://lattes.cnpq.br/9314426952196982>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7039-5034>

SANDRA LORENA FLÓREZ GUZMÁN possui graduação em MEDICINA - Universidad Tecnológica de Pereira (1997). Atualmente é bolsista - CAPES - . Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Clínica Médica; na consultoria de entidades nacionais e internacionais em Governo e Política Pública ambiental e sanitária, em docência universitária, aperfeiçoamento do sistema de Garantia de Qualidade em Saúde. Pesquisa em migração, refúgio e saúde mental.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2018254844963516>

TATIANA KELLER é doutora em Linguística Aplicada pela PUCRS (2010), com pós-doutoramento no Programa Língua e Cultura, da UFBA, na linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (2020). Mestre em Teoria e Análise Linguística pela UFRGS (2004) e Licenciada em Letras Português e Inglês pela UFRGS (2001). Professora Associada II do Departamento de Letras Vernáculas da UFSM, na área de Língua Portuguesa. Membro do GT Sociolinguística da ANPOLL. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras na linha de pesquisa Estudos do texto e práticas linguísticas. Coordena o projeto Sócio-história linguística do Rio

Grande do Sul: manuscritos oitocentistas e novecentistas. Participa do projeto PHPB no Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Teoria e Análise Linguística, Filologia e Fonologia do Português e Português Histórico e atua principalmente nos seguintes temas: variação e mudança linguística, edição e análise de manuscritos, história linguística e social do português brasileiro.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7963966301063498>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5837-1259>

VANESSA DA COSTA GUIMARÃES é Mestranda em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob a orientação da Profª Drª Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Especialização em Gestão Pública pela IFMT - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (2019), Especialização em Gestão Escolar pela AVEC - Associação Várzea-Grandense de Ensino e Cultura (2017), Graduação em Letras com Habilitação em Francês pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). Membro do Grupo de Pesquisa FOLIUM-Estudos de Crítica Textual (Projeto 132/2021 - Propeq UFMT/CNPq) coordenado pelas Professoras Dras Carolina Akie Ochiai Seixas Lima Carolina Akie Ochiai Seixas Lima e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, Atua como professora de língua portuguesa na educação básica.

CV: <http://lattes.cnpq.br/0114175823466592>

Orcid <https://orcid.org/0000-0003-3431-8845>